



Fiéis mantêm tradição e iniciam, hoje, homenagens a São Pedro

Programação para o santo guardião das chaves do céu inclui missa e procissão pelas ruas da Praia da Penha. Amanhã, acontece a barqueata até a Praia de Tambaú.

Página 8

NA PARAÍBA

56% dos negócios são de pessoas até 35 anos

Público responde por quase seis em cada 10 empresas abertas. **Página 17**

Foto: Bartolomeu Israel de Souza/Arquivo pessoal



Desertificação ameaça 95% do território paraibano

Com 54 mil km² de áreas em risco, as regiões do Cariri, Seridó e parte do Sertão possuem a situação mais crítica no estado. Apesar disso, as ações de combate ao desmatamento têm garantido a preservação de cerca de 5.500 hectares de vegetação nativa, contribuindo para a proteção de ecossistemas.

Página 20



Com pautas voltadas ao trabalhador, André Gadelha tentará vaga no Senado

Deputado estadual pretende lançar candidatura com uma agenda que defenda mais investimentos para o estado.

Página 4

Brasil joga, amanhã, contra o Japão em fase eliminatória da Copa

Duelo válido pela segunda etapa ocorre às 14h (horário de Brasília). As equipes enfrentaram-se apenas uma vez em Mundiais.

Página 21

Foto: Alberto Estevez/EFE



■ “Dessa vez acenou chamando-me. Atravessei a rua, o coração aos pulos, temeroso de que fosse levar um carão ou qualquer reprimenda”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Nunca me desfaço de meus livros. Preservo, com carinho especial, sobretudo, aqueles que adquiri ainda na primeira adolescência”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11

■ “Essa busca por compreender o tempo, o espaço e a existência de outras civilizações sempre acompanhou a humanidade”.

Claudio Furtado

Página 19

Entrevista Monsenhor Gervásio Fernandes

Aos 92 anos, o sacerdote relembra momentos importantes da sua vivência na Igreja Católica e de personalidades que fizeram parte de sua trajetória dedicada ao debate público com equilíbrio e responsabilidade. Com uma missão pautada em temas relacionados à fé, à família e à realidade nordestina, ajudou a promover a dignidade humana a partir do diálogo com a comunidade no Sertão paraibano, sem perder de vista a conjuntura política do país.

Páginas 14 e 15

JUNHO VERMELHO

MÊS DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE

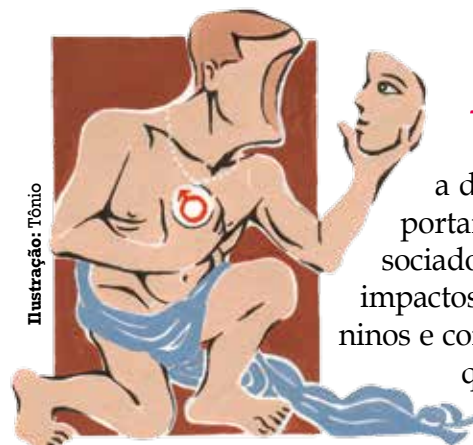
O bem corre em suas veias



Ferramentas digitais viabilizam a fiscalização do dinheiro público

Iniciativas de controle social buscam aproximar a população das decisões sobre a aplicação de recursos nas unidades federativas.

Página 13



Pensar

Reportagem especial debate a divisão, na sociedade, de comportamentos, papéis e atributos associados ao sexo masculino, além dos impactos dessa visão na criação de meninos e como a educação é a chave para quebrar estereótipos.

Páginas 29 a 32

Editorial

Mercados tóxicos

No Brasil, pelo menos, o noticiário jornalístico, no que se refere à questão das drogas, geralmente, costuma dar maior ênfase aos aspectos policiais, como apreensões de entorpecentes, prisões de traficantes ou fortalecimento e expansão das organizações criminosas. Já o consumo de narcóticos, um tópico fundamental nessa matéria, ao que parece, não recebe tratamento à altura do grave problema social que representa.

Levando isso em conta, recomenda-se uma leitura atenta do *Relatório Mundial sobre Drogas 2026*, divulgado, na sexta-feira (26), pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). No documento, o órgão alerta para o perigo representado pelo avanço da tecnologia e a instabilidade global, que estão impulsionando a criação de drogas mais potentes. Já o consumo atinge, hoje, no planeta, 331 milhões de pessoas.

A diretora-executiva do UNODC, Monica Juma, traça um quadro bastante pessimista da situação internacional. Segundo ela, o consumo de drogas ceifa ou desestabiliza, prematuramente, milhões de vidas, enquanto as redes de tráfico afetam economias, comunidades e meios de subsistência, com o consequente agravamento da insegurança e da violência. Urge, portanto, o desmantelamento do crime organizado.

Juma recomenda que as ações de dissuasão sejam intensificadas, assim como o compartilhamento de informações e a coordenação de operações conjuntas. Outro fator da maior importância, para a reversão da realidade atual, é que investimentos mais volumosos sejam direcionados para a prevenção do consumo e o tratamento de usuários (6,2% da população mundial com idades entre os 15 e os 64 anos, em 2024).

A pesquisa do UNODC é minuciosa. Em 2024, foram identificados cinco vezes mais tipos de drogas do que antes de 2000. Há uma busca de alternativas à heroína. O mercado da metanfetamina tornou-se planetário — o produto gerado na América do Norte, por exemplo, cruzou o Pacífico e chegou a países da costa ocidental desse oceano. Já a produção, o tráfico e o consumo de *cannabis* também estão em plena evolução.

Trata-se, como foi dito antes, de um estudo que deve ser bem avaliado, em termos globais, tanto pelos poderes públicos como pela sociedade civil organizada, entre outras instituições sociais, para que a produção, o tráfico e o consumo de drogas tenham, enfim, uma resposta à altura de sua complexidade, no que se refere à estrutura e dilatação internacional das organizações criminosas, bem como os males que provocam.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

A histórica convenção da Arena em 1978 (4)

Encerrada a votação, João Agripino sugeriu ao presidente dos trabalhos que promovesse a evacuação das galerias, permitindo apenas a permanência dos convenionais durante o processo de apuração. A proposta foi prontamente acolhida. Do lado de fora, na Praça João Pessoa, o público aguardava ansiosamente o resultado.

Predominava o nervosismo característico dos momentos que antecedem a contagem dos votos em qualquer eleição. Ainda assim, os partidários de ambas as chapas faziam cálculos que apontavam para a vitória de seus respectivos candidatos, embora todos tivessem consciência de que o vencedor alcançaria apenas uma vantagem estreita sobre o adversário.

A Comissão Apuradora, composta por Teotônio Neto, Álvaro Gaudêncio e Américo Maia, sob a presidência do primeiro, iniciou a abertura das cédulas exatamente às 17h30, sob os olhares atentos dos participantes da convenção.

Quarenta e cinco minutos depois, o resultado foi proclamado, confirmando a vitória da chapa governista. Para os cargos de governador e vice-governador, Tarcísio Burity e Clóvis Bezerra obtiveram 152 votos, enquanto Antônio Mariz e Valdir dos Santos Lima receberam 124 sufrágios.

Confirmou-se, assim, a expectativa de uma disputa equilibrada. Na escolha para o Senado, Milton Cabral conquistou 162 votos, contra 111 atribuídos a Ernani Sátiro. Conforme acordo previamente estabelecido, o candidato derrotado ao Senado ocuparia a primeira suplência. Para a segunda suplência, em entendimento firmado entre as duas alas do partido, foi escolhido Maurício Brasilino Leite, em razão da desistência de Juracy Palhano.

Apesar do forte apelo popular em torno da candidatura de Mariz, a máquina política da Arena e as diretrizes do regime autoritário asseguraram a vitória da chapa oficial, fato amplamente debatido pela historiografia das eleições paraibanas.

Já na condição de vencedor, Tarcísio Burity pronunciou-se de forma distinta daquela adotada em seu discurso de apresentação, quando pregara a união dos arenistas e a superação das divergências internas. Declarou: “O que o partido precisa, mais uma vez, é que os adversários reconheçam, finalmente, que perderam. A nossa vitória exprimiu

a vontade popular por intermédio daqueles que formam as representações arenistas no Senado, na Câmara Federal, na Assembleia, nas Câmaras Municipais e nos diretórios. A essência da democracia admite um sistema que observe tanto eleições diretas quanto indiretas; afinal, em países da Europa, a maioria dos cargos públicos é preenchida por esse sistema”.

Com essas palavras, Burity defendeu o modelo de eleição indireta para governador instituído pela Ditadura Militar. Após a homologação de sua candidatura na convenção arenista, seu nome foi confirmado pelo Colégio Eleitoral em 1º de setembro de 1978, e ele assumiu o governo estadual no ano seguinte.

Por sua vez, diante da derrota no processo indireto imposto pelo regime militar, o discurso de Antônio Mariz transformou-se em um ato de contestação pública ao autoritarismo vigente. A convenção de 1978 expôs profundas fissuras no partido governista e contribuiu para fortalecer a oposição na Paraíba. A derrota de Mariz provocou uma expressiva dissidência interna. Inconformados com o resultado, ele e seus aliados romperam com a cúpula arenista e passaram a apoiar a candidatura oposicionista de Humberto Lucena ao Senado Federal, movimento que contribuiu decisivamente para sua vitória nas eleições daquele ano.

“

A convenção de 1978 expôs profundas fissuras no partido governista e contribuiu para fortalecer a oposição na Paraíba

Foto Legenda

Roberto Guedes



Cultura popular

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Tão longe e tão perto

Não posso nem devo queixar-me da idade avançada ou de suas naturais limitações. Da janela de minha infância em Alagoa Nova, privado da soltura das ruas, perturbava-me acompanhar os passos miudinhos, arrastados, do velho Cazumba em direção à casa paroquial do sobrinho, apenas quatro ou cinco casas, uma pegada com a outra, do outro lado da rua.

Se a sua vista era fraca, se as passadas sem firmeza nem equilíbrio o obrigavam a não descolar os olhos do chão, mesmo assim, de tanto notar o olhar ou interesse do menino em sua direção, terminou dirigindo-me sua veneranda atenção. Em seu costumeiro itinerário, já não passava sem dirigir as vistas para a minha janela. E passou a acenar-me, um aceno de mão ou um leve gesto de cabeça, incutindo-me a impressão de já ser uma pessoa considerada.

Coincidiu, um dia, fora do horário de sua penosa jornada, que ele me avistasse entrando em casa, de volta da escola, de tinteiro à mão e, na outra, numa reles sacola, o caderno, o livro e a caneta sem tinta com seu bico de pena, pouco antes de se chegar à era do lápis-tinta.

Dessa vez acenou chamando-me. Atravessei a rua, o coração aos pulos, temeroso de que fosse levar um carão ou qualquer reprimenda. Era sempre para o que as crianças do meu tempo ou do meio em que me criei eram chamadas.

— Você é o menino de Antonina? — indagou de rosto afável pondo a mão rodada e larga sobre os meus cabelos de índio.

— Nunca mais pude ir à missa, nunca

“

Dessa vez acenou chamando-me. Atravessei a rua, o coração aos pulos, temeroso de que fosse levar um carão ou qualquer reprimenda

mais a vi — disse ele referindo-se a minha mãe, com esse detalhe: “Sabia que ela criava um menino”.

E pude entender a atenção que ele me dava, não só por mim como por lembrança de minha mãe adotiva.

Ela fazia parte do coro no tempo da igreja velha, além de catequista enquanto jovem beata da Casa de Caridade Padre Ibiapina. Os Borges, os Sales, os Gabínios, elite que frequentava a igreja e chegara ao paróquiato com o padre José Borges de Carvalho, orador sacro ardoroso, sabiam dos seus dotes e não custa dizer que a admiravam.

— Dê minhas lembranças a ela — disse, sem tirar os olhos da minha janela.

Isto foi em fins de 1943, longe no tempo, longe nos costumes e bem presente nas passadas e no pensamento do menino velho de hoje.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Gisa Veiga
GERENTE-EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA-PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)

ASSINATURAS IMPRESSAS: anual R\$ 404,25 / semestral R\$ 202,12 / número atrasado R\$ 4

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.



Foto: Evandro Pereira

Inaugurada em 2003, a oficina oferta cadeiras de rodas e órteses e, em breve, começará a disponibilizar também próteses

PRODUTOS ORTOPÉDICOS

Oficina da Funad oferece serviços gratuitos pelo SUS

Em 2025, foram contabilizados 857 atendimentos e procedimentos no local

Bárbara Wanderley
 babiwanderley@gmail.com

Os paraibanos que precisam utilizar cadeiras de rodas ou órteses têm a oportunidade de receber os equipamentos, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na Oficina Ortopédica Leila Denise Moura Maia Rabelo, que integra a estrutura da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (Funad), em João Pessoa.

Inaugurada em 2003, a oficina começou com serviços de reparo e manutenção, depois passou a ofertar cadeiras de rodas e órteses e, em breve, começará a ofertar também próteses.

Em 2025, foram contabilizados 857 atendimentos e procedimentos, entre eles a entrega de 383 meios auxiliares de locomoção, incluindo cadeiras de rodas padrão (adulto e infantil), modelos para tetraplegia, cadeiras de banho, monobloco, cadeiras motorizadas e carrinhos para transporte de crianças com deficiência.

A oficina também tem se consolidado como um espaço de customização e adap-

tação fina: foram realizadas 219 adaptações em cadeiras de rodas, com intervenções como cintos pélvicos, apoios laterais, rodas antitombo e ajustes posturais diversos.

Na produção própria, foram confeccionadas 71 órteses sob medida, incluindo órteses suropodálicas (uma espécie de bota que envolve perna e pé), palmilhas e calçados adaptados. Já no campo da manutenção, foram realizados 58 serviços em cadeiras de rodas e 45 em órteses e próteses, envolvendo ajustes, reparos e substituições de componentes. Somam-se ainda 222 serviços especializados da oficina, incluindo adaptações, ajustes e intervenções complementares.

A equipe multiprofissional é composta por fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, técnicos ortesistas e protesistas, assistente social, entre outros, que atuam de forma integrada em todas as etapas.

A gestora da oficina, Fábria Rocha, explicou que se trata de um serviço de porta aberta, que qualquer pessoa pode procurar, independentemente de regulação. É necessário,

porém, apresentar um laudo médico com a Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) compatível com o equipamento pretendido de acordo com o SUS.

“Um laudo com o CID da deficiência, porque às vezes o médico coloca o CID da doença, aí não é compatível com a tabela SUS. Existe uma tabela do SUS que diz quais são os dispositivos a que você tem direito. Quando não tem, a gente pede a adequação ou do médico de fora que atende o paciente ou da atenção básica ou dos médicos daqui. A gente tem uma ortopedista aqui, uma vez por mês, que faz a adequação de CID”, explicou Fábria.

Os equipamentos disponíveis pela oficina são cadeira de rodas motorizada, cadeira de rodas padrão, cadeira de roda para tetraplégico, cadeira monobloco, cadeira de banho padrão, cadeira de banho com aro de propulsão e órteses. “Neste ano, a gente está tentando comprar andador, muleta canadense e muleta axilar”, revelou a gestora.

Além disso, ela contou que a equipe está passando por qualificação por meio



“Existe uma tabela do SUS que diz quais são os dispositivos a que você tem direito. Quando não tem, a gente pede a adequação”

Fábria Rocha

do curso técnico de órteses e próteses (TOP) ofertado pelo Programa Nacional de Formação Técnica (Formatec) para o SUS. Após a formação, o time deve começar a produzir também próteses.

Cada peça é feita de acordo com o paciente

A formação de uma equipe qualificada é um dos grandes desafios da área, de acordo com o responsável técnico pela oficina, José Ribamar Cipriano, já que é um trabalho muito específico e com poucos cursos de formação disponíveis. “Tem poucos profissionais no mercado. Os poucos que tem, às vezes, já aprenderam o ofício com o pai, um parente”, afirmou.

Por isso ele explicou que mantém os funcionários em um sistema de rodízio, no qual eles trabalham em diferentes tipos de peça a cada mês, garantindo que todos saibam fazer tudo. Apenas quatro técnicos atuam na oficina.

Além da técnica, Ribamar destacou que é preciso também um certo nível de

talento e habilidade com um trabalho manual que precisa ser meticuloso e levado à perfeição. “Qualquer defeito numa peça dessas, o paciente ou os pais do paciente ou o fisioterapeuta vai perceber e reclamar”, comentou.

Diferente do que ocorre com as órteses industrializadas, na oficina cada peça é personalizada de acordo com a necessidade e as medidas do paciente. “Aqui é muito personalizado. No padrão industrial, você regula de todo jeito, mas ele não obedece à anatomia do pé. Essa anatomia importa. A cava exatamente como é a cava do paciente ou um pouco aumentada, o alívio no metatarso, o calcanhar, o alívio no tendão, isso tudo é feito para aquela pessoa”, explicou Ribamar.

No momento em que a reportagem visitou a oficina, por exemplo, uma das funcionárias estava finalizando uma adaptação para cadeira de rodas de uma criança, que, por ter uma escoliose acentuada, precisava que o encosto fosse desnivelado, seguindo a curva de sua coluna.

Outra dificuldade é a aquisição de materiais adequados, já que não existem muitos fornecedores na área. A oficina também conta com impressoras 3D, para confecção de pequenas peças e acessórios.

Como acessar

Na Paraíba, o atendimento está organizado em três macrorregiões de saúde, articulando a oficina da Funad, em João Pessoa; o Núcleo de

Apoio e Diagnóstico à Pessoa com Deficiência (Nadpd), em Campina Grande; e o Centro Especializado em Reabilitação (CER IV), em Sousa. Atualmente, toda a demanda está concentrada na oficina de João Pessoa, mas os técnicos de Sousa estão passando por qualificação para começarem a oferecer serviços de manutenção ainda neste ano.

Para solicitar algum dos serviços, basta comparecer à oficina – localizada no mesmo prédio da Funad, em João Pessoa – portando RG e CPF; comprovante de residência; laudo médico com CID e encaminhamento por escrito do profissional responsável. É possível tirar dúvidas e enviar a documentação previamente pelo WhatsApp (83) 99663-9197.

Eduardo Augusto

eduardomelosocial@gmail.com

Educação como mercadoria

Recentemente, chegou ao meu conhecimento um episódio que, embora aparentemente banal, ilustra uma das mais preocupantes deformações da educação contemporânea. Em uma instituição privada de ensino, uma mãe procurou a escola para contestar a correção de uma questão de prova respondida erroneamente por seu filho. Até aí, nada de extraordinário. Pais têm o direito de buscar esclarecimentos sobre avaliações acadêmicas. O problema surgiu quando ficou evidente que a resposta estava objetivamente errada e, ainda assim, a família exigia que ela fosse considerada correta.

Mais preocupante do que a reclamação em si, foi a reação da instituição. Em vez de respaldar o professor e os critérios pedagógicos adotados, gestores passaram a pressionar para que a resposta fosse aceita, não por seu mérito acadêmico, mas para evitar o desgaste com uma família insatisfeita.

O episódio revela um fenômeno cada vez mais comum: a transformação da educação em mera relação de consumo.

Durante décadas, a escola foi compreendida como um espaço de formação intelectual e moral. Nela, o erro possuía função pedagógica. Receber uma nota baixa não era uma tragédia, mas uma oportunidade de identificar dificuldades, rever conteúdos e amadurecer. O fracasso eventual fazia parte do processo de aprendizagem.

Hoje, entretanto, em muitos ambientes educacionais privados, a lógica parece ter se invertido. O estudante deixou de ser visto como aprendiz para ser tratado como cliente. Os pais assumiram a posição de consumidores. E a escola, em vez de instituição formadora, passou a funcionar como prestadora de serviços sujeita às exigências do mercado.

Nesse contexto, a mensalidade deixa de financiar um projeto educacional e passa a ser interpretada como uma espécie de garantia de satisfação. Se o aluno recebe uma nota abaixo das expectativas familiares, o problema já não é necessariamente o desempenho acadêmico. Questionam-se os critérios, a metodologia, a prova, o professor e, em última instância, a própria realidade dos fatos.

A consequência é devastadora para o ambiente escolar. O professor perde autonomia. Sua avaliação técnica passa a ser submetida a interesses comerciais. A autoridade do conhecimento cede espaço à autoridade do consumidor. E a mensagem transmitida aos alunos é profundamente nociva: estar errado não importa, desde que se tenha influência suficiente para transformar o erro em acerto.

Esse fenômeno encontra terreno fértil em determinados setores das classes economicamente privilegiadas, que confundem acesso a bens e serviços com direito irrestrito a resultados. Para esses grupos, o mérito torna-se secundário. O importante é preservar a trajetória de sucesso previamente planejada para os filhos, ainda que isso implique negar evidências ou pressionar instituições.

Não se trata de generalizar famílias ou escolas. Existem inúmeros pais comprometidos com a educação de seus filhos e inúmeras instituições que defendem com firmeza seus princípios pedagógicos. Contudo, é impossível ignorar a expansão de uma cultura que trata o desempenho escolar como produto negociável.

O resultado é a formação de jovens pouco habituados a lidar com limites, críticas e frustrações. Em vez de aprenderem que o erro é parte natural do crescimento, aprendem que qualquer obstáculo pode ser removido mediante reclamações, influência ou pressão.

A educação perde sua função transformadora quando abandona o compromisso com a verdade. Nenhuma escola pode cumprir seu papel se a correção de uma prova depender menos do conhecimento demonstrado e mais da capacidade de um responsável de impor sua vontade.

Uma sociedade que ensina seus jovens a negociar fatos em vez de enfrentá-los prepara cidadãos incapazes de conviver com a realidade. E, quando uma resposta errada passa a valer como correta apenas para satisfazer um cliente, não é apenas a avaliação que fracassa. É a própria educação.

O verdadeiro compromisso da escola não deve ser com a satisfação imediata de seus consumidores, mas com a formação de indivíduos capazes de aprender, pensar e reconhecer seus próprios erros. Afinal, educar sempre exigirá uma virtude cada vez mais rara em nossos tempos: a coragem de dizer não quando o erro insiste em se apresentar como acerto.

Colunista colaborador

Foto: Evandro Pereira



André Gadelha

Pré-candidato ao Senado pelo MDB

“Minha principal bandeira será a geração de emprego e renda”

Em entrevista ao jornal *A União*, o deputado estadual fala sobre sua trajetória política e o que pretende defender em Brasília

Eliz Santos
elizsantos17@gmail.com

Com mais de duas décadas de atuação na vida pública, o deputado estadual André Gadelha chega à disputa por uma vaga no Senado Federal apresentando uma trajetória construída no Sertão paraibano. Natural de João Pessoa, mas com base política consolidada em Sousa, iniciou a carreira política em 2000 como vereador, foi vice-prefeito, elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 2010 e, dois anos depois, assumiu a Prefeitura de Sousa, um dos principais municípios do interior da Paraíba.

Após retornar à Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) em 2023, passou a concentrar sua atuação em pautas voltadas ao desenvolvimento do Alto Sertão, à geração de emprego e renda, à descentralização dos serviços públicos e à transparência na gestão pública.

Impulsionado pelo MDB e pelo senador Veneziano Vital do Rêgo, André Gadelha lançou sua pré-candidatura ao Senado com o discurso de fortalecer a representatividade do interior paraibano nas decisões nacionais. Nesta entrevista, ele fala sobre sua trajetória política, as principais bandeiras que pretende defender em Brasília e sua visão sobre temas como desenvolvimento regional, emendas parlamentares, jornada de trabalho e relação entre o Senado e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A entrevista

■ Qual experiência da sua trajetória política o credencia para representar a Paraíba no Senado?

Minha trajetória começou como vereador em Sousa. Fui vice-prefeito, prefeito e atualmente estou no segundo mandato como deputado estadual. São 26 anos de vida pública, somados à história da minha família, que atua na política paraibana há quase 90 anos. Essa experiência me permitiu percorrer os 223 municípios da Paraíba, conhecer de perto as necessidades de cada região e entender as prioridades da população. Além da atuação política, também trago a experiência da iniciativa privada, o que contribui para uma visão mais prática sobre gestão e desenvolvimento. Acredito que essa bagagem me credencia para representar a Paraíba no Senado, com independência e conhecimento da realidade dos municípios. Quero chegar ao Senado com vontade de trabalhar pelo estado e fazer diferente. Para mim, fazer diferente é olhar para o povo. A Paraíba é um estado rico, mas faltou um olhar mais atento para o seu maior potencial e para as oportunidades que podem melhorar a vida da população.

■ Quais serão as principais bandeiras de uma eventual atuação no Senado?

Minha principal bandeira será a geração de emprego e renda. A Paraíba é um estado rico, mas que não recebeu os investimentos necessários em seu maior potencial, que é a agricultura. Nós sonhamos com as águas do Rio São Francisco chegando às nossas terras, mas ainda falta um olhar mais forte para fortalecer esse potencial em oportunidades para a população, principalmente para o pequeno produtor e para a agricultura familiar. Quero defender projetos que ampliem a utilização dessas águas, porque acredito que é possível gerar dezenas de milhares de empregos no Sertão, no Cariri e em outras regiões do estado. Um dos projetos que pretendo discutir junto ao Governo Federal é a implantação do eixo que ligaria Conceição

a Coremas e Mãe d'Água. Essa obra beneficiaria 17 municípios e poderia impulsionar a produção agrícola e a geração de renda. Outra pauta importante é a infraestrutura voltada ao desenvolvimento econômico. Precisamos retomar a discussão sobre o transporte ferroviário de cargas, aproveitando o percurso ferroviário que liga o Sertão ao Porto de Cabedelo, reduzindo os custos do frete e facilitando o escoamento da produção. Também defendo a implantação de uma Ceasa em Sousa e de um porto seco no Sertão, criando condições para ampliar a comercialização, a exportação e a geração de empregos. Além disso, quero incentivar cadeias produtivas importantes da nossa região, como a bacia leiteira e a caprinocultura, que já demonstram grande potencial, mas ainda carecem de investimentos e de maior apoio do poder público.

■ A saúde e o combate à corrupção também aparecem entre suas prioridades. O que precisa mudar nessas áreas?

Na saúde, a prioridade é a descentralização dos serviços de média e alta complexidade. Quem vive no Sertão conhece o sofrimento de percorrer centenas de quilômetros em busca de atendimento especializado. Muitas pessoas passam horas em ambulâncias para chegar a Campina Grande ou João Pessoa. Precisamos ampliar a oferta de serviços no Curimataú, no Cariri, no Sertão e no Alto Sertão, além de criar uma central de regulação mais eficiente, para que os pacientes tenham acesso aos leitos e aos tratamentos no tempo adequado. No Senado, quero exercer plenamente o papel do parlamentar: fiscalizar, criar leis e acompanhar a execução das obras do Governo Federal. Também pretendo defender mudanças no Código Penal e cumprir com responsabilidade atribuições constitucionais da Casa, como a sabatina de ministros do Supremo Tribunal Federal [STF] e do Superior Tribunal de Justiça [STJ]. Outra prioridade será o combate à corrupção e o fortalecimento da fiscalização dos

recursos públicos. O Brasil é um país rico e não pode continuar perdendo oportunidades por causa do desperdício e da má utilização do dinheiro da população. Quero levar ao Senado uma atuação independente, com coragem para defender os interesses da Paraíba e discutir os problemas que realmente afetam a vida das pessoas.

■ Sua candidatura ao Senado surgiu quando o senhor se preparava para disputar a reeleição para a Assembleia Legislativa. O que motivou essa mudança de planos?

Confesso que, quando recebi o convite do senador Veneziano Vital do Rêgo, fiquei sem entender. Eu estava trabalhando para uma eleição de deputado estadual, concentrada na minha região e, de repente, surgiu o desafio de percorrer os 223 municípios da Paraíba em busca de uma vaga no Senado. Sou uma pessoa de muita fé e enxerguei nessa oportunidade algo maior. O convite me fez lembrar de uma história familiar da década de 1960: meu avô, Salomão Gadelha, era prefeito de Sousa quando foi convidado por Pedro Gondim [avô de Veneziano] para disputar a vice-governadoria. Na época, chamaram de loucura, mas ele aceitou e fez história. Décadas depois, ver o neto de Pedro Gondim convidando o neto de Salomão para a chapa majoritária não me pareceu coincidência, mas uma providência de Deus. Eu acredito que foi um chamamento divino. É uma disputa difícil contra grupos fortes, mas percebo nas ruas um forte desejo de mudança e renovação por parte dos paraibanos. Por isso, aceitei o desafio com fé, coragem e disposição para percorrer o estado, apresentar nossas ideias e mostrar que é possível fazer política com independência e compromisso com o desenvolvimento do estado.

■ Embora integre a chapa liderada por Cícero Lucena, o senhor ainda não conta com apoio declarado de lideranças importantes do grupo, como o prefeito de João Pessoa, Leo Bezerra. Como avalia esse cenário e em que medida isso pode impactar sua candidatura?

Tenho consciência de que começamos essa articulação um pouco mais tarde do que outros candidatos, que já estão há quatro anos construindo suas candidaturas. Também existe a força da máquina pública e das promessas de recursos, o que influencia esse processo. Mesmo assim, encaro essa construção com serenidade. Em relação às lideranças que não declararam apoio à chapa completa, acredito que isso faz parte do processo e será construído ao longo da campanha. Tenho respeito pelo prefeito Leo Bezerra. Eu já fui vice-prefeito e sei que a responsabilidade do gestor é muito grande. Ele tem o desafio de consolidar sua liderança e pensar no futuro político. Acredito que, visando ao fortalecimento do nosso projeto para os cenários de 2026 e 2028, é importante que haja unidade em torno da chapa liderada por Cícero Lucena. Não é uma questão pessoal comigo, mas de fortalecimento da chapa. No segundo turno, quem estará ao lado de Cí-

cerco e de Veneziano será André. Se outras candidaturas forem fortalecidas fora desse projeto, elas também chegarão mais fortes para a disputa seguinte. O que vejo, hoje, é muita disputa por lideranças políticas, enquanto pouca gente está falando diretamente com o povo. Espero que a campanha seja cada vez mais voltada às pessoas e às soluções para os problemas da Paraíba.

■ As emendas parlamentares têm sido alvo de muitos debates sobre transparência e eficiência. Para o senhor, esse modelo atual deve ser mantido ou precisa de reformulação?

Precisa ser reformulado com urgência. Eu não sou contra as emendas em si, sou contra a forma como elas estão sendo utilizadas hoje, muitas vezes como moeda de troca. Hoje existe uma distorção: parlamentares com o mesmo mandato e as mesmas atribuições têm acesso a volumes muito diferentes de recursos apenas por estarem alinhados ou não ao governo. Fui prefeito em um dos períodos mais difíceis da seca, quando não existiam as chamadas “emendas Pix” e os municípios dependiam de convênios e de critérios muito mais rígidos. Hoje o recurso chega com mais facilidade, o que ajuda os prefeitos, mas faltam regras claras, critérios técnicos e transparência. Defendo que todos os parlamentares tenham acesso ao mesmo volume de emendas. Se um senador ou deputado tem direito a determinado valor, esse direito deve ser igual para todos, sem privilégios ou diferenças por posição política. O que vemos hoje são parlamentares movimentando centenas de milhões de reais em poucos anos e, durante a campanha, sendo feitas promessas de valores que, muitas vezes, nem fecham a conta. Isso deveria chamar a atenção dos órgãos de controle e do próprio Governo Federal, porque abre espaço para abuso de poder e compromete a credibilidade da política. Do jeito que está, esse modelo precisa ser revisto com urgência.

■ A proposta de redução da jornada de trabalho no modelo 6x1 tem gerado debates em nível nacional. Qual é a sua posição sobre esse tema?

Na minha avaliação, o que está acontecendo com os representantes políticos que são contra essa mudança é uma covardia como trabalhador. Se você fizer uma pesquisa, vai ver que os países desenvolvidos, os países ricos, com renda *per capita* muito maior que a nossa, já trabalham em modelos de quatro dias de trabalho e três de folga. Não faz sentido o Brasil caminhar na contramão do que já deu certo no mundo. Nós nem estamos propondo isso, mas apenas cinco dias de trabalho e dois de folga. Na pandemia, quando o mundo inteiro precisou parar, as pessoas se reinventaram. Muita gente descobriu novas formas de trabalhar, de empreender e de gerar renda. O trabalhador mostrou capacidade de adaptação. Esses dois dias de folga são fundamentais. Não é só descanso físico, é saúde mental, é convivência com a família. Hoje, muitas pessoas saem de

casa muito cedo, retornam tarde da noite e praticamente perdem o sábado inteiro no trabalho e em deslocamento. Não vivem o dia. Com dois dias de descanso, o trabalhador pode viver melhor: ir à praia, ao açude, ao rio, ao *shopping*, estar com a família. Isso muda completamente a cabeça dele para a semana seguinte. Eu sou totalmente favorável a essa mudança. Acho uma covardia não aprovar isso com mais rapidez. Agora, também precisamos discutir o outro lado. Se o empresário diz que isso gera impacto, o Governo Federal precisa olhar com responsabilidade para a reforma tributária. Até agora, pouco avançou de forma concreta para aliviar para quem produz e gera emprego. Nós temos uma carga tributária muito alta. O combustível chega a mais de 50%, produtos básicos também são altamente tributados. Então é preciso rever isso.

■ Como o senhor avalia o papel do Senado na relação com o STF e quais devem ser os limites dessa atuação?

O Senado tem uma responsabilidade muito grande porque é a Casa responsável por sabatar e aprovar as indicações para o STF, o STJ e também para cargos como o de embaixador. Eu defendo que precisamos mudar o modelo de escolha dos ministros da Suprema Corte, tornando esse processo mais técnico e menos político. Na minha opinião, deveriam existir critérios baseados na carreira jurídica, valorizando magistrados, promotores, procuradores e advogados com experiência comprovada, em um modelo semelhante ao de um concurso de títulos. Hoje, a indicação é política: o presidente da República indica e o Senado aprova. Precisamos ter coragem para mudar essa formatação, garantindo que os ministros tenham cada vez mais independência e compromisso com as instituições, sem ficarem vinculados a interesses políticos.

■ Para encerrar, que mensagem o senhor deixa aos leitores paraibanos?

Quero agradecer a oportunidade de falar aos paraibanos e contar um pouco da minha história e da disposição que tenho de disputar uma vaga no Senado. Sei que é uma eleição muito difícil, com grupos políticos fortes e uma disputa intensa, mas sou uma pessoa de muita fé, temente a Deus e devota de Nossa Senhora. Acredito que estamos plantando uma semente no coração dos paraibanos e que o resultado será aquilo que Deus permitir. Quando aceitei esse desafio, conversei com minha esposa e meus filhos e disse que, aos 51 anos, vivendo um bom momento da minha vida, posso me dedicar ainda mais à Paraíba. Nunca precisei da política para viver; quero a oportunidade de servir ao estado. Agora cabe ao povo decidir. Vou continuar andando pela Paraíba, conversando com as pessoas, apresentando nossas ideias e, principalmente, ouvindo a população para, se Deus permitir que eu chegue ao Senado, representar o estado com firmeza, responsabilidade e muito trabalho.

DALTONISMO

Disfunção afeta percepção de cores

Condição atinge, atualmente, mais de oito milhões de brasileiros, com maior incidência em população masculina

Bárbara Nascimento
barbara.oliveira@epc.pb.gov.br

Estima-se que mais de oito milhões de brasileiros convivem com daltonismo, ou discromatopsia, em termos científicos. Essa condição visual, que afeta a percepção das cores, está ligada ao cromossomo X, o que justifica sua maior prevalência em homens, já que estes têm apenas um cromossomo X, enquanto mulheres possuem dois — para que elas sejam daltônicas, precisam herdar o gene alterado em ambos os cromossomos, o que é bem mais raro. Cerca de 8% da população masculina e 0,5% da feminina, no mundo, apresentam algum grau dessa alteração genética.

Embora a condição não imponha restrições severas ao cotidiano, pessoas daltônicas experimentam desafios que vão além de uma simples distinção de cores. No trânsito, por exemplo, a identificação das luzes do semáforo pode ser um obstáculo, exigindo a adoção de estratégias adaptativas, como se orientar pela intensidade de brilho e saturação.

Ednei Sales, de 39 anos, especialista em Implantação de SaaS, compartilha uma experiência singular com o daltonismo, que ele descreve como não sendo “o tipo mais frequente que envolve a distinção entre as cores vermelho e verde”, mas, sim, uma mistura de cores “muito aleatórias, verde com cinza, azul, verde e cinza, que virou uma coisa só”. Sua descoberta ocorreu durante uma aula de Física no 2º ano do Ensino Médio. “O professor levou uma placa, acho que tinha 16, 17 cores, para explicar incidências de luz. E aí eu contei 15 cores, só que tinha mais. Eu estava fazendo piada com uma amiga minha: ‘Olha, você é maluca, tem 15, não tem 16! Você não sabe contar, está levando muito a sério essa coisa de ser ruim em física!’. E aí, era eu quem não estava sabendo contar por conta do daltonismo”, conta Ednei.

Sem um diagnóstico médico formal, Ednei foi “entendendo que via cores de formas muito específicas” e, como a condição nunca o atrapalhou de maneira significativa, ele criou mecanismos para resolver eventuais problemas. Uma lembrança marcante de sua percepção de cores foi o erro ao escolher uma camisa: “Eu comprei uma camisa que eu achava que era de uma cor e era de outra. Todos os tons cor de bebê, para mim, eu vejo branco. Então, eu tinha que ir para algum lugar vestindo branco, mas eu estava usando rosa-bebê. E aí, quando eu cheguei, me avisaram. Falaram que tinha de vestir branco e eu falei: ‘Mas eu estou de branco!’; e me falaram: ‘Você está de rosa!’”, relembra.

Ele também ressalta que a compreensão de conceitos físicos relacionados à luz e

cor foi mais uma questão de aprendizado técnico do que uma limitação de sua condição. Ednei não precisou adaptar significativamente sua forma de trabalhar ou buscar soluções específicas para tarefas que envolviam cores em seu ambiente profissional, pois, como ele mesmo afirma, “as coisas sempre fluíram”. No entanto, ele revela uma adaptação importante para tarefas que exigem harmonia de cores, como a criação de gráficos em relatórios. “Eu preciso que esses gráficos tenham, de certa forma, uma harmonia entre as cores. Há muito tempo, eu descobri um site da Adobe em que você coloca uma cor e ele te dá co-



A forma de enxergar as cores pode variar conforme os diferentes tipos de daltonismo

res complementares, cores opostas, tonalidades”, explica. Ele utiliza esse site para elaborar as combinações, e,

em seguida, aplica os códigos RGB (sistema de cores aditivo utilizado em telas e dispositivos eletrônicos) ou

hexadecimal das cores em suas ferramentas de trabalho. “Eu não vou com o olho, eu não olho e falo ‘entendi’.

Não consigo, não tenho essa capacidade. Eu pego o RGB e jogo dentro da outra ferramenta”, detalha.

Ainda sobre a utilização de recursos tecnológicos, Ednei menciona um “truque antigo” que ele aprendeu com um professor também daltônico e que era diretor de arte. “Ele tinha uma tabela com o RGB de cada cor e possíveis combinações. Ele fez isso de forma manual. Hoje em dia, eu tenho usado muito o DeepSeek, porque é mais rápido. Antes, eu tinha que pegar a cor e jogar dentro de alguma aplicação, de edição de fotos e, dentro da edição de fotos, eu precisaria ficar selecionando e por aí vai”, pontua.

Conscientização e representatividade: como lidar?

O diagnóstico do daltonismo geralmente ocorre na infância, quando a criança apresenta dificuldade em nomear cores ou em atividades que exigem distinção cromática, mas a condição pode passar despercebida. Por isso, médicos especialistas elencam alguns sinais de alerta na vida escolar, que incluem dificuldade em acompanhar conteúdos que utilizam cores (como giz ou pincel colorido no quadro), problemas em atividades de pintura ou em identificar cores em mapas e gráficos. De acordo com o oftalmologista Fernando Gadelha, o primeiro passo é fazer uma investigação assertiva para confirmar a condição e entender o tipo

exato de daltonismo. “Utilizamos recursos como os testes de pareamento (*matching*), em que o paciente precisa alinhar ou agrupar cores por proximidade de tons, e os testes eletrofisiológicos, que avaliam de forma mais técnica e objetiva a resposta da retina aos estímulos luminosos”, explica.

No entanto, é importante ressaltar que o daltonismo não afeta o desenvolvimento cognitivo e não impede o pleno exercício da maioria das atividades laborais. Poucas profissões são restritas para daltônicos, como a carreira militar, de piloto de avião e eletricitista, devido à criticidade da percepção de cores para a segurança e de-

sempenho dessas funções. “Hoje, existem lentes com filtros especiais que ajudam a contrastar as cores, facilitando a distinção em tarefas diárias. Além disso, o paciente também pode seguir recursos cognitivos”, acrescenta Fernando.

Memorizar a ordem das luzes de um semáforo, ou associar símbolos e texturas a determinadas cores, contribui para o desenvolvimento da autonomia de pessoas daltônicas.

Falar mais sobre o assunto é uma chave fundamental para desmistificar essa condição genética, promover mais conscientização e corroborar a educação inclusiva. Foi a partir do contato com daltônicos que Nadine Urçulino, bibliotecária e autora do primeiro livro brasileiro com protagonista daltônica, decidiu apostar na temática.

“Um professor de Informática e um colega de graduação daltônicos me despertaram um certo interesse na época. Na elaboração de minha monografia sobre a utilização da classificação por cores em bibliotecas escolares, me veio o questionamento de como isso poderia ser adaptado para pessoas daltônicas. Foi quando descobri a ColorAdd, um código



A obra de Nadine Urçulino conscientiza sobre a condição

que já existe em Portugal, desde 2010, e que começou a chegar ao Brasil em 2024. Eu me deparei com algumas leituras, tanto acadêmicas como infantis, e o que me chamou a atenção foi que somente homens eram representados nessa condição. Tive acesso ao primeiro artigo publicado pelo John Dalton, em 1794, e ele mencionava uma mulher que também confundia as cores como ele e seu irmão”, resgata Nadine ao contar sobre as influências para escrever o livro *Os óculos mágicos de Celeste*.

Nadine oferece uma perspectiva valiosa sobre a conscientização e a inclusão. Sua jornada para criar a obra foi inspirada por experiências e observações que ressaltam a necessidade de representatividade e educação sobre o tema. “Durante uma oficina de escrita criativa, tive a ideia de escrever a história de uma menina daltônica, pensando, justamente, na importância do protagonismo feminino nas publicações. Meninas também merecem viver e ler histórias em que elas vivem aventuras e se tornam heroínas. A minha ideia ficou guardada até 2022, quando surgiu a oportunidade de me inscrever no Edital de Artes de Fortaleza. O projeto foi aprovado, e, assim,

nasceu o livro”, frisou.

A autora reforça o papel pedagógico da obra. “É um tema necessário que precisa ser trabalhado com as crianças em idade escolar. Tanto para ajudar aquelas que podem se identificar com a condição como para trabalhar a empatia nas demais e assim diminuir o *bullying* que uma pessoa daltônica pode sofrer”, destaca Nadine.

Desde 2024, ano do lançamento da obra, o livro tem chegado a escolas e bibliotecas públicas e comunitárias, com impacto positivo. “Já conseguimos contar essa história para mais de mil crianças, além de realizar a doação de exemplares. Durante as contações, as crianças, às vezes, até comentam que querem ser daltônicas, porque na história Celeste se utiliza do seu daltonismo como um superpoder, e isso não é colocado como algo fantasioso, mas científico”.

A publicação também confirma a sua relevância ao ganhar editais, e, neste ano, o livro vai virar peça de teatro, com apresentações previstas para novembro. “Acredito que ainda tenho muito para conquistar com essa história e que a Celeste vai continuar me levando para lugares incríveis”, conclui.

Saiba Mais

TIPOS DE DALTONISMO

O daltonismo manifesta-se de diferentes formas, dependendo dos cones (células fotorreceptoras) afetados na retina. Os principais tipos são:

- **Protanopia:** dificuldade ou cegueira total para enxergar cores relacionadas ao vermelho. Indivíduos com protanomalia têm dificuldade, mas ainda percebem alguma intensidade de luz nesse espectro.
- **Deuteranopia:** dificuldade ou cegueira total para enxergar cores relacionadas ao verde. A deuteranomalia é a dificuldade em perceber o verde.
- **Tritanopia:** tipo mais raro, que causa dificuldade ou cegueira total para enxergar cores relacionadas ao azul e amarelo. A tritanomia dificulta a diferenciação entre azul, amarelo e verde.
- **Acromatopsia:** em casos mais extremos, é a ausência total de percepção de cores, em que a pessoa enxerga o mundo em tons de cinza.



O oftalmologista Fernando Gadelha afirma que existem testes específicos para diagnóstico

DESTAQUE NACIONAL

Elucidação de crimes cresce na PB

Estratégias garantem recorde histórico de 70% de resolução de casos envolvendo mortes violentas intencionais

Nalim Tavares
 nalimtavaresrdo@gmail.com

A capacidade de resolver crimes é um dos principais indicadores de um sistema de segurança pública eficiente. Nos últimos anos, a inteligência policial da Paraíba vem trabalhando para avançar na elucidação de mortes violentas intencionais (MVI) e, em 2025, alcançou a marca histórica de 70% de casos solucionados, o maior percentual registrado desde o início da série histórica, iniciada em 2013. O número coloca o estado em uma posição de destaque nacional, sobretudo quando comparado à média brasileira de esclarecimento para este tipo de crime, estimada em 37%, segundo o Instituto Sou da Paz — uma organização da sociedade civil que busca contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência.

Para o delegado da Polícia Civil da Paraíba (PCPB), Danilo Orengo, o índice é resultado dos esforços permanentes das equipes responsáveis pelas investigações. Desde 2013, a corporação vem seguindo uma metodologia que integra fortalecimento institucional, aperfeiçoamento constante de práticas investigativas e monitoramento contínuo dos inquéritos relacionados a homicídios e demais crimes letais, como feminicídios e latrocínios. “Esse acompanhamento permanente produz informações importantes para a tomada de decisões, permitindo direcionar recursos humanos, equipamentos e ações operacionais para os locais que mais necessitam de atenção”, esclarece o delegado.

A análise dos dados também demonstra a efetividade da estratégia: em 2023, a PCPB registrou 53% de elucidação das mortes violentas intencionais e, no ano seguinte, o percentual subiu para 59%. Agora, com o índice histórico de 70% (que indica que a cada 10 crimes da categoria, sete tiveram a autoria identificada), o estado consolida a tendência de crescimento na quantidade de crimes solucionados. Além disso, segundo a Diretoria de Estatística da PCPB, autora dos dados, as regiões de Bayeux e Cabedelo atingiram a marca de 90% de elucidação de homicídios.

Para a sociedade civil, os benefícios são diretos. “A elucidação de um inquérito policial de morte violenta intencional contribui para reduzir a sensação de impunidade, fortalecer a confiança da população nas instituições públicas e aumentar a percepção de segurança. Quando um crime é devidamente investigado e seus responsáveis são identificados, o sistema de justiça criminal passa a atuar de forma mais efetiva”, assegura o delegado Orengo.

Entre os fatores que explicam o avanço dos indica-

dores, está o investimento realizado pelo Governo do Estado na área da segurança pública. Segundo Danilo, houve ampliação da estrutura policial, aquisição de equipamentos tecnológicos, fortalecimento da perícia criminal e incorporação de novos profissionais por meio do maior concurso da história da PCPB, que introduziu 1.400 novos servidores na instituição. Esse reforço contemplou diversas áreas — incluindo delegados, investigadores, escrivães, peritos criminais, médicos e outros cargos especializados — e ampliou a capacidade operacional das equipes responsáveis pela apuração dos crimes. O delegado ressalta, ainda, o papel de órgãos como a Academia de Polícia Civil da Paraíba (Acadepol), o Instituto de Polícia Científica (IPC) e a Unidade de Inteligência Policial (Unintepol).

Pela análise dos dados



Foto: Rafael Rocha/Arquivo pessoal

Quando a gente tem um indicador, é possível entender o que está funcionando e o que precisa melhorar

Rafael Rocha

de investigação, é possível inferir que, nos últimos anos, o tempo médio de elucidação das MVI têm ficado entre 73 e 90 dias. O período compreende o trabalho investigativo necessário para reunir evidências suficientes, que permitam apontar a autoria de forma técnica e fundamentada. O delegado Orengo destaca que a qualidade da investigação deve sempre preceder a rapidez. “Investigações bem conduzidas contribuem para evitar erros, fortalecer a atuação do sistema de Justiça criminal e garantir maior segurança jurídica para todas as partes envolvidas”, afirma. Entretanto, o tempo de resposta, associado ao aumento dos índices de elucidação, demonstra o aperfeiçoamento das rotinas investigativas e o fortalecimento da capacidade institucional da PCPB, no enfrentamento dos crimes mais graves contra a vida.

A fim de manter o índice em ascensão, Danilo pontua que a principal estratégia, atualmente, “é a aproximação entre o corpo diretivo da PCPB e as equipes responsáveis pela operacionalidade, com a realização contínua de reuniões que discutam as experiências exitosas, a fim de que sejam ampliadas e replicadas, e também sobre as áreas em que os resultados não sejam satisfatórios, gerando reflexões e estudos que resultem em ações concretas no combate à criminalidade, levando em conta a dinâmica de cada localidade”. A partir do monitoramento constante, o delegado explica, é possível identificar dificuldades operacionais, verificar resultados alcançados e promover ajustes sempre que necessário.

O desempenho da Paraíba também chama atenção de instituições que acom-

panham a segurança pública em âmbito nacional. O Instituto Sou da Paz, organização sem fins lucrativos, que teve início em 1997 e, desde então, tem participado de importantes projetos voltados para a área — como a aprovação e implementação do Estatuto do Desarmamento, em 2003 —, mantém parceria com o estado em diferentes projetos voltados ao fortalecimento das investigações criminais. De acordo com Rafael Rocha, coordenador de projetos da organização, a Paraíba pode ser considerada um “ponto fora da curva” no cenário nacional, devido ao seu modelo de governança.

O especialista relata que, há anos, acompanha o cenário paraibano no que concerne ao combate ao crime, e que o estado foi pioneiro ao criar, em 2011, um indicador próprio para discutir segurança, cidadania e gestão compartilhada, além de políticas de segurança pública para enfrentar os índices de assassinatos registrados em território estadual. Chamado de “Paraíba Unida Pela Paz”, o programa é uma iniciativa do Governo do Estado, que integra as polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e órgãos de cidadania. Ele atua, justamente, por meio do monitoramento contínuo dos índices de criminalidade, especialmente daqueles que concernem à vida e ao patrimônio.

“Quando a gente tem um indicador, é possível entender o que está funcionando e o que precisa melhorar. João Pessoa tinha uma elucidação muito baixa de homicídios, quando comecei a acompanhar. Mas, hoje, já tem mais de 50%, que é acima da média nacional”, diz Rafael Rocha.

A metodologia de cálculo utilizada pelo Instituto Sou da Paz possui dife-

“**Investigações bem conduzidas contribuem para evitar erros, fortalecer a atuação do sistema de Justiça e garantir maior segurança**”

Danillo Orengo

renças técnicas em relação à métrica da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (Sesds). Enquanto o estado analisa os dados em tempo real, o instituto paulista processa as informações com uma janela de dois anos para consolidação nacional de Relatórios de Impacto. Mas, apesar das nuances metodológicas naturais, as curvas estatísticas de ambas as instituições conversam entre si e confirmam o avanço da Paraíba. O coordenador do instituto destaca, ainda, o impacto social decorrente da prisão de um homicida, que quebra o ciclo de violência e impede revanches imediatas entre grupos criminosos rivais.

Delegacia especializada

Um dos principais produtos da parceria entre o Instituto Sou da Paz e o Governo da Paraíba foi a criação de uma Delegacia Especializada de Combate à Circulação e Comercialização Ilegal de Armas de Fogo, Munições e Explosivos (Desarme), assinada, em outubro de 2024, pelo então governador João Azevêdo. Localizada em João

Pessoa, mas com abrangência em todo o estado, o foco da unidade é identificar as organizações criminosas ligadas à fabricação e comércio de armas ilegais, já que a maioria dos homicídios na Paraíba — e no Brasil — é cometida com o uso de armas de fogo.

Nesse sentido, o Instituto Sou da Paz também desenvolveu, com base em dados cedidos à organização pela PCPB, uma análise do perfil das armas que circulam pelo estado. O estudo realizado a partir de, aproximadamente, 13 mil armas apreendidas, de 2000 a 2023, pelas Forças de Segurança paraibanas, revelou, por exemplo, que 20% do armamento retirado das ruas era de fabricação artesanal, abrangendo desde armas rústicas, comuns na caça por subsistência, até modelos mais sofisticados, semiautomáticos ou automatizados, produzidos por impressoras 3D. Tal monitoramento também permite identificar se há novos padrões de tráfico surgindo ou se armas registradas por colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) estão sendo desviadas para o crime.

Por fim, Rafael Rocha enfatiza que não existem respostas prontas ou soluções únicas para combater a violência. Cada modalidade exige estratégias e articulações específicas, com setores como saúde, educação e tecnologia. Entretanto, quando se pensa em transformar a segurança, a análise de dados é um dos melhores pontos de partida. “Olhar para os problemas e buscar soluções a partir do levantamento de dados, análises técnicas e evidências científicas impede que a inteligência policial opere no escuro, e permite que as estratégias sejam mais direcionadas,” ele conclui.



Foto: Divulgação/PCPB

As recentes melhorias na PCPB incluem ampliação de estrutura policial, obtenção de equipamentos tecnológicos e chegada de novos profissionais

SÃO PEDRO

Fiéis perpetuam tradição pesqueira

Na capital, agenda de celebrações em louvor ao santo inclui procissão e barqueata até a Praia de Tambaú

Íris Machado
irmschdo@gmail.com

É na casa da pescadora Maria da Penha da Conceição que a imagem de São Pedro aguardará o cortejo de fiéis do Santuário de Nossa Senhora da Penha, em João Pessoa, antes de embarcar até a Praia de Tambaú, na manhã de amanhã — dia dedicado ao santo. Tradição de mais de 100 anos, a procissão em homenagem ao guardião das chaves do céu tem início neste fim de semana. Hoje, a programação inclui um convite à comunidade religiosa para proclamar a fé pelas ruas da Praia da Penha e prestigiar quadri-lhas juninas e bandas locais.

Todos os moradores se envolvem na organização do evento, como explica Maria da Penha. Doente, ainda sem forças para sair da cama por conta de uma gripe, ela conta os dias para recuperar as energias e iniciar os preparativos da festa. “Preparo a caldeirada, mungunzá, arroz-doce, frutas, bolo e refri-



Hoje e amanhã, a comunidade de pescadores da Praia da Penha reúne-se em torno de um ritual centenário de fé e gratidão

gerante. Tudo isso a gente faz. A caldeirada é para a sopa de peixe, que a gente sempre distribui. É uma tradição de pai para filho”, destaca a pescadora, complementando: “Não podemos fechar a porta para São Pedro. A gente tem que deixar tudo aberto, tudo li-

vre, a noite toda”.

Esta não é a primeira vez que o lar de Maria da Penha recebe o retrato do padroeiro. No ano passado, assim como em outras edições do cortejo, a imagem de 35 kg de São Pedro permaneceu sob os cuidados dela e dos familiares,

administradores da Peixaria da Penha. A pescadora — que também é filha, esposa e mãe de homens do mar — carrega consigo uma fé herdada de gerações, uma crença capaz de afugentar as incertezas da arriscada travessia entre as ondas.

“São Pedro representa tudo. A gente só se apega a ele. Quando nós, nossos maridos e nossos filhos vão ao mar, a gente se apega a Nossa Senhora e a São Pedro Pescador, porque você sabe que vai, mas não sabe se volta. Venta muito, chove, e você sabe que

água não tem cabelo”, relata Maria da Penha, descrevendo a prática da pesca como “muito boa, mas muito perigosa”. Ela lembra que alguns familiares, como seu irmão, já ficaram à deriva, por vários dias, em alto-mar. “Uma vez, meu sobrinho ‘caiu’ no mar e a gente só veio encontrá-lo às 11h do outro dia, no Seixas, boiando”, revela.

Assim como ela, o pescador Francisco Assis de Melo participa anualmente das celebrações em homenagem a São Pedro. Quando começou a desbravar os perigos mar adentro, ainda criança, ele já acompanhava os pais na expedição em louvor ao santo. Hoje, após mais de cinco décadas de pesca, os olhos de Francisco continuam a se encher de alegria ao falar do protetor e de sua expectativa para a agenda comemorativa que começa nesta noite. “São Pedro vai vir de Tambaú para cá. Logo depois, vai ocorrer um festezinho para comemorar seu dia, aqui, na comunidade”, reforça.

Paróquias realizam homenagens especiais ao padroeiro

Conforme divulgado pela Arquidiocese da Paraíba, a festa no Santuário da Penha tem início às 19h, quando uma missa de acolhida da imagem do santo, vinda da Praia de Tambaú, abrirá as celebrações. Em seguida, haverá uma procissão, com a imagem, pelas ruas da Praia da Penha, em direção à Vila dos Pescadores, onde a comunidade promoverá um festejo com quadrilhas e grupos musicais locais. Amanhã, a partir das 9h, serão realizados um momento de oração e uma procissão até a beira-mar, de onde partirá, às 11h, a tradicional barqueata de São Pedro, carregando a imagem do padroeiro rumo a Tambaú.

Entre outras comunidades locais que louvarão o dia do santo, na Região Metropolitana de João Pessoa, está a Paróquia São Pedro Pescador, no bairro de Manaíra, onde os festejos se somam ao jubileu de 25 anos do templo. O ápice da agenda comemorativa ocorre hoje, com quatro missas na

Igreja Matriz, ao longo do dia — incluindo uma ministrada por dom Alcivan Tadeus, bispo auxiliar da Paraíba, às 8h —, e a procissão de São Pedro, que sairá da Capela Santo André, às 16h.

Programações especiais em louvor a São Pedro e São Paulo — outro apóstolo homenageado em 29 de junho — também acontecem em outras seis paróquias da Arquidiocese da Paraíba: a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em Cabedelo; a Paróquia São Pedro Apóstolo, em Bayeux; a Paróquia São Pedro, em Serra Redonda; e as paróquias São Pedro e São Paulo do bairro Brisamar, na capital; em Santa Rita; e em Mamanguape.

Autoridade pastoral

De acordo com a Arquidiocese da Paraíba, São Pedro foi um dos 12 apóstolos de Jesus Cristo e é considerado uma das figuras mais importantes do cristianismo. Originalmente chamado de “Simão”, o san-

to era um pescador na região da Galileia. Segundo os Evangelhos, Jesus lhe teria dado o nome de “Pedro” (do grego *petros*, que significa “pedra”) e dito: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”. Para os católicos, essa passagem fundamenta o papel especial do padroeiro como líder dos apóstolos e primeiro bispo de Roma, sendo considerado o primeiro papa.

Também reconhecido como um dos discípulos mais próximos de Jesus — que lhe teria concedido, ainda, “as chaves do reino dos céus”, um símbolo de sua atribuição para governar a Igreja e abrir as portas da salvação —, Pedro teria negado Cristo por três vezes, antes da crucificação de seu mestre, mas se arrependido profundamente mais tarde. A tradição cristã registra que ele pregou o Evangelho em várias regiões do Império Romano, até ser marti-

rizado em Roma, por volta dos anos de 64 e 65 d.C., durante as perseguições do imperador Nero. Seu túmulo está localizado na Basílica de São Pedro, na

Cidade do Vaticano.

A devoção ao santo é especialmente forte no Nordeste brasileiro. Padroeiro dos pescadores, o apóstolo é venera-

do por comunidades litorâneas e ribeirinhas, que encontram em seu testemunho um exemplo de confiança em Deus, serviço e fidelidade ao Evangelho.



Guardião das chaves do reino dos céus, Pedro é considerado o primeiro papa da Igreja cristã

USINA ENERGISA ENTRADA GRATUITA

12 DE JULHO ÀS 16H

103. ROCK FESTIVAL

PAPANGU • HEADSPAWN • FLAU FLAU

CINEMA

100 anos fazendo rir

Diretor, roteirista, produtor e ator, Mel Brooks comemora seu centenário hoje com um novo filme, previsto para 2027: a continuação de *Spaceballs*

Renato Félix
renatofelix.correio@gmail.com

Na década de 1950, Mel Brooks interpretava, com o amigo Carl Reiner, o esquete *The 2.000 year old man* ("O homem de 2.000 anos"). Interpretando o personagem-título, Brooks disparava comentários absurdos sobre fatos históricos. Cerca de 70 anos depois, Brooks não chegou ainda aos dois mil anos, mas segue firme. Hoje, completa seus primeiros 100: literalmente uma lenda viva da comédia, criador de clássicos como a série *Agente 86* (1965-1970) e filmes como *Primavera para Hitler* (1968) e *O jovem Frankenstein* (1974).

Brooks, nascido Melvin James Kaminsky, é nova-iorquino do Brooklyn, filho de pai de família judia alemã e mãe de família judia russa. Desde cedo, percebeu que o *showbiz* era seu caminho: depois que viu o musical *Anything goes* no teatro, aos nove anos, sentenciou para o tio que o levou que era com aquilo que iria trabalhar.

Aos 14 anos, já trabalhava entreterendo hóspedes em um

hotel, onde conheceu Sid Caesar, de 18 anos, começando uma amizade que iria impulsionar a carreira de ambos após a Segunda Guerra, na qual Mel Brooks serviu.

Em 1950, Caesar criou o *show* de variedades *Your show of shows* e contratou Brooks como roteirista. No fim da década, a amizade com outro comediante, Carl Reiner, levou ao número *The 2.000 year old man*. Com outro parceiro, Buck Henry, criou um sucesso estrondoso: a série *Agente 86* (*Get Smart*), focada em um espião trapalhão que satirizava os filmes de James Bond, que começavam a fazer sucesso nos cinemas.

O cinema era justamente onde Mel Brooks queria chegar. E, como diretor e roteirista, ele estreou na tela grande com a história maluca de dois produtores teatrais que conseguem financiamento para levantar uma peça, mas a pior peça possível, que fracassa logo na primeira

noite e, assim, a dupla fica com o

nheiro do investimento. *Primavera para Hitler* era a peça dentro do filme e o título brasileiro da produção, uma comédia espetacular que deu a Brooks o Oscar de Melhor Roteiro Original. Nos anos 1990, o filme gerou um musical de grande sucesso na Broadway (que, por sua vez, levou ao filme *Os produtores*, de 2006).

Outra parceria começou aí: com o ator Gene Wilder. Com ele, Brooks se tornou um dos raros diretores a lançar dois grandes filmes no mesmo ano. Aconteceu em 1974, com *Banzé no oeste* e *O jovem Frankenstein*.

Banzé no oeste era um faroeste sobre uma cidadezinha atormentada por bandidos e que aguarda um novo xerife. Mas quem pega o cargo é um homem negro, que não era exatamente o que os cidadãos racistas queriam. O filme avança na metalinagem e vai terminar nos próprios estúdios da Warner Bros. e, de lá, para dentro de uma sala de cinema em Los Angeles.

Na sequência, veio *O jovem Frankenstein*, talvez a obra-prima de Brooks. Era uma sátira ao clássico *Frankenstein* (1931), da Universal, e, para isso, o diretor filmou em preto e branco e usando cenários do filme original, dos anos 1930. Wilder interpreta o neto do doutor original e, com vergonha, prefere ser chamado de "Fronkonsteen".

Nesses dois filmes, novas parcerias surgiram e o acompanhariam nos anos seguintes: Madeline Kahn em *Banzé no oeste*; Marty Feldman em *O jo-*

vem Frankenstein; Dom DeLuise havia chegado no segundo filme de Brooks, *Banzé na Rússia* (1970).

Brooks tornou-se um especialista em paródias. Ousou fazer um filme mudo em 1976 (*A última loucura de Mel Brooks*, com DeLuise e Feldman), satirizou Hitchcock (em *Alta ansiedade*, 1977, com Madeline Kahn) e avançou sobre os fatos históricos em *A história do mundo: parte 1* (1981). A saga *Star Wars* foi o alvo da vez em *S.O.S.: tem um louco solto no espaço* (*Spaceballs*, 1987), que ganha uma parte 2 em 2027. Ele ainda brincaria com versões de Robin Hood e Drácula, que estavam fazendo sucesso nos anos 1990.

Brooks é tão referência em comédia que não quis assinar como produtor quando sua Brooksfilms começou a financiar filmes dramáticos, como *O homem elefante* (1980), de David Lynch. Mel achava que, ao ver o nome dele associado ao projeto, o público automaticamente acharia que se tratava de uma comédia. Outro filme de sua produtora foi *Nunca te vi, sempre te amei* (1984), estrelado por sua esposa, a grande atriz Anne Bancroft.

A HBO Max lançou neste ano uma série documental em duas partes esmiuçando a vida e carreira do comediante. *Mel Brooks: the 99 year old man*. Com direção de Judd Apatow e Michael Bonfiglio, é uma bela oportunidade para se aprofundar nas ideias de um dos maiores nomes do humor no cinema. Vale assistir a algum de seus principais filmes para celebrar o centenário de Mel Brooks deixando ele fazer o que faz melhor: o público rir.



Mel Brooks é nome fundamental da comédia no cinema: um documentário da HBO Max esmiúça sua vida e ideias



Fotos: Divulgação/Universal

PRIMAVERA PARA HITLER (1968)

Mel Brooks escreve e dirige essa história sobre dois produtores de teatro em busca de um fracasso monumental: um musical que celebra Adolf Hitler! Não está nos streamings, só em DVD.



Fotos: Divulgação/Warner

BANZÉ NO OESTE (1974)

Brooks satiriza o faroeste e ainda zomba dos racistas. É um dos filmes mais engraçados do mundo. Em streaming na Oldflix e para aluguel ou compra digitais no Prime Video e Apple TV.



Fotos: Divulgação/Fox

O JOVEM FRANKENSTEIN (1974)

Para homenagear e parodiar o original de 1931, Brooks filmou em preto e branco e com cenários originais da época. Outro que não está nos streamings: sorte de quem tem o DVD.



Fotos: Divulgação/Fox

A ÚLTIMA LOUCURA DE MEL BROOKS (1976)

Brooks assume o protagonismo, como o diretor que tem a ideia maluca de fazer um filme mudo nos anos 1970. E adivinha: o filme é mudo mesmo. Só em DVD.



Fotos: Divulgação/Fox

ALTA ANSIEDADE (1977)

Aqui, Mel Brooks mira suas piadas para os filmes de Alfred Hitchcock. Pela primeira vez, ele entra no estilo de parodiar cenas diretas. Brooks entra como o protagonista do filme. Em DVD e em streaming, na Disney+.



Fotos: Divulgação/MGM

S.O.S.: TEM UM LOUCO SOLTO NO ESPAÇO (1987)

A paródia dos filmes da série Star Wars vai ganhar uma sequência em 2027. Em DVD, no MGM+ e, para aluguel e compra digitais, no Prime Video e Apple TV.

Artigo

Estevam Dedalus

Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

O ano em que o mundo não acabou

A religião Testemunhas de Jeová é relativamente nova. Sua origem remonta à década de 1970 do século 19, quando ainda se chamava “Estudantes da Bíblia”. A organização teve como fundador o líder carismático Charles Taze Russell — nascido em Pittsburgo, no ano de 1852. De ascendência escocesa-irlandesa, Russell recebeu, durante a infância, forte educação presbiteriana. Na adolescência, converteu-se à Igreja Metodista e, durante longo período, mostrou-se cético diante de certas interpretações bíblicas. Passou, então, a frequentar a Igreja Adventista à procura de solucionar suas dúvidas, mas não parecia completamente satisfeito. Naquela época, seu maior tormento consistia em conciliar, sem incorrer em paradoxos, a ideia de um Deus essencialmente bondoso com doutrinas como o inferno e a predestinação. Tais dificuldades, por algum tempo, chegaram a enfraquecer sua fé nas escrituras. A principal influência do adventismo na sua vida, talvez, tenha sido o revigoramento de sua crença no caráter infalível da Bíblia. A crença no dogma da segunda vinda iminente de Cristo e a doutrina milenarista também parecem ser heranças dessa época.

Com o entusiasmo renovado, Russell juntou-se a vários amigos que não tardaram na criação de uma turma para estudos bíblicos. A classe logo se desenvolveria e ganharia o mundo. O primeiro passo foi a criação de uma revista de divul-

gação. O surgimento da revista *Watch Tower*, conhecida no Brasil por “A Sentinela”, data de 1879. É, até os nossos dias, a publicação mensal de maior importância das Testemunhas de Jeová. Russell fundaria logo depois (1881) uma sociedade religiosa, sem fins lucrativos, conhecida pelo nome de “A Sociedade Torre de Vigia de Tratados da Pensilvânia”, com *status* de associação jurídica. Todas as publicações das Testemunhas de Jeová são de responsabilidade dessa entidade.

Para se ter uma ideia do crescimento da organização, a primeira publicação da *Watch Tower* teve 6.000 exemplares. Em 1914, os números aumentariam quase 1.000%. Além disso, por volta em 1904, Russell, beneficiado pela invenção do telégrafo, começou a publicar sermões em jornais dos Estados Unidos sem que precisasse interromper suas viagens para divulgação da nova doutrina. Acredita-se que o número de leitores chegasse a 15 milhões.

Após conhecer os escritos de Nelson H. Barbour (em 1876), Russell se viu seduzido pela ideia de que a segunda vinda de Cristo não levaria a destruição completa da vida no planeta como pensava antes. A nova concepção afirmava o restabelecimento de um paraíso terrestre, para que os “justos de coração” pudessem viver na bem-aven-

turança, e que os cristãos não deveriam mais crer na segunda vinda material de Cristo. Este, segundo pensava, seria um acontecimento invisível e espiritual. Desde então ele não mediu esforços para encontrar na Bíblia alguma profecia cronológica que indicasse o fim do mundo, o dia do Armagedom.

Sabemos que, por longo tempo, os estudantes da Bíblia estiveram convencidos de que o fim do mundo aconteceria em 1914, ano da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, acreditavam piamente que a segunda vinda havia acontecido e que o mundo se encaminhava rapidamente para o tempo da colheita — a destruição dos iníquos e salvação dos piedosos adoradores de Jeová. O frenesi tomou conta dos membros da organização. A pregação oficial dizia que o Armagedom aconteceria em outubro de 1914. Muitos abandonariam suas atividades cotidianas com a intenção de se preparar exclusivamente para o Grande Dia. Mas os fatos mostraram que Jeová tinha outros planos. As expectativas caíram por terra. Nada aconteceu naquele ano. A decepção tomou conta de tal maneira que vários seguidores deixaram a organização, provocando a primeira evasão em massa na história da instituição.

Naquele momento, Russell e membros da diretoria diziam tratar-se de erros de cálculo. Asseveravam que os acontecimentos previstos deveriam provavelmente acontecer em no máximo um ano,

em outubro de 1915. Porém, suas previsões se mostraram novamente falhas. Novo golpe contra a organização. Assim, como nada se podia fazer para alterar os fatos, resolveu-se que a interpretação deveria ser modificada. O ano de 1914 deixou de representar o fim do mundo, passando a ser entendido apenas como o momento em que Jesus Cristo se tornou rei nos céus. Expulsando definitivamente Satanás e os demônios daqueles domínios, tornando-os prisioneiros da alçada terrena.

Com a morte de Charles Taze Russell, no ano de 1916, a organização passou por graves problemas políticos. Surgiram dúvidas sobre a sucessão do comando. A situação seria resolvida através de eleição, vencida pelo advogado Joseph Franklin Rutherford, que habilmente expulsou seus opositores graças a um artifício jurídico. A ascensão de Rutherford marcou o início de uma nova fase na história das Testemunhas de Jeová, caracterizada por profundas transformações doutrinárias, organizacionais e identitárias. A consolidação de sua liderança, os conflitos internos decorrentes desse processo e seus impactos na configuração contemporânea da religião constituem um tema amplo e complexo, que merece ser analisado separadamente. Trata-se, portanto, de uma discussão que ficará para um próximo artigo.

Kubitschek
Pinheiro

Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

Roger, o mundo de Villanova

Estacione o carro de lado da Padaria Flor das Neves e saia a pé por dentro do bairro do Roger, um dos mais antigos de João Pessoa, na Zona Norte da capital. O local ainda exhibe traços coloniais, muito embora com casas em ruínas, sem pinturas; o mais provinciano impossível.

A primeira vez que botei meus pés ali foi em 1977. Fui visitar uma prima, Maria das Dores, que era costureira, amante do marido de sua prima. Das Dores costumava roupas como ninguém. Morava numa casinha apertada, na Rua das Gameleiras.

Naquele tempo, o bairro era bucólico. Só depois fui saber que o nome do bairro vem do “Rogers” sítio de um inglês, Richard Rogers, que aqui chegou, na primeira metade do século 19. Teria sido um viajante que largou o navio, no Porto do Varadouro, seduzido pelas belezas do lugar. Aqui, fez fortuna, casou-se com uma mulata brasileira, Francisca Romana, e foi feliz até morrer, nos trópicos.

O Roger se expandiu a partir dos limites iniciais do Centro Histórico e do Varadouro. O local, em alguns trechos, preserva ainda uma vista privilegiada da área de manguezal do Rio Paraíba. Durante décadas às margens do Rio Sanhauá, o lixão do Roger chegou ao fim em 2003.

Sai filmando casas, ruas, gente, como faço há cinco anos para postar na minha página no Instagram, mas consegui poucas imagens. Cheguei até a Igreja de Santa Teresinha, que fica na parte final do bairro, cercada de casinhas emendadas.

Seria o Roger o subúrbio da capital, casas simples com cadeiras na calçada e nas fachadas, escrito em cima que é um lar, da canção “Gente humilde”, de Chico Buarque?

Roger tem memória, identidade e cidadania — pariu personalidades: os vereadores Tavinho Santos; seu pai, Vavá Cabeção; Pedro Coutinho; Mário da Gama e Melo; Giselda Navarro; entre outros. É lá que fica o presídio mais antigo da cidade, desde 1940. O Roger foi tema de mestrado de Luana Maria Cavalcanti Bispo, na década de 1990.

Quando chegamos na Rua Joaquim Nabuco, às 10h, todas as casas estavam fechadas, menos a de seu Antônio Villanova, sentado no batente que dá para sua rua. Perguntei se podia filmar, ele balançou a cabeça que “sim”. Estava ali um homem de 80 anos cujo tempo viria a ser preterido, uma distância para o mundo de si e dos outros, sem a menor ansia de distinção. O senhor está há muito tempo aqui? “Nasci em Areia e vim morar no Roger com um ano de idade. Aqui é meu mundo”. Isso de ele dizer “seu mundo” bateu aqui em mim. Fiquei atônito, parado no mundo dele.

Chamar o Roger de seu mundo é o sentimento de quem nunca saiu de Villanova. Perguntei pelas gameleiras (da Rua Dom Vital, esquina com Juiz Gama e Melo), ele mudou a fisionomia e usou o polegar (o dedão), afirmando que não existem mais.

Antônio me fez lembrar de vidas solitárias do velho mundo, como se toda a resistência fosse uma vitória que deixamos de ver ou julgar na lenta influência da “galáxia omissa”, desligando rumos e mundos.

Dei um abraço em Antônio Villanova e entrei à direita na Rua Jornalista Borges da Fonseca, rumo à Igreja de Santa Teresinha, pra fazer uma oração.

Sol na moleira, 50 anos que deixei o Sertão, em busca de outro mundo. Sai dali, deixei Villanova desfocado nas memórias, trocando o passado por alguma canção. É, gente humilde, que vontade de chorar.

Kapetadas

1 – Muitas pessoas melhoram durante a vida. Não é o caso do Villanova. Algumas até viram exemplo. A tragédia começa aí.

2 – As *bets* provaram que o brasileiro continua acreditando em milagres. Só mudou o santo: agora é São Algoritmo.



Antônio Villanova, morador do bairro: “O Roger é meu mundo”

Estética e Existência

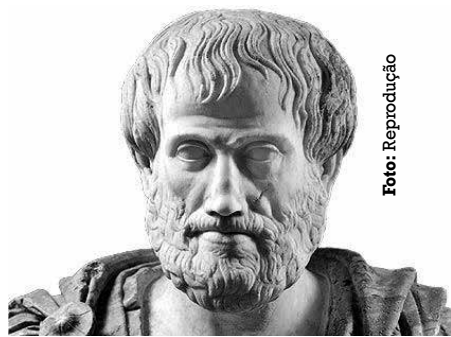
Klebber Maux Dias

Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Virtude e autenticidade

Em sociedades construídas pela valorização da aparência, do prestígio social e do reconhecimento público, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre a simplicidade e necessidade de preservar a própria identidade moral diante das adversidades. A experiência da perda, da injustiça e do fracasso ou da experiência de abandono pode conduzir o indivíduo a dois caminhos: a busca desesperada por *status* como forma de compensação simbólica por meio da mentira ou validação; o outro é pelo fortalecimento de seu caráter mediante o desenvolvimento de suas competências e responsabilidades.

A tradição filosófica da Grécia Antiga, entre elas o estoicismo, oferece contribuições para compreender por que a verdadeira realização humana está na construção de uma vida ética. Para o filósofo grego Epicteto (50-138 d.C.), aquilo que realmente pertence ao indivíduo é sua capacidade de julgar, decidir e agir virtuosamente. Em seu manual, afirma que “não são as coisas que perturbam os homens, mas os juízos que eles fazem delas”. Esse argumento sugere que a perda de riquezas, posições sociais ou reconhecimento não implica necessariamente a perda de si mesmo. O que verdadeiramente ameaça a integridade humana é a renúncia aos próprios princípios em troca de aprovação ou prestígio. A busca incessante por *status* ou validação frequentemente conduz à alienação da própria identidade. Nesse sentido, o filósofo, teólogo, poeta dinamarquês Soren Kierkegaard (1813-1855) argumenta que o maior desespero humano consiste em não querer ser aquilo que se é. Em sua obra *A doença para a morte* (1849), o filósofo descreve o desespero como uma ruptura entre o indivíduo e sua verdadeira condição existencial. Quando alguém passa a viver exclusivamente em função das expectati-



Aristóteles: prática constante das virtudes

vas alheias ou da conquista de prestígio social, afasta-se de sua autenticidade e torna-se prisioneiro de uma identidade artificial. A superação desse estado exige um retorno à interioridade, à responsabilidade pessoal. A responsabilidade individual assume também uma prioridade na filosofia do francês Jean-Paul Sartre (1905-1980). Segundo Sartre, o ser humano está condenado à liberdade, o que significa que é inteiramente responsável pelas escolhas que realiza. Assim, perder tudo na vida não elimina a capacidade de reconstrução moral. Pelo contrário, é justamente nas situações-limite que o caráter se revela de maneira mais evidente. O indivíduo é definido pela forma como responde aos acontecimentos.

Em sua obra *Ética a Nicômaco* (325 a.C.), o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) afirma que a excelência humana é o resultado da prática constante das virtudes. A coragem, a prudência, a justiça e a temperança são adquiridas por meio de hábitos e escolhas reiteradas. Sob essa perspectiva, a competência deve ser entendida como expressão da formação moral do indivíduo. Uma pessoa verdadeiramente competente é aquela capaz de agir corretamente mesmo quando enfrenta obstáculos, injustiças ou perdas significativas. A questão da justiça também foi amplamente discutida pelo imperador romano Marco Aurélio (121-180 d.C.). Em suas *Meditações* (170 e 180 d.C.),

ele defende que a maldade dos outros não deve determinar a conduta de quem busca viver de acordo com a razão. Diante da injustiça, a reação mais nobre é a perseverança naquilo que é correto. Tal postura exige força interior, pois implica manter a integridade mesmo quando a realidade externa parece recompensar comportamentos contrários à virtude. A adversidade, nesse sentido, precisa ser enfrentada como oportunidade de reconstrução e amadurecimento. Portanto, a experiência de perder tudo não implica necessariamente a perda da dignidade ou da identidade. O que realmente importa é a capacidade de permanecer fiel aos próprios valores.

A filosofia demonstra que o fundamento da vida humana encontra-se no caráter, na responsabilidade e na competência construída por meio do esforço contínuo. Enquanto o prestígio social depende das circunstâncias e do julgamento alheio, a integridade moral permanece sob o domínio do próprio indivíduo. Assim, mesmo diante das injustiças mais severas, a verdadeira realização consiste em não perder a si mesmo, preservando a consciência, a dignidade e a disposição de agir corretamente. É nesse sentido que a competência é sustentada pelo caráter e pela responsabilidade, torna-se a forma mais elevada de resistência humana diante das vicissitudes da existência.

Sinta-se convidado para a audição do 574º Domingo Sinfônico, que ocorrerá hoje, das 22h às 0h. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é na FM 105.5 ou você pode acessar pelo aplicativo, em <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante o programa, comentarei a vida, a obra e as contribuições do violonista israelense Itzhak Perlman (1945) para a reflexão sobre a superação das dificuldades da existência.

Foto: Arquivo pessoal

Coisas de Cinema

Alex Santos

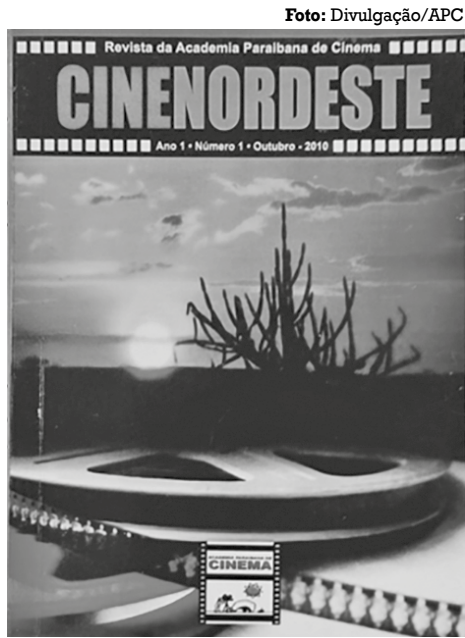
Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Resgatando uma arte de luz e sombras

A história do cinema paraibano se confunde com a memória e o legado de seus mais ilustres visionários. Ratificado está o pioneirismo edificador de quantos viram na arte-do-filme, a partir do seu limiar, uma saída ousada aos seus próprios anseios criativos e projetos de construção artística. Exemplo desse princípio é o meu pai, Severino do Cinema, na cidade de Santa Rita.

Na verdade, são nomes que fizeram dessa arte um sacerdócio, sendo por isso ainda lembrados com muito carinho pelos que buscam se debruçar nos seus feitos, inicialmente artesanais, construtores do nosso cinema. Feitos hoje lembrados e homenageados, oportunamente, por uma instituição maior, a Academia Paraibana de Cinema, que busca continuar resgatando esse feito através de publicações como o da sua revista, *Cinenordeste*.

Nicola Maria Parente, visionário que nos trouxe as primeiras imagens criadas através do cinematógrafo, pelos irmãos Lumière, ainda no apagar das luzes do século 19; o português Manuel Castro, que inauguraria o Cine Pathé, no local onde funcionou, por muito tempo, o Bar



A revista Cinenordeste será relançada

Duas Américas, no tradicional Ponto de Cem Réis, Centro da cidade de João Pessoa; ou, ainda, o dinamarquês Einar Svendsen, que fundaria sua Empresa Cinematográfica Parahybana, são nomes que permanecem vivos na nossa memória de uma cinematografia que foi e será grande. Sempre grande!

Mas o cinema mesmo chegaria igualmente com os grandes feitos da época, no rumo dos acontecimen-

tos do início do século 20, inclusive tecnológicos, que modificariam gostos e atitudes da sociedade de então. Acompanhando o chamado progresso urbano da cidade, já se pensava em empresas organizadas de cultura. O cinema, além do teatro, daria o primeiro passo ao seu engajamento institucional, criando-se amplas salas de exibição fílmica, a exemplo do Cine Pathé, que, após algum tempo de funcionamento, haveria de dar lugar a outro cinema: Morse. Depois, sob a responsabilidade de outro dono, o também pioneiro Henrique de Sá.

Nesse contexto histórico, o cinema vem se confirmar como mais um instrumento também de dominação social, dada a sua manifesta dependência político-cultural; e não menos econômica. Mesmo assim, no início do século, a comunidade ocidental do Terceiro Mundo, inclusive a nossa, assimilaria entusiasmada o novo invento não apenas como uma forma de lazer, mas como um poderoso agente repassador da sua própria identidade e condição humana e histórica. Quicá, a real função social do verdadeiro cinema. (Mais "Coisas de Cinema" no site www.alexasantos.com.br)



APC contatou prefeito de Cabaceiras

Nesta semana, após uma reunião do conselho da APC e combinar com o prefeito de Cabaceiras, sugerindo uma homenagem naquela cidade ao ex-presidente e fundador da Academia Paraibana de Cinema, Willis Leal, ficou acertado que haverá um evento sobre o assunto, passado esse período junino.

Conforme o presidente da entidade, o professor João de Lima, haverá uma pauta a ser discutida com o representante do município de Cabaceiras, só aguardando agora a definição do local e hora desse encontro.

STREAMING

Michael Jackson é tema de série no Globoplay

Agência Estado

Na semana em que a morte de Michael Jackson completa 17 anos, o Globoplay estreia o documentário *Michael Jackson: a história*. Mesmo mais de uma década após sua partida, o cantor segue como um dos nomes mais influentes da música mundial, com um legado que continua sendo revisitado em produções dedicadas à sua trajetória.

Dividida em quatro episódios, disponíveis na íntegra a partir da estreia, a série revisita a trajetória do cantor desde a ascensão até os episódios que marcaram sua vida fora dos palcos. A produção mostra momentos decisivos de sua carreira e também os desafios e con-

trovérsias que acompanharam sua história pública ao longo das décadas.

Assinada pela BBC e dirigida por Sophie Fuller, a produção combina imagens de arquivo e depoimentos de pessoas próximas a Michael. Entre os entrevistados, estão nomes como Janet Jackson e o rabino Shmuley Boteach.

Confira a seguir outras séries e filmes sobre Michael Jackson disponíveis nas plataformas de streaming:

Michael

Sucesso de bilheteria em 2026, *Michael* já está disponível no Prime Video, no YouTube e no Google Play para compra e aluguel digital. O longa, dirigido por Antoine Fuqua, traz Jaafar Jackson no

papel de Michael Jackson e mostra como ele foi de estrela mirim com o Jackson 5 a um dos maiores astros da história da música.

Michael Jackson: o veredicto

Michael Jackson: o veredicto é uma série documental da Netflix. A produção revisita o processo criminal enfrentado pelo cantor em 2005, quando o artista foi acusado de abuso sexual infantil e outros crimes, em um caso que mobilizou a imprensa internacional e dividiu a opinião pública.

This is it

Michael Jackson's This is it acompanha os bastidores dos ensaios da turnê que o cantor preparava para Londres, pouco antes de sua morte. O do-

cumentário mostra o dia a dia de criação e ensaio das performances, com Michael Jackson revisitando seus grandes sucessos e ajustando coreografias que fariam parte do espetáculo. A produção está disponível no Prime Video e na Apple TV.

Moonwalker

Disponível no Prime Video, *Moonwalker* é uma fantasia musical estrelada por Michael Jackson que reúne diferentes momentos inspirados em sua carreira e em músicas do álbum *Bad*. Em uma narrativa que mistura ficção e performance, o cantor assume um papel heroico em uma missão para salvar crianças das mãos do vilão Mr. Big.



Michael Jackson: a história conta a vida do astro pop em quatro capítulos; outras opções também abordam trajetória do cantor

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho

Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

Primeiros livros

Nunca me desfago de meus livros. Preservo, com carinho especial, sobretudo, aqueles que adquiri pela primeira vez, ainda na primeira adolescência.

Nessa época, morava em Campina Grande e costumava frequentar um sebo que ficava na Praça da Bandeira, denominado, a princípio, de *A Ilusão*, e, depois, de *A Realidade*. A mudança de nome se deu porque o dono, antes evangélico, abandonou a crença, substituindo, assim, uma razão social por outra. Dito de outra forma: perdeu a fé!

Era lá que gastava a mesada que meu pai me dava semanalmente, e foi dali que vieram os primeiros exemplares de uma biblioteca que se formou ao longo do tempo e que constitui, sem cabotismo, peça fundamental de minha vida, patrimônio intelectual que muito me orgulha e envaidece.

Também comprava livros pelo reembolso postal. As Edições de Ouro me eram as preferidas. Livros simples, de bolso, bem editados, sobremaneira porque, além do texto principal, no original ou traduzido, trazia introduções, notas de rodapé, cronologia do autor e da obra, prefácios, pós-fácios e outros paratextos assinados por especialistas, como contribuição e esclarecimento no sentido de orientar o leitor.

Conservo ainda e bem guardados dois livrinhos das Edições de Ouro que muito me ajudaram no trato com a coisa literária e que, em certo sentido, como que me estimularam o gosto da crítica e da história. Foram eles: *História da literatura da língua portuguesa*, de Osmar Barbosa, e *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, de Otto Maria Carpeaux.

Ambas são obras de cunho didático, de objetivo propedêutico, escritas para auxiliar alunos e professores de letras no dia a dia da sala de aula ou mesmo no circuito mais amplo e menos sistemático da leitura. O manual de Osmar Barbosa situa autores, obras e estilos no contexto histórico e estético, enquanto o de Otto Maria Carpeaux, em fazendo isso também, organiza e comenta os estudos críticos e ensaísticos acerca da literatura brasileira. Trata-se, a meu ver, de fonte rica e indispensável.

Foi por essas edições, as de ouro, que iniciei o meu contato com o universo de alguns autores de minha preferência. Machado de Assis, Raul Pompéia, Euclides da Cunha, José Lins do Rego, Lúcio Cardoso, Cornélio Penna, em âmbito nacional, assim como, em âmbito estrangeiro, Dostoiévski, Tolstói, Tchekhov, Flaubert e tantos outros e outras.

Embora disponha, hoje, de edições mais sofisticadas dos livros desses escritores, não deixo de ler e releer, como se participasse de um ritual sagrado, aquelas por onde comecei a minha trajetória de leitor. Aquelas edições singelas que criaram um mundo próprio e particular. Aquelas que me transmitiram, definitivamente, os valores literários decisivos na minha formação.



Livro de Carpeaux: "Fonte rica e indispensável"

STREAMING

IC Play celebra cinco anos na internet

Serviço gratuito lança em seu catálogo novos filmes brasileiros, entre produções clássicas e modernas

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

Em tempos de profusão de plataformas pagas de streaming, iniciativas que visam chegar diretamente aos espectadores sem intermediação de pagamentos podem ser uma lufada de democratização do acesso ao audiovisual. Um dos exemplos é o Itaú Cultural Play, ou IC Play, plataforma do Itaú Cultural, que completou cinco anos no último dia 19. Como parte do aniversário, na sexta-feira (26), uma curadoria especial na seção Filmes e Séries passou a reunir novos títulos incorporados ao catálogo, como *São Paulo Sociedade Anônima* (1965), *São Bernardo* (1973) e *Mato seco em chamas* (2022).

No catálogo geral, o canal oferece acesso gratuito a obras como *Macunaíma* (1969), *Ilha das Flores* (1989), *A negação do Brasil* (2007), *O homem que copiava* (2003) e *Saneamento básico, o filme* (2007), totalizando 559 obras. Ao longo dos cinco anos de atuação, foram disponibilizados mais de 1.800 filmes. "A Itaú Cultural Play é uma plataforma gratuita com conteúdo 100% brasileiro e curadoria própria realizada por uma equipe

focada em mapear e disponibilizar filmes de durações variadas, como curtas e longas-metragens, com diversidade de gênero, raça e território", explica Katy Nassar, coordenadora do Núcleo de Criação e Plataformas do Itaú Cultural.

Além de disponibilizar acesso a obras históricas do cinema brasileiro, a plataforma também tem aberto os olhares para a produção contemporânea, fomentando o público de festivais ao firmar com estas parcerias. Desde a criação em 2021, passaram pelo catálogo cerca de 30 iniciativas, seja exibindo os filmes durante o próprio festival ou em momentos ao longo do ano.

"A parceria entre os festivais e as plataformas de streaming é uma importante ferramenta de ampliação desse acesso, uma vez que o público pode acessar e acompanhar, de onde ele estiver, um festival que está acontecendo, por exemplo, a quilômetros de distância dele", coloca Nassar.

Outra janela de exibição do IC Play reúne playlists temáticas voltadas para profissionais da educação, com indicações de filmes a serem utilizados como ferramen-

tas pedagógicas. Há, por exemplo, listas como Cine Aula IC Play e Cadernos do Professor, "provocando discussão e ampliando o conhecimento sobre a nossa cultura com os alunos, o que permite também atuar na formação de público, construção de repertório cultural e crítico de crianças e jovens", reflete a coordenadora.

Além deles, há playlists que alinham os filmes a partir de eixos temáticos, como "As cores do som", "Homenagem a Grande Othello", "Águas correntes: mulheres no Centro" e "Eliza Capai - Resistência pelo afeto".

"O catálogo ainda conta com coleções permanentes que exploram temas essenciais para serem debatidos. "Cinema negro brasileiro", "Filoteca indígena" e "Histórias do cinema brasileiro", por exemplo, promovem discussões fundamentais para a compreensão de temas recorrentes no imaginário social do país", destaca Katy.



Macunaíma (no alto) faz parte do catálogo, que passou a incluir São Bernardo (no meio) e São Paulo Sociedade Anônima (ao lado)

Em Cartaz



Cinema

Programação de 25 de junho a 1º de julho, nos cinemas de João Pessoa e Campina Grande.

* Até o fechamento desta edição, os cinemas de Patos, Guarabira, Remígio e São Bento não haviam divulgado suas programações.

ESTREIAS

SEGREDO OSCURO (*Shell*). EUA, 2025. Dir.: Max Minghella. Elenco: Elisabeth Moss, Kate Hudson, Mary Lynn Rajskub, Elizabeth Berkley, Peter MacNicol. Suspense/comédia. Atriz se envolve com empresa de bem estar, mas descobre segredos quando pacientes começam a desaparecer. 1h40. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: dom., ter. e qua.: 21h20.

SUPERGIRL (*Supergirl*). EUA, 2026. Dir.: Craig Gillespie. Elenco: Milly Alcock, Jason Momoa, David Corenswet, Matthias Schoenaerts. Aventura. Prima do Superman encara uma aventura no espaço para salvar seu cão, Krypto. 1h47. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: qui. a ter.: 20h; qua.: 15h30; CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): qui. a ter.: dub.: 14h30, 16h45; leg.: 19h, 21h15; qua.: dub.: 21h30; leg.: 19h10. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: dom., ter. e qua.: 13h40, 16h10, 18h40, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): leg.: dom. e ter.: 14h30, 17h15, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): dub.: dom., ter. e qua.: 14h30, 16h45, 19h; leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: qui. a ter.: 17h45, 20h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: 3D: 14h15, 16h45, 19h15, 21h45. CINESERCLA TAMBIA 2: dub.: qui. a ter.: 15h35, 17h40, 19h45; qua.: 17h, 21h. CINESERCLA TAMBIA 5 (laser): dub.: dom.: 14h20, 16h35, 18h40, 20h45; seg. e ter.: 16h35, 18h40, 20h45. CINESERCLA TAMBIA 6 (laser): dub.: qua.: 16h35, 18h40, 20h45. Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: dom.: 14h20, 16h35, 18h40, 20h45; seg. e ter.: 16h35, 18h40, 20h45. CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: qua.: 16h35, 18h40, 20h45. CINESERCLA TAMBIA 4: qui. a ter.: dub.: 15h35, 17h40; leg.: 19h45; qua.: dub.: 17h, 21h.

PRÉ-ESTREIA

MINIONS E MONSTROS (*Minions & Monsters*). EUA, 2026. Dir.: Pierre Coffin. Comédia/aventura/animação. Minions procuram criaturas assustadoras para participar de um filme de monstros. 1h30. Classificação não informada.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: qua.: 18h, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: qua.: 13h10, 15h15, 17h30, 19h45, 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: qua.: 14h30, 16h45, 19h, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 3D: qua.: 14h15, 16h30, 18h45, 21h. CINÉPOLIS



Dia D: em cartaz nos cinemas

MANAÍRA 10 (VIP): dub.: qua.: 13h45, 16h, 18h15, 20h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: qua.: 13h10, 15h15, 17h30, 19h15, 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: qua.: 2D: 13h45, 16h, 18h15; 3D: 20h30. CINESERCLA TAMBIA 5 (laser): dub.: qua.: 3D: 15h; 2D: 16h50, 18h40, 20h30. Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 1 (laser): dub.: qua.: 3D: 15h; 2D: 16h50, 18h40, 20h30.

ESPECIAL

JACKSON - NA BATIDA DO PANDEIRO. Brasil, 2019. Dir.: Marcus Vilar e Cacá Teixeira. Documentário. A trajetória de Jackson do Pandeiro, o rei do ritmo. Curta de abertura: *Era uma Noite de São João*, de Bruna Velden. 1h37. Livre.

João Pessoa: ESPAÇO CINEMA PASSEIO: dom.: 16h. Entrada franca.

PELE FINA. Brasil, 2025. Dir.: Arthur Lins. Drama. Dramaturga viaja para uma praia deserta para adaptar uma peça. Curta de abertura: *Rafameia*, de Mariah Teixeira e Nanda Félix. 1h. 16 anos.

João Pessoa: ESPAÇO CINEMA PASSEIO: dom.: 19h. Entrada franca.

CONTINUAÇÃO

BACKROOMS - UM NÃO-LUGAR

(*Backrooms*). EUA, 2026. Dir.: Kane Parsons. Elenco: Chiwetel Ejiofor, Renate Reinsve, Lukita Maxwell. Terror. Homem desaparece através de um portal em labirinto de corredores e sua terapeuta vai tentar encontrá-lo. 1h50. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: dom., ter. e qua.: 20h50.

CORDÉLICOS - A ORIGEM DO CABRA DA PESTE. Brasil, 2026. Dir.: Ale McHaddo. Vozes: Bruno Garcia, Falcão, Raissa Xavier, Marcelo Mansfield, Tadeu Mello. Comédia/animação. Cangaceiros viajam no tempo até o ano 3333 e enfrentam aventuras enquanto tentam voltar para sua época. Sequência da série animada de 2021. 1h08. 10 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 28/6: 14h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 12h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: 12h30.

DIA D (*Disclosure Day*). EUA, 2026. Dir.: Steven Spielberg. Elenco: Emily Blunt, Josh O'Connor, Colin Firth, Eve Hewson, Colman Domingo. Ficção científica. Duas pessoas que não se conhecem são misteriosamente conectadas e se envolvem em uma conspiração para esconder que a Terra já teve contato com alienígenas. 2h25. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 17h50; leg.: 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dom., ter. e qua.: dub.: 14h40, 17h50; leg.: 11h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: qui. a ter.: 22h. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 20h15.

Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 20h15.

EU NÃO TE OUÇO. Brasil, 2025. Dir.: Caco Ciocler. Elenco: Marcio Vito. Comédia. Manifestante de extrema direita se agarra à frente de um caminhão e o motorista o leva em uma jornada. 1h12. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: leg.: ter., 30/6: 18h50.

MAMBEMBE. Brasil, 2026. Dir.: Fábio Meira. Documentário. Topógrafo cruza o caminho de três mulheres de tradição circense. 1h38. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: leg.: seg., 29/6: 17h.

MESTRES DO UNIVERSO (*Master of the Universe*). EUA, 2026. Dir.: Travis Knight. Elenco: Nicholas Galitzine, Camila Mendes, Idris Elba, Jared Leto, Alison Brie, Morena Baccarin, Kristen Wiig (voz). Aventura. Príncipe que caiu na Terra quando criança consegue voltar a seu planeta para enfrentar o vilão Esqueleto como o herói He-Man. 2h12. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 14h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: dub.: dom., ter. e qua.: 15h, 18h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: qui. a ter.: 16h50. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 15h50. Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 15h50.

QUEM TEM COM QUE ME PAGUE NÃO ME DEVE NADA. Brasil, 2026. Dir.: Glenda Nicácio e Ary Rosa. Elenco: Rodrigo Pandolfo, Renan Motta, Mariana Nunes. Comédia. Cineasta paulistano em dificuldades é convidado para dirigir clipe de cantor baiano. 1h40. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 28/6: 18h; ter., 30/6: 15h.

SURDA (*Deaf*). Espanha, 2025. Dir.: Eva Libertad. Elenco: Miriam Garlo, Álvaro Cervantes, Elena Irureta. Drama. Mulher surda enfrenta a criação de uma filha em um mundo adverso. 1h39. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: leg.: dom.: 28/6: 20h; ter., 30/6: 17h.

TODO MUNDO EM PÂNICO (*Scary Movie*). EUA, 2026. Dir.: Michael Tiddes. Elenco: Anna Faris, Regina Hall, Marlon Wayans. Comédia. Amigos voltam a ser ameaçados por um assassino mascarado. Sexto da série iniciada por *Todo Mundo em Pânico* (2000). 1h35. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: dom. e ter.: 14h15, 16h40, 18h50, 21h10. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: qui. a ter.: 14h30, 19h45. CINESERCLA TAMBIA 6: dub.: 18h25. Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 18h25.

TOY STORY 5 (*Toy Story 5*). EUA, 2026. Dir.: Andrew Stanton. Comédia/aventura/animação. Bonecos tentam fazer sua dona voltar a brincar depois que ela se vicia em uma tela. 1h42. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 14h, 16h15, 18h30, 20h45. CENTERPLEX MAG 2: dub.: qui. a ter.: 15h, 17h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: dub.: dom., ter. e qua.: 14h10, 16h45, 19h10, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: dom., ter. e qua.: 13h30, 16h, 18h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: dom. e ter.: 14h30, 17h, 19h20, 21h40. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: dom. e ter.: 13h, 15h15, 17h45, 20h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): dub.: dom. e ter.: 13h15, 15h45, 18h15, 20h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: dom. e ter.: 14h, 16h30, 18h45, 21h; seg.: 14h, 16h30, 18h45 (sessão para portadores do espectro autista), 21h; qua.: 13h30, 16h15, 18h30, 20h45. CINESERCLA TAMBIA 4: dub.: qui. a ter.: 15h30, 17h30, 19h30; qua.: 16h30, 18h30, 20h30. CINESERCLA TAMBIA 6 (laser): dub.: dom.: 14h30, 16h30, 18h30, 20h30; seg. e ter.: 16h30, 18h30, 20h30. Campina Grande: CINESERCLA PARTAGE 2 (laser): dub.: dom.: 14h30, 16h30, 18h30, 20h30; seg. e ter.: 16h30, 18h30, 20h30. CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: qui. a ter.: 15h30, 17h30, 19h30; qua.: 16h30, 18h30, 20h30. CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: qua.: 15h, 19h.

CONTATO

CENTERPLEX: (MAG Shopping, JP - <https://centerplex.com.br/cinema/joa-pessoa/>). **CINE BANGUÊ**: (Espaço Cultural, JP - Instagram: @cinebanque). **CINÉPOLIS**: (Manaira Shopping, JP - <https://www.cinepolis.com.br/complexos/f0791-cinepolis-manaira-shopping/>; e Mangabeira Shopping, JP - <https://www.cinepolis.com.br/complexos/f0726-cinepolis-mangabeira/>). **CINESERCLA**: (Tambia Shopping, JP, e Partage Shopping, CG - <https://www.cinesercla.com.br/>). **CINE GUEDES**: (Guedes Shopping, Patos - <https://www.guedesshopping.com.br/entretenimento/cinema>). **PATOS MULTIPLEX**: (Patos Shopping, Patos - <https://multiplexpatos.tikt.com.br/>). **CINE RT**: (Remigio - Instagram: @cinertremigio). **CINE VIEIRA**: (São Bento - Instagram: @cinevieira_sb).

Música

25/6

SÃO JOÃO DE CAJAZEIRAS. Shows de ritmos variados. Domingo, 28/6: Menos É Mais, Biguinho Show, Ricardinho, Lucineide do Acordeão.

Cajazeiras: PRAÇA DO XAMEGÃO (R. Sabino Assis, 139, Centro). De 24 a 28/6. Entrada franca.

SÃO JOÃO DE CAMPINA. Shows de ritmos variados. Domingo, 28/6: Simone Mendes, Japozin, Mara Pavanelly, Nicácia Brasil. **Campina Grande: PARQUE DO POVO** (R. Sebastião Donato, s/nº, Centro). De 3/6 a 5/7. Entrada franca.

CONTROLE SOCIAL

Plataformas viabilizam fiscalização

Ferramentas on-line ajudam a aproximar a população das decisões relacionadas à aplicação do dinheiro público

Eliz Santos
elzsantos17@gmail.com



Nós não nos vemos como cidadãos que exigem e lutam. Nós nos vemos como clientes que recebem ou não algo

Jomário Pereira

A democracia não termina quando a urna é fechada. Depois do voto, cabe ao cidadão acompanhar como os recursos públicos estão sendo utilizados, fiscalizar promessas e cobrar resultados. Apesar dos avanços na transparência, a participação popular ainda é um desafio no Brasil. Em meio a um volume recorde de recursos destinados às emendas parlamentares, iniciativas de controle social buscam aproximar a população das decisões sobre o dinheiro público.

Em 2026, o orçamento da União reservou R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares — mecanismo que permite a deputados e senadores indicar a destinação de recursos federais para obras, serviços e projetos em estados e municípios —, o maior valor já registrado para esse tipo de despesa. Diante desse volume de recursos, especialistas e órgãos de controle têm defendido que a fiscalização não deve ficar restrita aos Tribunais de Contas ou Ministérios Públicos; a participação ativa dos cidadãos é fundamental para ampliar a transparência e prevenir irregularidades.

Para o sociólogo Jomário Pereira, a consolidação do controle social ainda enfrenta barreiras culturais e históricas. Segundo ele, a própria ideia de participação cidadã é relativamente recente na trajetória democrática brasileira.

“O processo de participação cidadã é muito novo em comparação à idade da nossa República; nós não nos vemos como cidadãos que cobram, exigem e lutam. Nós nos vemos mais como clientes que recebem ou não algo. Hoje, nós temos mecanismos, através dos portais; a informação existe, mas é muito mais importante a qualidade da informação do que necessariamente apenas ter o acesso a ela”, analisa.

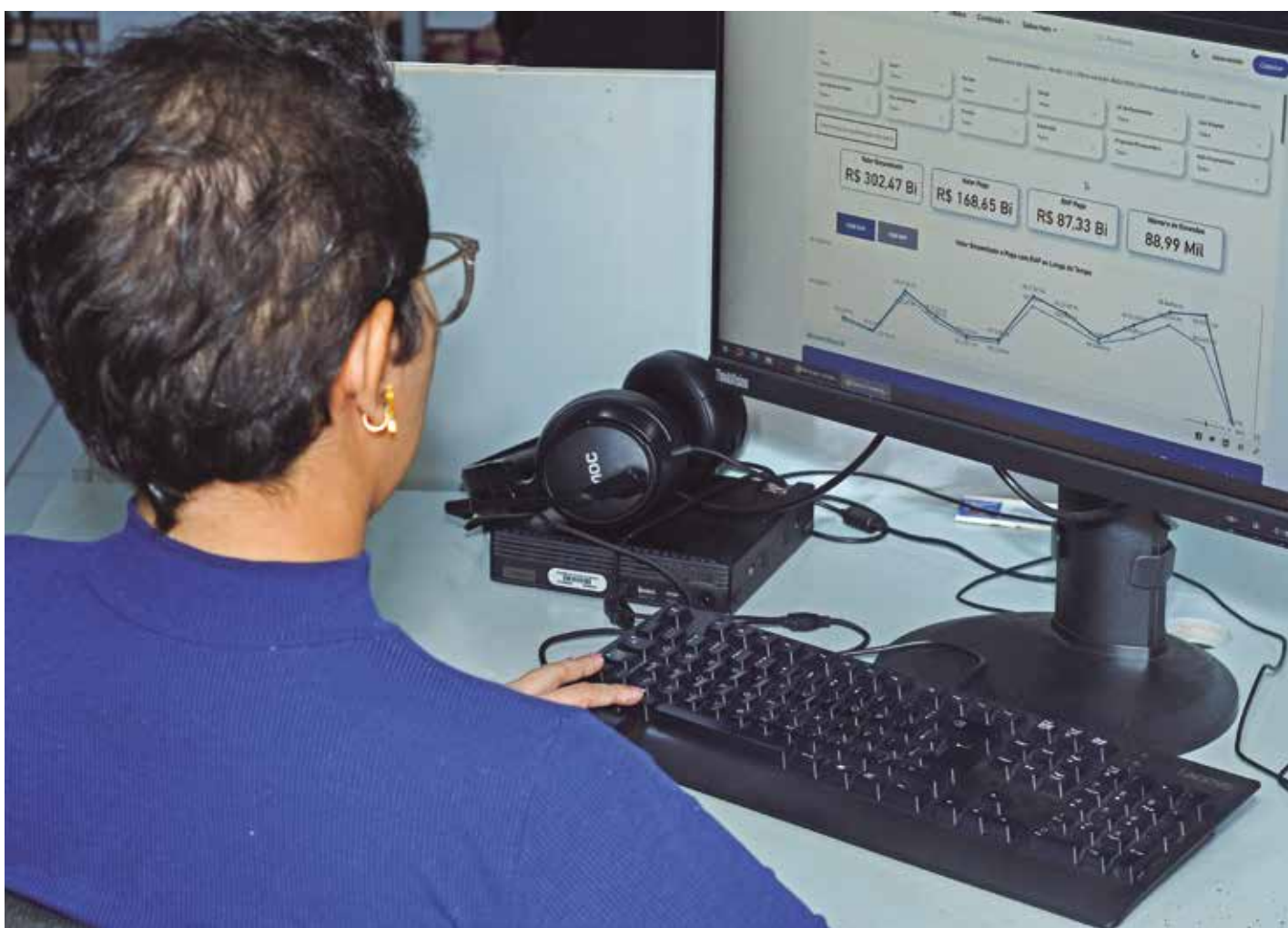
Ferramentas
Uma dessas iniciativas é a

Central das Emendas, plataforma desenvolvida pela sociedade civil em parceria com a academia para facilitar o monitoramento das emendas parlamentares. A ferramenta permite que qualquer pessoa consulte informações sobre a destinação dos recursos, utilizando filtros por estado, partido político ou área de atuação, como saúde e educação.

A proposta nasceu da percepção de que os dados oficiais exigiam conhecimentos técnicos para serem interpretados. A Central das Emendas simplifica esse acesso, com visualizações intuitivas. Hoje, portais como o Sagres, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), ou os próprios portais de transparência



Pelo QR Code, acesse a Central das Emendas



Especialistas defendem que participação ativa dos cidadãos é fundamental para ampliar a transparência e prevenir irregularidades

das prefeituras já disponibilizam dados minuciosos — que vão desde o salário de um auxiliar de serviços até o subsídio do prefeito.

Outra ferramenta importante é o Painei Elaboração, lançado pelo Senado Federal dentro da plataforma Siga Brasil. O sistema permite acompanhar as mudanças feitas pelos parlamentares durante a tramitação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA). Por meio dele, é possível identificar quais áreas ganharam ou perderam recursos, quais parlamentares foram responsáveis pelas alterações e quais serviços públicos foram mais impactados.



Pelo QR Code, acesse o Painei Elaboração

Desafios

Apesar dos avanços na divulgação, especialistas alertam que disponibilizar dados não é suficiente para garantir a participação da sociedade. O desafio passa pela capacidade dos cidadãos de compreender as informações e transformá-las em instrumentos de fiscalização e cobrança.

Para o cientista social George Ardilles, a Constituição de 1988 fortaleceu o conceito de democracia participativa, exigindo uma postura permanente. “A democracia participativa vai além das eleições. Ela pressupõe que o cidadão acompanhe, fiscalize, participe de processos de deliberação e intervenha nos assuntos públicos que impactam sua vida. O voto é importante, mas não é o único instrumento de participação democrática”, afirma.

Segundo o pesquisador, muitos dados públicos são técnicos e complexos, gerando uma distância entre o acesso e a ação prática. “Ter acesso à informação não significa compreender como ela funciona

ou transformá-la em ação política. Por isso, a educação para a cidadania continua sendo fundamental”, destaca.

Diante disso, iniciativas educativas tentam despertar o engajamento social. Na Paraíba, o Ministério Público Federal (MPF) desenvolve o projeto MPeduc, voltado à área da educação. Recentemente, uma audiência pública em Cruz do Espírito Santo reuniu a comunidade escolar e gestores. As escutas resultaram em medidas concretas, como a realização de concurso público para contratação de 148 profissionais e melhorias na conectividade das escolas, além de fortalecer os conselhos sociais locais.

Já o Ministério Público da Paraíba (MPPB) executa o projeto Empodera, iniciativa voltada à formação cidadã e ao incentivo da participação popular nos espaços de decisão. A iniciativa foi lançada no ano passado, com o desafio de despertar nos cidadãos o interesse em se envolver mais diretamente nas questões coletivas.

“A principal dificuldade foi motivar o cidadão a adquirir consciência social e a tomar parte dos problemas de sua comunidade”, recorda o promotor Carlos Davi Lopes, que esteve à frente do projeto no ano passado.

Segundo Arthur Magnus Dantas de Araújo, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, o projeto terá continuidade com o Empodera 2.0, voltado ao fortalecimento da participação cidadã no processo eleitoral.

“Em 2026, teremos o Empodera 2.0, que abordará questões relacionadas às eleições. O objetivo será empoderar o cidadão no fortalecimento da democracia, do sufrágio, da moralidade e da lisura do processo eleitoral, com enfoque na prevenção de irregularidades, na conscientização sobre práticas ilícitas, como propaganda irregular, captação ilícita de sufrágio e abuso de poder, além da valorização do voto livre e consciente”, destaca.

Raízes históricas contribuem para falta de engajamento

O fortalecimento da democracia participativa esbarra em traços históricos de formação política brasileira. A herança de períodos autoritários e de uma relação historicamente vertical entre Estado e sociedade contribuiu para que muitos brasileiros ainda se percebam mais como beneficiários de serviços públicos do que como cidadãos com capacidade de exigir, acompanhar e fiscalizar políticas governamentais.

Em muitos municípios, obras e serviços custeados com recursos públicos ainda são percebidos como favores concedidos por políticos, e não como direitos financiados pelos próprios contribuintes. Essa percepção, segundo o sociólogo Jomário Pereira, está relacionada também a uma herança patrimonialista presente na relação

entre sociedade e Estado.

“O fato de nós pagarmos impostos e a máquina estatal pagar educação, saúde — tudo vindo do imposto — [faz com que] nós acabemos não tendo a concepção de que aquilo saiu do nosso bolso de fato, porque nós não pagamos por aquilo como pagamos quando vamos ao supermercado. É cobrado na fonte do imposto, a gente não sente aquele dinheiro saindo do bolso”, pontua.

De acordo com o pesquisador, essa distância entre o cidadão e a origem dos recursos públicos gera distorções cotidianas.

“A gente cansa de ouvir muitas pessoas dizendo assim: ‘Ah, eu jogo o papel na rua porque é público’ ou ‘Eu risco, quebro essa carteira porque saiu do meu bolso, é público’. Mas diz isso

sem ter a concepção de fato de que aquilo saiu do bolso; não sente o dinheiro escorrendo. O brasileiro ainda se atenta muito para algo quando tem que pagar diretamente. Se nós tivéssemos que pagar mensalmente um valor X de imposto, talvez a perspectiva da apropriação do público pelo privado fosse um pouco diferente”, analisa.

Para ele, superar essa barreira é um processo contínuo de educação cidadã e fortalecimento da cultura democrática.

“Historicamente, nós ainda estamos aprendendo a exercer plenamente a cidadania. A democracia não se resume ao voto de quatro em quatro anos. Ela exige participação, cobrança e acompanhamento das decisões públicas. Por isso, é fundamental investir em conscientização

e educação para que as pessoas compreendam seus direitos e assumam um papel mais ativo na fiscalização do Estado”, reforça.

Nessa perspectiva, mecanismos de participação popular, como audiências públicas, conselhos sociais e experiências de orçamento participativo, ajudam a reduzir práticas clientelistas historicamente presentes na política brasileira. Essas iniciativas aproximam os cidadãos das decisões sobre investimentos públicos e reforçam a compreensão de que programas, obras e serviços são resultado de políticas de Estado, e não de favores individuais de agentes políticos.

George Ardilles acrescenta que heranças coloniais de autoritarismo e patrimonialismo consolidaram a percepção de que o Estado é algo

distante da vida cotidiana, resultando em baixo capital social e na descrença sobre a eficácia de fiscalizar.

“Sociedades com baixo capital social tendem a apresentar menor engajamento político e menor capacidade de controle sobre os governantes. A sociedade brasileira foi construída sob fortes traços de centralização de poder. Romper esse ciclo de desconfiância é um dos principais desafios para o fortalecimento da democracia no Brasil”, conclui.

Em um cenário em que bilhões de reais são distribuídos anualmente por meio de emendas parlamentares, acompanhar o destino dos recursos públicos deixa de ser apenas atribuição dos órgãos de controle — torna-se, também, um exercício permanente de cidadania.



A democracia não se resume ao voto de quatro em quatro anos. Ela exige participação e cobrança

George Ardilles

Monsenhor Gervásio

Trajetória marcada pela atuação na vida religiosa e social do Sertão da PB

Sacerdote, de 92 anos, dedicou-se ao debate público com equilíbrio e responsabilidade, abordando temas relacionados à fé, à família e à realidade nordestina, promovendo a dignidade humana a partir do diálogo com a comunidade

Rui Leitão
Especial para A União

Natural do município de Uiraúna, o monsenhor Gervásio Fernandes de Queiroga possui uma trajetória pastoral que se confunde com a própria vida religiosa e social do Sertão paraibano. Ele construiu um ministério marcado pela simplicidade, pela firmeza doutrinária e pelo compromisso com as causas humanas. Em Cajazeiras, cidade reconhecida por sua tradição educacional e espiritual, exerce o sacerdócio atento às transformações do tempo presente, sem abrir mão dos valores fundamentais do Evangelho.

Sua atuação vai além do altar. Comunicador sereno e reflexivo, participa do debate público com equilíbrio e responsabilidade, abordando temas relacionados à fé, à família e à realidade social nordestina. Para ele, a missão sacerdotal não se restringe à administração dos sacramentos, mas estende-se ao diálogo com a comunidade, à escuta das angústias do povo e à promoção da dignidade humana.

A iniciativa de entrevistá-lo integra a linha editorial de **A União** de valorizar lideranças que exercem papel significativo na formação ética, cultural e social da Paraíba. Em um momento de intensas transformações e desafios coletivos, a escuta de vozes comprometidas com o diálogo, a orientação espiritual e o bem comum torna-se fundamental para qualificar o debate público.

O mais antigo jornal impresso da Paraíba, ao abrir espaço para este diálogo, reafirma sua missão histórica de promover informação de qualidade, pluralidade de perspectivas e reflexão responsável, contribuindo para o fortalecimento da vida democrática e para o desenvolvimento social do estado.

Para esse momento, também foram convidados a professora Mariana Moreira, integrante do Conselho Editorial da Editora A União, e o jornalista Christiano Moura, editor do blog Coisas de Cajazeiras, ambos membros da Academia Cajazeirense de Artes e Letras (Acal).

Entrevista

■ *Como o senhor despertou a vocação para padre?*

Eu nunca tive vocação. Já nasci querendo ser padre. Eu não vivi no mundo nunca. Eu trabalhei no mundo. Sempre tive minha vida pessoal cristã e sacerdotal. Eu sou filho de um homem que era santo. Ele era profundamente cristão. Na minha casa, não entrava nada que não fosse límpido. Então eu ia, dava minhas aulas e depois voltava para ver o ambiente.

■ *Como foi a sua indicação para ir a Roma? Foi dom Zacarias?*

Milagre. Quem era Gervásio? Um bichinho pobre, pé no chão. Meu pai era pequeníssimo funcionário dos Telégrafos. Ganhava só o suficiente para garantir nosso café, almoço e jantar. O café era com tapioca. O jantar era mungunzá com leite. Chegou aqui um bispo novo, lá de Pernambuco. Um homem extraordinário, chamado “dom Luís do Amaral Mousinho”. E não sei por que ele se encantou comigo. Com 16 anos, ganhei dele um livro que havia adquirido em Roma. Eu gostava muito de música. Quando completei 17 anos, já corria o boato de que ele tinha me escolhido para ser encaminhado a Roma. Para fazer o quê? Música sacra. Eu chorei, porque queria ser padre, não ser músico. Chorei mesmo. Mas fui chamado no dia 26 de novembro de 1951, ao Palácio Episcopal. Estava tomando café. Fiquei meio sem jeito. Conversa vai, conversa

vem, aí, de repente, ele me dá a notícia. Eu jamais senti uma sensação mais profunda do que aquela. Naquele tempo sonhar com Roma era um pecado mortal, porque seria sonhar demais. E eu não podia dizer a ninguém que esse era meu sonho. Com 18 anos, fui para Roma. Dom Zacarias me mandou pela segunda vez porque tinha me prometido que eu terminaria o mestrado de Teologia em Roma. Na terceira vez, me disse que só mandaria se fosse para estudar Direito Canônico. Eu, num primeiro momento, recusei. Minha paixão era a Sagrada Escritura. Mas cedi diante da insistência dele.

■ *Então tem o dedo de dom Zacarias sua estada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)?*

Sim, porque ninguém queria isso. Ele me mandou para passar um ano, vi que precisava de dois. Terminei passando 22 anos.

■ *Padre, nesse seu período no jurídico da CNBB, o senhor disse que conhecia os bispos todos por nome. Quais os que mais lhe impressionaram?*

Eu nunca conheci uma pessoa mais humilde do que dom Zacarias, bispo de Cajazeiras. Como também nunca conheci uma pessoa humana mais completa do que dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Impressionante isso. Não conheci ninguém igual, nem na política. Dom Helder era um santo, um gênio. Fez uma op-

ção radical dentro de uma igreja que estava totalmente colada com o poder. E com o mundo, porque a igreja é mundana. Dom Helder teve a extraordinária capacidade de vencer essas tentações. No começo foi ligado ao poder, como funcionário do Ministério da Educação. Como bispo, ele entendeu que podia resolver o problema das favelas. Era questão só de querer. Mas foi descobrindo que era um problema muito mais profundo. Como poeta escreveu em torno de 10 mil poemas. Todo dia, desde seminarista, ele escrevia poesia. Ia dormir por volta das 10 da noite e, às duas da manhã, acordava e passava horas trabalhando mentalmente, rezando. Dormia de novo por uma hora e saía para visitar o pessoal que dormia nas ruas de Recife. Às seis horas, voltava para celebrar a sua missa. E havia um aspecto em dom Helder que pouca gente sabe. Ele era um místico. Um colega lá do Rio de Janeiro, que o ajudava, dizia que ele chorava durante a celebração da missa e acariciava a hóstia consagrada. Tinha uma devoção muito grande ao Anjo da Guarda. Era um homem piedosíssimo. O pessoal só fala no Helder político. Foi a figura mais completa, humana, sacerdotal que conheci. Aí o pessoal só fala do bispo vermelho. Que vermelho coisa nenhuma! Dom Helder não era comunista nem por longe. Ele era santo. Outra figura extraordinária era o Casal-dálga. Em sua pregação episcopal, não colocava a mitra na cabeça, colocava um chapéu de palha. Muita gente ficou assombradíssima com a sua famosa carta pastoral que pregava a Igreja na luta contra o latifúndio e a exploração, porque era em plena Ditadura Militar.

■ *É lícito dizer que essas personalidades o inspiraram?*

Não. Quem me inspirou foi Jesus Cristo. Já ouviram falar em dom Antônio Fragoço? Quando entrei no seminário, com 12 anos de idade, ele já tinha três anos de padre. O conheci até a morte. Excepcional como pessoa humana, inteligência e piedade profunda. E adesão total aos pobres. E dom Luís Fernandes, bispo de Campina Grande? Para mim ele foi mais radical do que dom Helder Câmara e não



Monsenhor Gervásio fala sobre as relações que mantinha com outras personalidades da Igreja Católica, políticos e integrantes de movimentos sociais

tem esse valor reconhecido no Brasil. Esse pessoal nunca era escolhido para nada na CNBB. Deus me deu essa graça de ter convivido com pessoas sábias, santas e radicais na sua opção.

■ *O senhor sempre foi tido como um padre muito inteligente, qualidade que o levou a assumir as funções na CNBB...*

Isso aí é besteira. Mas não porque era inteligente. É porque só tinha eu no Brasil disponível para trabalhar lá. Era um momento crítico do Direito Eclesiástico, Direito Canônico. Ninguém queria estudar isso, e quem estudava era ridicularizado. Eu mesmo fui ridicularizado porque meu bispo, dom Zacarias, me mandou a Roma para estudar Direito Canônico. As dioceses que tinham algum padre com formação na área não soltavam porque precisavam dele. Aí tinha um pobre, um padre coitado, que não valia nada aqui no Sertão da Paraíba. Que tinha feito uma tese sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e não servia para outra coisa. Comecei a ter contato com a CNBB em 1974 para fazer a pesquisa da tese doutoral. Eu era

aluno em Roma. E lá me convenceram, mas até o fim resisti em fazer. Então dom Aloisio Lorscheider me convenceu a fazer a pesquisa para a tese doutoral sobre a CNBB. Ele conseguiu um dinheirinho na Alemanha para a viagem de ida e volta. Durante 22 anos, fui consultor jurídico da CNBB. Funcionava num prédio na Rua do Catete, no Rio de Janeiro, em frente ao Palácio São Joaquim. O material era todo desorganizado. Hoje é organizadíssimo. Tinha a licença de ler tudo o que quisesse. Encontrei lá uma carta de Juscelino Kubitschek.

■ *Nunca pensou em ser bispo?*

Para quê? Eu não daria para ser bispo de jeito nenhum. Primeiro porque meu temperamento é severo, óbvio que não daria para ser bispo. Teria sido um desastre para mim e para a diocese que assumisse. Em segundo lugar, nunca fui consultado a respeito.

■ *Quando entrevistei dom Zacarias, perguntei sobre a bomba do Apolo 11. Ele nunca dizia nada a respeito. Só me disse que aquele episódio daria um filme. Qual o enredo que o senhor escreveria para esse filme?*

Nada. Eu estava no Canadá. Era vigário numa paróquia de Montreal. Indo de Roma passar as férias no Canadá, ajudar na pastoral de lá. Chega uma carta do padre Francisco Sitônio contando a história. Falaram muitas besteiras a respeito. Na verdade, se a Polícia Federal quisesse levar a questão à frente, tinha levado. Cajazeiras, por ser uma cidade pequena, não tinha muita importância a nível nacional. Quem evitou que muitas pessoas perdessem a vida foi o relógio da igreja,

que estava avançado na hora. Então o filme começou pelo relógio da catedral e terminou antes da bomba explodir. Dom Zacarias jamais comentou sobre qualquer suspeição que tivesse, porque isso poderia fazer um inocente sofrer. Mas eu penso que ele tinha suspeita de quem teria feito aquilo. Aí colocaram o Mister Boy. Dom Zacarias era amiguíssimo dele, que foi quem o ordenou. Não tinha cabimento a versão de que ele faria uma bomba para matar dom Zacarias.

■ *O que o senhor acrescentaria sobre dom Zacarias?*

Depois que a Ditadura Militar fechou o Movimento de Educação de Base (MEB), por entender que era uma forma de ensinar ideologia no meio rural, dom Zacarias distribuiu 100 aparelhos de rádio, sintonizados na programação da Alto Piranhas. Vejam só, um bispo considerado reacionário tinha ideias superavancadas. Eram as escolas radiofônicas. Uma ideia que tirou da Colômbia. Por isso que eu digo: dom Zacarias é uma figura a ser estudada. Sabe quem fundou os primeiros sindicatos rurais aqui no Alto Sertão da Paraíba? Um filho de latifundiário chamado “Zacarias Rolim de Moura”. Os sindicatos rurais não eram legais ainda; foram legalizados no governo de João Goulart. A Igreja começou a atuar em favor dos camponeses aqui, no Nordeste, através de uma grande figura que, infelizmente, virou conservadora, dom Eugênio Sales. Era amigo de dom Helder, mas não seguia a sua ideologia.

■ *Aquele programa da Rádio Alto Piranhas: Verdade e Vida. Como foi essa experiência?*

blemas dos camponeses eram tratados no Código Penal. Ninguém tinha a coragem de ler esse estatuto. Resolvi explicá-lo nos detalhes, no programa. Os latifundiários ficaram furiosíssimos. Mas não podiam fazer nada porque era o Estatuto da Terra elaborado pelo Governo Federal.

■ *Como era sua relação com os comunistas e o Sindicato dos Trabalhadores?*

Em 15 de novembro de 1961, cheguei aqui um fiscal do Ministério do Trabalho e encontrei o pessoal da prefeitura trabalhando em pleno feriado. Convocou uma reunião no Sesc [Serviço Social do Comércio] para fundar exatamente um sindicato dos trabalhadores. Quem tomava conta do Sesc era Nadir Maciel, que telefonou assombrada, dizendo: “Aqui tem um comunista. Dom Zacarias me mandou participar da reunião”. Na mesa estava participando o doutor Ginetto Pires e Sabino da Barbona, como era conhecido. E me botaram para participar também. Eu era superconservador, na época. Chegou um momento em que Sabino atacou João XXIII. Me levantei e tomei as dores, defendendo o papa. A reação dele foi falar que eu estava defendendo o papa porque vestia batina. Então eu disse: “Defendo com batina e sem batina”. E comecei a tirá-la. Fui então agarrado. Foi uma confusão. Superado o conflito, ao final da reunião, desemos todos conversando alegremente. A guerra ficou lá no local da reunião. Foi quando eu soube que iam trazer Francisco Julião para Cajazeiras. Peguei minha equipe de estudantes. Um deles vocês conhecem, Cajá, que chegou a ser preso pela Ditadura Militar, quando exercia a função de assessor de dom Helder. Soube que havia uma turma preparada para botar para fora a Liga Camponesa na base do cassetete. Enfrentamos e ajudamos a fundar os sindicatos rurais na região. Em Sousa havia o Centro Educativo Rural. Em Catolé do Rocha, uma grande figura, o frei Marcelino. Em São José da Lagoa Tapada, o padre Nelson.

■ *Qual avaliação sobre os líderes atuais no país?*

Eu tenho uma pena imensa do Brasil. Antigamente tínhamos grandes lideranças políticas. Carlos Lacerda, por exemplo. Eu o conheci pessoalmente. Hoje não tenho mais a mesma admiração da época. Mas era um grande líder. Tí-nhamos Getúlio Vargas, Henrique Teixeira Lott, que evitou dois golpes para garantir a posse de Juscelino, e Leonel Brizola. Hoje só tem um líder em nosso país: Lula, por quem tenho uma admiração profunda. Mas sinto uma tristeza profunda porque, debaixo dessa árvore, nenhuma outra cresceu. Isso é uma vergonha. Um país com mais de 200 milhões de habitantes. Quase a metade dos votos do Sul foi para essa liderança nacional que a Polícia Federal pegou e colocou na cadeia.

■ *O senhor conheceu Tarcísio Burity?*

Conheci. Uma figura notabilíssima. Tinha 10 anos de idade, quando nos tornamos amigos. Ao ingressar no seminário, estava de luto pela morte da mãe. Eu era mais velho do que ele. Fomos amigos até a data em que morreu. Porém, o maior amigo dele era dom Luís Fernandes, o bispo mais radical de esquerda da Igreja. Burity era um homem de visão. No dia de sua posse como governador do Estado, eu cheguei a João Pessoa no meu jipe, passei por trás do Palácio da Redenção e fui para o bairro de Jaguaribe. Me encaminhei para a casa do pai de dom Luís Fernandes, que celebrou a missa da posse, mas não foi à cerimônia no Palácio. Estava lá conversando com dom Luís, no alpendre da casa, quando para um Landau. Dele desceu Tarcísio Burity, ainda de fraque. A primeira coisa que ele fez como governador foi visitar Didi, o pai de dom Luís Fernandes.

■ *Os padres italianos que vieram para Cajazeiras, como o senhor os via?*

Como grandes amigos. Mas eram italianos e não tinham medo de falar do papa, nem de dom Za-

carias, que não aguentou e os mandou embora. Mas eram figuras totalmente dedicadas ao povo.

■ *O senhor já era sacerdote quando aconteceu o Vaticano II? Como o senhor vê a caminhada da Igreja a partir dele?*

A Igreja virou de pernas para o ar. Foi uma revolução. O Concílio não mexeu na Santa Sé, nem na cúpula romana. Não tinha coragem. Mas, quanto à teologia, à pastoral e à liturgia, foi uma revolução formidável. A segunda revolução na Igreja ainda vai terminar de acontecer. Convocou uma reunião no Sesc [Serviço Social do Comércio] para fundar exatamente um sindicato dos trabalhadores. Quem tomava conta do Sesc era Nadir Maciel, que telefonou assombrada, dizendo: “Aqui tem um comunista. Dom Zacarias me mandou participar da reunião”. Na mesa estava participando o doutor Ginetto Pires e Sabino da Barbona, como era conhecido. E me botaram para participar também. Eu era superconservador, na época. Chegou um momento em que Sabino atacou João XXIII. Me levantei e tomei as dores, defendendo o papa. A reação dele foi falar que eu estava defendendo o papa porque vestia batina. Então eu disse: “Defendo com batina e sem batina”. E comecei a tirá-la. Fui então agarrado. Foi uma confusão. Superado o conflito, ao final da reunião, desemos todos conversando alegremente. A guerra ficou lá no local da reunião. Foi quando eu soube que iam trazer Francisco Julião para Cajazeiras. Peguei minha equipe de estudantes. Um deles vocês conhecem, Cajá, que chegou a ser preso pela Ditadura Militar, quando exercia a função de assessor de dom Helder. Soube que havia uma turma preparada para botar para fora a Liga Camponesa na base do cassetete. Enfrentamos e ajudamos a fundar os sindicatos rurais na região. Em Sousa havia o Centro Educativo Rural. Em Catolé do Rocha, uma grande figura, o frei Marcelino. Em São José da Lagoa Tapada, o padre Nelson.

■ *Como o senhor vê, hoje, a Teologia da Libertação?*

Eu nunca li uma obra da Teologia da Libertação e nem quero ler. Só li um livro de Leonardo Boff, porque um bispo da direita fez a acusação de que ele negava a divindade de Jesus, e isso é um absurdo. Li *Igreja, Carisma e Poder*.

■ *Como é que o senhor vê hoje a Igreja com essas novas tecnologias, a missa on-line, por exemplo?*

Eu gosto muito de história. Minha fé se aprofundou vendo a história da Igreja Católica Romana. Uma história divina. Quando aconteceu o Conselho Vaticano II, era terrível o entrelaço das pessoas, mas terminou uma maravilha. Então eu tenho uma fé absoluta na igreja, porque com ela vivi e estudei muito. Não tem diabo que a derrube. Ninguém vence a Deus.

■ *Nesses 92 anos de vida, como o senhor conciliou a vivência entre o padre, o mundo lá fora, as tentações?*

Eu não vivi no mundo nunca. Eu trabalhei no mundo, mas não vivi nele. Eu tinha minha vida pessoal cristã e sacerdotal.

■ *E o seu livro de memórias, A tristeza de não ser santo?*

Não fui quem escolheu a frase para título do livro. Não gostei da frase. Foi um catariense que fez. Além do mais, botou uma capa preta, atrás um resto do Coliseu. Só pedra velha e um padrezinho, vestido de batina. Leon Bloy, um escritor francês e católico, da primeira metade do século passado, foi quem falou isso.

Fotos: Christiano Moura/Arquivo pessoal



O sacerdote fala da admiração por dom Helder, a quem descreve como “santo”



Sobre a política atual do Brasil, lamenta a ausência de grandes lideranças

PARAÍBA E PERNAMBUCO

Editais ofertam salários de R\$ 35 mil

IBGE e UEPB oferecem vagas para candidatos de níveis médio, técnico e superior; já no TJPE o concurso é para juiz

Camila Monteiro
Imilabmonteiro@gmail.com

Agora que o período junino ficou para trás, após muita canjica, pamonha, forró e quadrilha, os concurseiros nordestinos podem voltar a concentrar sua atenção nas oportunidades de concursos públicos. Na Paraíba, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) oferecem vagas para candidatos de níveis médio, técnico e superior, distribuídas em diversos municípios do estado. Já para quem almeja a carreira da magistratura, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) publicou edital com 30 vagas para o cargo de juiz, além da formação de cadastro de reserva.

Censo IBGE

O IBGE está com inscrições abertas para processo seletivo simplificado destinado ao preenchimento de vagas de nível médio para atuação no 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. Na Paraíba, são

oferecidas 190 vagas temporárias, distribuídas em 28 cidades. As oportunidades são para os cargos de agente censitário supervisor (ACS), agente censitário administrativo (ACA), agente censitário de informática (ACI), agente operacional regional (AOR) e agente censitário regional (ACR), com remunerações que variam, de R\$ 2.128 a R\$ 4.008, conforme o cargo, além de benefícios como auxílio-alimentação de R\$ 1.192, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, férias proporcionais e 13º salário. A jornada de trabalho será de 40 horas semanais. As inscrições já estão abertas e seguem até as 23h59 de quarta-feira (1º). Para par-

ticipar, o candidato deve se inscrever exclusivamente pelo site da IBFC. A taxa é de R\$ 53,00 para qualquer uma das funções.

A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, está prevista para o dia 27 de setembro, no período da tarde, composta por 60 questões de múltipla escolha. A aplicação das provas ocorrerá nos municípios indicados no edital.

Cargos diversos

Dentre os certames abertos, a UEPB oferece a maior variedade de cargos, distribuídos em diversas cidades do estado. Estão abertos dois editais com vagas temporárias para o quadro de servidores técnico-administrativos da instituição, em funções de nível médio, técnico e superior. O primeiro processo seletivo oferece nove vagas distribuídas entre os seguintes cargos: auxiliar de biblioteca, técnico em enfermagem do trabalho, assistente social, bibliotecário e nutricionista. Já o segundo visa preencher sete vagas voltadas aos cargos de técnico

em laboratório, em várias especialidades. A jornada de trabalho varia de 30 a 40 horas semanais, conforme o cargo. A remuneração é de R\$ 3.768,36 para as funções de nível médio e técnico e de R\$ 4.757,47 para o nível superior.

As inscrições seguem abertas até o próximo domingo (5), pelo site da Comissão Permanente de Concursos da universidade (CPCon), com taxas de R\$ 95,00 para níveis médio e técnico e de R\$ 115,00 para o nível superior. O processo seletivo será composto por prova objetiva, prevista para o dia 26 de julho, com 10 questões de português e a mesma quantidade sobre conhecimentos especí-



Pelo QR Code, acesse o Edital nº 002/2026 da UEPB

ficos, além de prova prática para os cargos de técnico em laboratório. As provas serão realizadas na cidade de Campina Grande.

Judiciário estadual

Já no estado vizinho, o TJPE também traz um número substancial de vagas para quem deseja adentrar na carreira da magistratura. O concurso visa preencher 30 vagas para o cargo de juiz substituto, bem como formar cadastro de reserva. Para concorrer ao cargo, é necessário possuir nível superior em Direito. O valor da remuneração é de R\$ 35.877,28. O certame será composto por 5 etapas. A primeira, prova objetiva, de caráter eliminatório

e classificatório; a segunda, provas escritas (discursiva e sentenças); a terceira é composta por investigação social, exame de sanidade física e mental, e exame psicotécnico; a quarta, prova oral; e a última, avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório.

A primeira etapa do concurso, a prova objetiva, está prevista para o dia 27 de setembro, na cidade do Recife. As datas das etapas posteriores podem ser conferidas no edital. As inscrições devem ser feitas até as 16h do dia 10 de julho, por meio do portal da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A taxa de inscrição é de R\$ 358,77.



Pelo QR Code, acesse o edital do IBGE



Pelo QR Code, acesse o Edital nº 001/2026 da UEPB



Pelo QR Code, acesse o edital do TJPE

Responsabilidade social é premissa básica da magistratura

Ser capaz de aplicar a lei para pacificar conflitos, garantir direitos e fazer justiça de forma equilibrada foi o que chamou a atenção da juíza Shirley Abrantes para a profissão. A função social da magistratura, que possibilita auxiliar a população, também despertou o interesse da juíza Cláudia Chianca. “Foi uma forma que eu encontrei de me posicionar socialmente e tentar ajudar as pessoas”, afirmou.

Apesar das trajetórias distintas, as duas profissionais compartilham a opinião de que, além do conhecimento técnico, as habilidades humanas, como sensatez, escuta ativa, equilíbrio emocional, imparcialidade, empatia e acolhimento são essenciais para uma boa atuação. “A sensibilidade e o rigor técnico devem caminhar juntos”, explicou Shirley.

Ela conta que o seu interesse pela magistratura não surgiu ao final da faculdade. Na verdade, o movimento foi o contrário. O seu desejo inerte de ser juíza lhe fez escolher o curso de Direito, em que ingressou em 1995. “Eu entrei pelas portas da universidade com uma certeza muito clara no coração: eu quero prestar concurso para a magistratura”. Segundo ela, todo o percurso acadêmico foi direcionado para esse sonho.

Assim que finalizou a graduação, em 1999, teve início a fase mais intensa de preparação. Ingressou na Escola Superior da Magistratura (Esm) para obter uma base prática, aprofundamento teórico e o ritmo necessário para enfrentar um certame que contém várias etapas. “Foram anos de muita renúncia, roti-



Foto: Cláudia Chianca/Arquivo pessoal

A função social da magistratura chamou a atenção de Cláudia Chianca para a carreira

na, disciplina nos estudos e resiliência”.

Em 2002, todo o esforço valeu a pena. Shirley foi aprovada no concurso que sempre quis, dando início a uma jornada que já dura mais de duas décadas.

Apesar de o poder transformador da carreira ter sido um ponto em comum de interesse das duas juízas, o começo da vida profissional foi

diverso, o que mostra que nunca é tarde para ir atrás de um novo objetivo.

Cláudia Chianca formou-se, inicialmente, em Letras. Sua meta era ser professora de Literatura. Após concluir a graduação, ainda exerceu o magistério durante seis anos, mas resolveu prestar concurso para a Justiça Federal. Com a aprovação e o maior contato com o mundo jurídico,

uma nova aspiração profissional surgiu. Decidiu, então, prestar vestibular novamente, dessa vez para o curso de Direito. Quando se formou, veio o momento da preparação para obter o cargo de juíza, conciliando a jornada profissional e a maternidade. “Eu já tinha dois filhos, uma bem pequena, na época. Eu trabalhava o dia inteiro e tinha que estudar à noite,

de madrugada. Foi bem difícil”. Hoje, ela está há quase 30 anos na profissão que escolheu como forma de se posicionar no mundo e ajudar a dirimir os conflitos da sociedade.

Durante esse período de atuação, Cláudia percebeu a necessidade de aprimoramento contínuo como um desafio do ofício. “A legislação muda de acordo com os costumes e decorre das necessidades sociais. Os magistrados não fazem as leis, nós as cumprimos. Então é preciso uma atualização constante”. Para ela, uma outra dificuldade é a imagem que a sociedade tem do juiz, como um profissional inacessível, em uma posição de superioridade. “Eu sempre defendi que o judiciário precisa estar mais perto da sociedade. Acho que já evoluímos bastante, mas ainda temos muito a mudar”.

Shirley acrescenta nessa lista a necessidade de equilibrar a alta demanda de processos com a cobrança por rapidez nas decisões, juntamente com o dever de se ter uma atenção humanizada e criteriosa a cada caso. “Manter a qualidade das decisões diante de um volume massivo de trabalho exige resiliência, dedicação e atenção”, pontuou.

Para quem deseja ingressar nessa área que une conhecimentos técnicos, empatia e sensibilidade em cada decisão, as duas juízas dão dicas de como obter a tão almejada aprovação: constância e disciplina são essenciais. “O estudo para concurso de alto nível é uma maratona, não uma corrida de 100 metros. Mais vale estudar com qualidade todos os dias do que ter

picos exaustivos e parar”, explicou Shirley. Além disso, é importante aliar teoria e prática, estudando a doutrina e analisando a jurisprudência. Investir em cursos preparatórios também é um diferencial. “A internet hoje em dia ajuda bastante, mesmo quem não tem condições de pagar por cursos, consegue muito material gratuito”, detalhou Cláudia. Para ela, paciência, administrar a ansiedade e manter a calma na hora das provas faz toda a diferença. Shirley concorda: ter momentos de cansaço e blindagem emocional é essencial para aguentar o processo.

Oportunidade

Para quem tem a intenção de seguir a carreira da magistratura, o concurso do TJPE é uma ótima oportunidade. O edital prevê 30 vagas para juiz substituto, além da formação de cadastro reserva. Com uma remuneração de R\$ 35.877,28, a função exige a formação em nível superior no curso de Direito.



O estudo para concurso de alto nível é uma maratona, não uma corrida de 100 metros

Selic Fixado em 17 de junho de 2026 14,25%	Sálário mínimo R\$ 1.621	Dólar \$ Comercial -0,2% R\$ 5,167	Euro € Comercial 0% R\$ 6,848	Libra £ Esterlina -0,04% R\$ 6,857
--	---	---	--	---

Inflação IPCA do IBGE (em %)	
Maior/2026	0,58
Abril/2026	0,67
Março/2026	0,88
Fevereiro/2026	0,7
Janeiro/2026	0,33



PERFIL DO EMPREENDEDOR

Paraibanos de até 35 anos abrem 56% das empresas

De janeiro a maio, homens responderam por 62% dos novos negócios no estado

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Ter o próprio negócio é, hoje, o principal sonho dos brasileiros de 35 a 54 anos e está entre os três maiores desejos da população mais jovem, segundo a *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, principal pesquisa sobre empreendedorismo do mundo. Na Paraíba, uma parcela dessa geração já está tirando esse projeto do papel. De janeiro a maio deste ano, empreendedores de até 35 anos responderam por quase seis em cada 10 empresas abertas no estado.

Ao todo, 18.387 empresas foram abertas por pessoas de até 35 anos nos cinco primeiros meses de 2026, o equivalente a 56% de todos os novos registros realizados no período. Na divisão por gênero, os homens representaram 62% dos empreendedores responsáveis pelas novas empresas.

Para Ivani Costa, gerente da Unidade de Gestão Estratégica e Monitoramento do Sebrae Paraíba, a predominância dos jovens tem uma explicação. “Os jovens costumam apresentar maior disposição para inovar, assumir riscos e explorar novos modelos de negócios, especialmente os digitais. Também estão mais conectados às transformações tecnológicas e às novas demandas de consumo”, afirma.

Se a pouca idade ajuda, nela também reside um desafio intrínseco. “Muitos empreendedores começam com conhecimento técnico sobre o produto ou serviço, mas ainda precisam desenvolver competências de gestão. Por isso, capacitação, mentoria e acompanhamento são fundamentais para aumentar as chances de sucesso

e sustentabilidade do negócio”, acrescenta Ivani Costa.

Essas questões têm sido enfrentadas na prática por um percentual cada vez maior de paraibanos. De janeiro a maio, a Paraíba registrou a abertura de mais de 32,8 mil empresas: um crescimento de 10,7% em relação ao mesmo período do ano passado. De janeiro a maio, 19.055 empresas encerraram suas atividades, resultando em um saldo positivo de 13,8 mil empreendimentos. Os dados são do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp).

Esse crescimento revela uma resiliência do empreendedorismo paraibano mesmo em um cenário de juros elevados. Muitos dos novos negócios surgem em segmentos que exigem menor investimento ini-

cial, especialmente nas áreas de comércio e serviços. “O ambiente empreendedor está dinâmico, impulsionado pelo crescimento econômico estadual, pelo fortalecimento dos pequenos negócios e por instituições que apoiam o empreendedorismo. É um sinal de vitalidade econômica, embora ainda existam desafios relacionados à sobrevivência e ao crescimento dessas empresas”, diz.

A distribuição geográfica das novas empresas mostra concentração em João Pessoa. A capital respondeu por 41% de todas as aberturas no estado, com Campina Grande vindo na sequência, com participação de 15%. Outro dado que chama atenção é o protagonismo das microempresas. Elas representam o equivalente a 95% do total de novas empresas no estado.

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
amadeu.economista@gmail.com | Colaborador

Mais empregos ou empregos melhores? O desafio da PB

A matéria publicada pelo g1 Paraíba, com base em dados do IBGE, reacendeu uma discussão importante sobre a remuneração média no estado. Segundo o levantamento, a Paraíba aparece entre os estados com menor média salarial de empregos formais do país, à frente de Ceará e Alagoas.

O dado chama atenção, mas o *ranking* deve ser visto como ponto de partida, não como conclusão. Mais importante do que observar a posição da Paraíba é entender o que esse indicador revela sobre a estrutura do emprego formal e a agenda econômica do estado.

Ao aprofundar a análise com os dados da Rais 2025, a Paraíba aparece com 906,6 mil vínculos formais e remuneração real média de R\$ 3.604,15. O valor fica abaixo da média nacional, de R\$ 4.434,38. Na prática, o trabalhador formal paraibano recebe cerca de 81% da remuneração média brasileira.

Mesmo quando a comparação é feita apenas com os estados do Nordeste, a Paraíba não aparece como caso isolado, mas como parte de um desafio regional. A remuneração média regional é de R\$ 3.665,51, cerca de R\$ 61,36 acima da média paraibana. O estado fica na sexta posição entre os nove estados nordestinos, muito próximo do Rio Grande do Norte e acima de Alagoas e Ceará.

Esse resultado não deve ser lido como retrato negativo. Ele deve servir como base para uma discussão estratégica: como transformar a geração de empregos em ocupações de maior renda?

A resposta passa por olhar não apenas para a quantidade de vagas, mas para a qualidade dos postos gerados, o que envolve produtividade e valor agregado. Na Paraíba, a remuneração média fica abaixo da média nacional em todos os

grandes grupamentos econômicos. Isso indica espaço para avançar na composição econômica e na remuneração dos setores.

A indústria merece atenção especial. Enquanto a média nacional do setor é de R\$ 4.518,31, na Paraíba é de R\$ 2.769,14. Essa diferença mostra a importância de fortalecer atividades industriais com produtividade, tecnologia, qualificação e

“**Transformar trabalho formal em maior renda para os paraibanos. Esse deve ser um eixo central para os próximos anos**”

integração a cadeias de valor.

Nos serviços, em que está a maior parte do emprego formal, também há agenda relevante. O setor concentra aproximadamente 68% dos vínculos formais e possui presença de estatutários. Ainda assim, sua remuneração média permanece abaixo da nacional. Isso reforça a necessidade de estimular serviços sofisticados, como tecnologia, saúde, educação, consultoria, economia criativa e turismo qualificado.

O comércio tem papel essencial na dinâmica urbana. São mais de 132 mil vínculos formais no estado. O desafio é apoiar sua modernização, ampliar produtividade, gestão, digitalização e capacitação, para que o crescimento das empresas se traduza em melhores remunerações.

A principal leitura econômica é que a Paraíba não deve discutir apenas criação de empregos, mas criação de empregos melhores. A repercussão do *ranking* chama atenção para o tema. Mas a agenda mais relevante está além dele: transformar trabalho formal em maior renda para os paraibanos. Esse deve ser um eixo central para os próximos anos.



Gabriela Carvalho é dona de duas lojas de roupa e, antes de empreender, ela trabalhou como vendedora em uma feira de João Pessoa

Jovens buscam autonomia financeira

Entre os jovens que decidiram transformar o sonho de empreender em realidade, está a paulista Gabriela Carvalho, de 24 anos. Moradora do Bairro das Indústrias, ela administra duas lojas de roupas masculinas: a BDI Surf, inaugurada há pouco mais de dois anos, e a Original, aberta em junho deste ano.

Antes de abrir o negócio, Gabriela trabalhava com vendas de produtos de limpeza na Feira de Oitizeiro, e o marido atuava como feirante de frutas e depois como empregado com carteira assinada. O desejo de conquistar autonomia financeira e ampliar as possibilidades de renda foi determinante para a decisão de empreender.

A busca por independência financeira e maior controle sobre o próprio futuro profissional é uma característica cada vez mais presente entre os jovens brasileiros, que passaram a não ver mais no regime de tra-

balho CLT uma opção para o seu futuro. “É mais pela liberdade. A gente queria expandir, crescer, não ganhar só um salário mínimo. Trabalhando para você, existe a possibilidade de correr atrás dos seus objetivos e construir algo próprio. Não é fácil, mas você consegue”, relata.

Atualmente, a Paraíba possui 322.082 empresas ativas. Entre as atividades econômicas mais presentes no estado, as lojas de roupas e acessórios ocupam a primeira posição, seguidas dos minimercados e mercearias e, em terceiro lugar, os serviços de beleza, como salões de cabeleireiro, manicure e pedicure. “São atividades que possuem forte ligação com o consumo cotidiano das famílias, apresentam menor barreira de entrada e exigem investimentos iniciais mais acessíveis. Ao mesmo tempo, são segmentos altamente competitivos”, avalia a especialista do Sebrae.

Apesar da concorrência, Ga-

briela aposta na estratégia que combina vendas presenciais e canais digitais, como Instagram e WhatsApp, além das entregas para consumidores de diferentes bairros da capital. “Tem diversas lojas de roupas masculinas em Mangabeira, mas o nosso maior público é de lá. Eu acredito que existe espaço para todo mundo”, defende.

Se abrir uma empresa representa a realização de um sonho para muitos jovens, a fase inicial também costuma ser marcada por riscos e aprendizados. “O maior desafio foi confiar em fornecedores que eu não conhecia pessoalmente. Caímos duas vezes em um golpe. Você faz o pagamento antes de receber a mercadoria e precisa acreditar que aquilo vai chegar. Em um dos casos, fizemos um pagamento de cerca de R\$ 8 mil para um fornecedor e nunca recebemos os produtos”, conta Gabriela.

A permanência das empre-

sas no mercado depende menos da ideia inicial e mais da capacidade de gestão desenvolvida ao longo do tempo, aponta Ivani Costa. “Os negócios que prosperam costumam apresentar planejamento consistente, gestão financeira organizada, foco no cliente, capacidade de inovar e busca contínua por capacitação. Hoje, mais do que abrir uma empresa, o diferencial está em desenvolver competências de gestão que permitam transformar uma boa ideia em um negócio sustentável e competitivo”.

São lições que Gabriela diz ter aprendido na prática ao longo dos primeiros anos como empreendedora. “No começo, vão existir desafios e momentos de preocupação. Às vezes, você investe tudo o que tem sem saber exatamente qual será o retorno. Mas, com o tempo, as coisas vão acontecendo. O importante é não desistir. Nossa maior meta agora é expandir para outros bairros”, afirma.

PRESTÍGIO NACIONAL

Paraíba destaca-se na gestão fiscal

Atuação de Marialvo Laureano à frente da Secretaria de Estado da Fazenda é um dos motivos do êxito alcançado

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Em julho, Marialvo Laureano se tornará o secretário mais longo da história da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (Sefaz-PB) desde a criação da pasta, em 1928. Auditor fiscal da Receita Federal, Marialvo está à frente da administração tributária estadual desde 2011, com um intervalo de dois anos e nove meses em que comandou a Delegacia da Receita Federal em João Pessoa. Ele se tornou homem forte da equipe de governo quando a unificação das secretarias da Receita e das Finanças o colocou no comando da atual Fazenda Estadual.

De sua sala no quarto andar da nova sede da Sefaz-PB, no antigo prédio do Paraiiban, na Avenida Epitácio Pessoa, o secretário recebeu a equipe do jornal **A União** para fazer um balanço de sua gestão. "O que dá mais orgulho é que a Paraíba foi classificada com nota A+ e é o primeiro estado do Nordeste nessa condição. Essa avaliação é feita anualmente pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria



Fotos: Carlos Rodrigo

Marialvo está prestes a se tornar o secretário mais longo da história da Fazenda

■ A Paraíba tornou-se o primeiro estado nordestino a garantir nota A+, que indica transparência nos registros contábeis

do Tesouro Nacional. O "+" representa a transparência nos registros contábeis e nas informações fiscais. Então, além de sermos nota A, agora somos A+", afirma Marialvo.

O orgulho está visível a quem chega até o local de trabalho do secretário. À direita de sua mesa, uma placa comemorativa lembra a

sequência de notas máximas obtidas pela Paraíba. Em breve, ela vai precisar ser atualizada. A expectativa do governo é que em agosto seja anunciado que a Paraíba se torne o único estado a garantir a avaliação positiva por seis anos consecutivos. "Hoje, a Paraíba registra a menor taxa de desemprego desde o início da

série histórica", acrescenta o secretário entre suas maiores realizações.

Comandar a economia do estado há tantos anos também é sempre calcular riscos. E um especial ainda preocupa o secretário: passivo de precatórios. "Pagamos aproximadamente R\$ 650 milhões por ano em precatórios que foram herda-

■ O titular da Sefaz-PB também está à frente do Comitê Gestor para implementar o IBS e a CBS a partir de agosto

dos de gestões anteriores e que acabaram ficando para a nossa administração. É um valor elevado, mas nossa dívida global ainda é pequena em relação à receita corrente líquida. Por isso, estamos com todas as obrigações em dia. Mas esse é um ponto que exige atenção permanente. Para se ter uma ideia, a inscrição de precatórios prevista para 2027 representa apenas 10% do valor inscrito em 2024", diz Marialvo.

Ao citar sem receios as administrações passadas, Marialvo compara os dois governadores com quem precisou discutir os números das contas públicas. "Ambos cobram muito resultado. O governador Lucas Ribeiro trabalhou por mais de três anos ao lado do governador João Azevêdo. Então, é um governo de continuidade, claro que com inovações próprias do governador Lucas Ribeiro. O que posso dizer é que são dois gestores republicanos e que a Secretaria da Fazenda é blindada, ou seja, não existe interferência dentro da secretaria".

Para que o governo não perca a competitividade que

vem demonstrando, um importante passo que está a cargo de Marialvo é a transição da Reforma Tributária. No início do mês, o secretário tomou posse no Comitê Gestor que vai definir as novas diretrizes do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que começam a ser cobrados em caráter experimental em agosto. "A CBS e o IBS terão alíquota total de 1%, sendo 0,9% da CBS e 0,1% do IBS. Essa fase permitirá avaliar o comportamento da arrecadação", diz Marialvo.

"Existe uma preocupação muito grande dos estados e municípios em não perder receita, porque é essa receita que financia os serviços públicos. Por isso essa etapa experimental é tão importante", alerta o secretário. Hoje existem cerca de mil auditores estaduais e municipais trabalhando na regulamentação do IBS em todo o Brasil. O IBS será mais complexo que a CBS, embora ambos tenham o mesmo fato gerador e incidência. Isso porque o IBS pertence aos estados e municípios, e toda a arrecadação passará pelo Comitê Gestor antes de ser distribuída.

"Há uma complexidade maior no processo de arrecadação e distribuição dos recursos. Mas os trabalhos estão avançando bem. Já participamos de três reuniões do Comitê Gestor do IBS e, paralelamente, continuamos participando do Conseqfz e do Confaz", complementa. Outro flanco de atuação no qual o secretário tem precisado atuar é o combate à expansão do crime organizado no sistema financeiro nacional.

Combate à expansão do crime organizado é um dos objetivos

Como auditor fiscal e já tendo atuado como delegado da Receita Federal e como auditor do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), esse trabalho tem se mostrado cada vez mais importante na esteira de operações como a Carbono Oculto e Fluxo Oculto, que mirou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e desvio de nafta. A nova fase teve como alvos principais seis novas *fintechs* e operadores financeiros que continuaram atuando como "bancos paralelos" para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

"No ano passado, tivemos participação na Operação Baronato, que resultou em diversas prisões, inclusive fora da Paraíba, em um esquema que teria causado um prejuízo estimado em mais de R\$ 110 milhões aos cofres públicos", lembra Marialvo. "Outro exemplo é o combate ao que chamamos de sonegação estruturada. Recentemente tivemos uma operação em que havia uma organização com vários núcleos. Um deles era responsável por criar pessoas fictícias e empresas-fantasma. Produziam documen-

tos, CPFs e identidades para pessoas que sequer existiam", complementa.

A declaração de Marialvo Laureano cita a Operação Terceiro Mandamento, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal do Estado da Paraíba (Gaesf). Trata-se de uma das investigações mais complexas da inteligência fiscal paraibana, que desarticulou uma engrenagem criminosa responsável por movimentar mais de R\$ 1 bilhão.

Após mais de um ano de monitoramento sigiloso por parte da Sefaz-PB e do Ministério Público, os auditores conseguiram mapear uma estrutura dividida em três frentes cirúrgicas. "Tudo isso foi descoberto durante o trabalho de investigação. Foi nossa equipe que detectou a operação", pontua ele.

Tudo começava no núcleo ideológico, onde criminosos criavam certidões, identidades e CPFs de pessoas que sequer existiam no mundo real. De posse dessas *personas* fictícias, o núcleo contábil entrava em ação, abrindo e fechando dezenas de empresas de fachada em um ritmo frenético para despistar o Fisco



A nova sede da Sefaz-PB está localizada na Avenida Epitácio Pessoa, em João Pessoa

e evitar que qualquer rastro fosse associado aos verdadeiros operadores. Na ponta final, o núcleo de gestão coordenava a venda dessas notas fiscais frias para empresas reais, que utilizavam o faturamento-fantasma para sonegar milhões em ICMS, lesando diretamente os cofres públicos do estado.

Entre outras ilegalidades combatidas por sua pasta, Marialvo incluiu casos com ruidosas repercussões políticas. "Para você ter uma

ideia, acabamos com os chamados 'codificados', mas herdamos alguns passivos. Um deles foi a questão previdenciária. Havia contribuições previdenciárias que não tinham sido recolhidas, inclusive do regime geral. Esse débito chegava a cerca de R\$ 1,5 bilhão. Conseguimos negociar junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, fizemos uma transação tributária e reduzimos esse valor para cerca de R\$ 550 milhões, que foram parcelados",

lembra o secretário.

"Outro exemplo foram as chamadas 'bolsas salariais' criadas em governos anteriores. Elas eram utilizadas para conceder reajustes a determinadas categorias sem que esses valores fossem incorporados aos benefícios dos aposentados. Nosso governo acabou com esse modelo. Hoje não existe mais bolsa. O policial ativo e o inativo recebem o mesmo salário. Isso vale para policiais civis, militares, bombeiros,

policiais penais, auditores fiscais, professores e outras categorias", destaca Marialvo.

Essas questões são destacadas pelo gestor como problemas herdados que, segundo ele, foram superados com os recursos próprios do Tesouro estadual. "Esperamos que os próximos governos continuem zelando pelas finanças públicas, porque isso é positivo para a Paraíba, para o cidadão e para toda a sociedade. Hoje pagamos a folha em dia, pagamos os fornecedores em dia e não temos débitos pendentes", garante ele.

Questionado sobre a possibilidade de permanecer à frente da Fazenda e aumentar ainda mais seu recorde à frente do órgão em um novo ciclo de governo, Marialvo evita antecipar qualquer decisão. "Isso é algo que precisa ser avaliado. Primeiro é preciso vencer a eleição e, depois, ser convidado. Eu sempre gostei de encarar desafios. Nunca fugi de um desafio. Trabalhar corretamente em favor da sociedade é algo que me dá satisfação. Tenho muito orgulho de poder contribuir dessa forma", conclui Marialvo Laureano.

MODELO INTERNACIONAL

Parceria trará pacto de inovação ao Sertão da PB

Projeto reúne governo, academia, setor produtivo e sociedade civil

Bea Alcântara
Ascom Secties-PB

Existe muita coisa acontecendo no Sertão paraibano que o Brasil ainda não sabe o nome. Projetos, pesquisadores, tecnologias e soluções desenvolvidas a partir do semiárido. É com essa convicção que o Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties), constrói o Pacto de Inovação Sertão+: um compromisso público não para provar que o Sertão pode inovar, mas para ampliar o que ele já inova.

O pacto estrutura-se a partir da chamada “quádrupla hélice”: uma forma de governança colaborativa que reúne governo, academia, setor produtivo e sociedade civil em torno de um compromisso coletivo. O objetivo é fortalecer o ecossistema de inovação de uma região e garantir continuidade às políticas públicas direcionadas ao seu desenvolvimento.

O modelo foi construído a partir do Complexo Científico do Sertão (CCS) e inspirado no 22@Barcelona, distrito de inovação da Catalunha, que é referência mundial no tema. A elaboração contou com a parceria da Fundação La Salle Technova Barcelona, por meio de encontros presenciais, missão internacional realizada em Barcelona e *workshops on-line*.

Para o secretário da Secties, Claudio Furtado, o pacto é o resultado de um processo coletivo que já estava em construção desde 2025. “O Pacto de Inovação reúne todos os atores do ecossistema de inovação, ou seja, governo, setor empresarial, academia e sociedade civil, para que cada um contribua na sua área, na sua *expertise* e faça com que o Complexo Científico do Sertão seja um motor de desenvolvimento regional para a Paraíba”, afirmou.

Os valores que sustentam o Pacto têm endereço. São quatro municípios – Carrapateira, Aguiar, Sousa e Cajazeiras – como ponto de partida, todos conectados pelo CCS, uma política pública de mais de R\$ 80 milhões que coloca o interior da Paraíba no centro do mapa da ciência mundial.

A cooperação entre governo, universidades, empresas e comunidades do Sertão é o que torna esse movimento possível e o que o expande, trazendo as cidades vizinhas ao Complexo



Foto: Bea Alcântara

O objetivo é adaptar experiências internacionais às necessidades e potencialidades locais

Científico como fundamentais no dia a dia do projeto; e também como atrativos para turistas, visitantes e população local.

“A Paraíba possui ativos científicos, culturais e territoriais extraordinários para construir um modelo próprio de desenvolvimento baseado no conhecimento. O objetivo não é replicar Barcelona, mas adaptar experiências internacionais às necessidades e potencialidades locais, criando um ecossistema de inovação autêntico, inclusivo e sustentável para o estado”, explicou Josep M. Piqué, presidente-executivo da La Salle Technova Barcelona.

Referência

Na construção do Pacto Sertão+, surge o Projeto de Inovação e Desenvolvimento de Adaptação e Transferência de Conhecimento de Modelos Internacionais de Governança para o Ecossistema de Ciência e Tecnologia da Paraíba, que articula a transferência do modelo de governança junto à La Salle Technova Barcelona a partir do 22@Barcelona.

A parceria, vigente desde abril de 2025, realiza encontros estratégicos periódicos para trocas de informações e experiências relacionadas ao entendimento de como articular e gerenciar um ecossistema de inovação. Em novembro do ano passado, a comitiva da La Salle Technova, composta por Carina Rapetti, Josep M. Piqué e Carlos Olsen, esteve no “I Workshop do Pacto de Inovação Sertão+”, realizado no Parque Tecnológico Horizontes de Inovação.

O encontro fez parte da primeira fase da elaboração do pacto, na qual foi construída uma

visão compartilhada do ecossistema de inovação da Paraíba. Após um mapeamento detalhado dos principais agentes, ativos e atividades distribuídos entre as quatro hélices e o diálogo direto com representantes de cada uma delas, houve a definição de uma visão estratégica norteadora.

O momento também contou com a identificação dos pontos fortes e desafios da região. Esse material guiou as fases seguintes, com reuniões técnicas para a formulação de projetos estruturantes e a definição do modelo de governança.

Ainda no processo de transferência, a equipe técnica da Secties realizou uma missão internacional em Barcelona com o então governador, João Azevêdo, e representantes das hélices que compõem o pacto pela inovação.

“A Missão Barcelona teve como principal objetivo promover a troca de conhecimentos e experiências, buscando identificar soluções inovadoras que possam ser adaptadas à realidade local. Espera-se, com isso, fortalecer o projeto em desenvolvimento, ampliar a visão estratégica dos participantes e trazer contribuições concretas”, afirmou Rayssa Alencar, coordenadora-geral do projeto do pacto.

Durante a visita a Barcelona, a delegação paraibana pôde visitar espaços de referência em eixos como Supercomputação, Arqueologia, Paleontologia, Astronomia e Turismo. Além disso, foram realizadas reuniões entre as equipes técnicas para viabilizar possíveis acordos de cooperação entre a Catalunha e a Paraíba. A missão internacional ocorreu de 23 a 27 de fevereiro.

Formalização

Todo o trabalho desenvolvido até agora culmina em um evento: o “I Simpósio Internacional do Pacto de Inovação no Sertão”, nos dias 29, 30 e 31 de julho, no Espaço Casé, em Sousa. Três dias abertos a universidades, governos municipais e Estadual, setor produtivo e sociedade civil – as quatro hélices que constroem o pacto juntas.

“O simpósio é a formalização desse trabalho. A expectativa é muito boa: teremos palestrantes, representantes de todos os setores e, no fim, a assinatura

do documento, que é o próprio Pacto, para depois passarmos à fase de aplicação, que vai ditar o desenvolvimento na área de inovação dessa região pelos próximos anos”, explicou o secretário Claudio Furtado.

A escolha de Sousa não é à toa: a cidade compõe a rota turístico-científica do Complexo Científico do Sertão. O local abriga a Bacia do Rio do Peixe, região com o Monumento Natural Vale dos Dinossauros e o Sertão do Letreiro, um importante acervo arqueológico e paleontológico, com a combinação de inscrições rupestres e pegadas fossilizadas de dinossauros.

A programação reúne painéis, palestras, trocas de experiência e *networking* com especialistas em ciência, tecnologia, empreendedorismo e turismo. As inscrições estão abertas em pactopelosertao.pb.gov.br.

Para Carina Rapetti, especialista em governança de ecossistemas de inovação da La Salle, o trabalho coletivo permite construir oportunidades concretas de desenvolvimento regional. “A inovação territorial acontece quando existe confiança, colaboração e uma governança capaz de conectar ciência, educação, empreendedorismo e impacto social. O Sertão paraibano tem potencial para se tornar uma referência internacional em inovação baseada no território”, finalizou.

Serviço

“I Simpósio Internacional do Pacto de Inovação no Sertão”

- **Data:** 29, 30 e 31 de julho
- **Local:** Espaço Casé, Sousa (PB)



Use o QR Code para se inscrever no simpósio

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

O Universo da ficção científica

Nesta semana, vou falar sobre um assunto que não é exatamente ciência, mas que está muito relacionado a ela, por trazer temas e fazer previsões que, depois, acabam acontecendo do ponto de vista científico: os livros e os filmes de ficção científica.

Quero começar por um filme que me marcou muito, apesar de ter sido lançado justamente no ano em que nasci: *2001: Uma Odisseia no Espaço* (1968). Ele é muito importante para mim porque a primeira vez que assisti foi em um cinema na cidade de Sousa. Eu devia ter uns dez ou onze anos e fiquei maravilhado com toda aquela viagem que o filme propõe.

A história acompanha a busca pelo monólito, que leva uma nave espacial até Júpiter. Já naquela época, o filme fazia a gente pensar sobre viagens espaciais, justamente em um período marcado pela corrida espacial entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos, pouco antes da chegada do homem à Lua.

Até hoje, o filme continua muito impactante. Além da qualidade cinematográfica, tem uma trilha sonora belíssima. Quem já assistiu sabe: basta ouvir um dos temas musicais que imediatamente a lembrança do filme vem à cabeça.

Ele também trabalha muito bem essa ideia de associar as viagens espaciais à possibilidade de receber sinais de uma civilização antiga que estaria interferindo no desenvolvimento da humanidade. No fundo, trata de uma das maiores perguntas que o ser humano sempre fez: será que estamos sozinhos no Universo?

Essa busca por compreender o tempo, o espaço e a existência de outras civilizações sempre acompanhou a humanidade. Diante da imensidão do Universo, é natural perguntar se existe vida em outros planetas.

Hoje, do ponto de vista científico, podemos dizer que a probabilidade de existirem outros mundos com condições para a vida é muito grande. Temos telescópios, como o James Webb, observando sistemas planetários extremamente distantes e estudando planetas que podem reunir condições semelhantes às da Terra.

Falamos da chamada “zona habitável”, aquela região em torno de uma estrela onde um planeta pode apresentar condições favoráveis para a existência de água líquida e, consequentemente, de vida semelhante à que conhecemos. Os cientistas procuram traços de elementos químicos que possam indicar processos biológicos.

Há vários filmes que já antecipavam discussões sobre inteligência artificial muito antes de ela fazer parte do nosso cotidiano. Um dos meus favoritos é *Matrix* (1999). É curioso rever o filme hoje e lembrar do antigo som da *internet* discada. Acho que muitos jovens nem sabem o que é aquilo.

Na época, a ideia de máquinas que desenvolvem consciência, passam a controlar a humanidade e utilizam os seres humanos como fonte de energia parecia algo muito distante. Hoje percebemos como essas discussões continuam atuais.

E, por fim, *Blade Runner* (1982), que tem um dos diálogos mais marcantes do cinema de ficção científica. Na cena final, o androide interpretado por Rutger Hauer conversa com o personagem de Harrison Ford e fala sobre tudo o que viu e viveu, experiências que nenhum ser humano teria presenciado.

É uma cena extraordinária porque, naquele momento, a máquina demonstra muito mais humanidade do que os próprios humanos retratados no filme. É uma reflexão filosófica muito profunda sobre consciência, existência e o que realmente nos torna humanos. Sem dúvida, é um dos meus filmes prediletos.

Minha recomendação é simples: leiam ficção científica e assistam a filmes de ficção científica. Eles servem tanto para inspirar quem quer fazer ciência quanto para provocar reflexões sobre as questões filosóficas da ciência e da própria vida.

Eu mesmo me interessei muito por ciência assistindo a esses filmes. Muitas ideias que pareciam impossíveis quando foram criadas hoje já fazem parte da nossa realidade. E isso é, sem dúvida, uma das coisas mais fascinantes da ficção científica.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba é professor e doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador

Foto: Bianca Souto



Claudio Furtado (D) aposta na transferência de expertise

PROJETOS NA CAATINGA

Meta é combater a desertificação

Iniciativas visam à recuperação do bioma genuinamente brasileiro que sofre com a degradação



Foto: Bartolomeu Israel/Arquivo pessoal

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

“A Caatinga é da cor da esperança”. Foi assim que o pesquisador Aldrin Pérez, do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), descreveu o bioma. “A beleza da Caatinga não está nos verdes permanentes, mas no ciclo dela. Branca, cinza e verde. Cada fase tem um significado. Quando está branca, indica paz e perspectiva. Quando cinza, renascimento. E, quando está verde, expressa a plenitude de uma floresta cheia de vida. É a dança da vida, que confunde a todos aqueles que só enxergam beleza nas florestas úmidas”, complementou. A preservação desse bioma tão importante é a chave para o enfrentamento da desertificação no semiárido paraibano.

Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga ocupa cerca de 10% do território nacional e sustenta a vida de aproximadamente 28 milhões de pessoas. Contudo, 10 milhões de hectares já enfrentam degradação severa. “As áreas afetadas pela desertificação somam cerca de 18% no país e atingem, aproximadamente, 39 milhões de pessoas. Não podemos tratar isso como um mito. Estamos falando de qualidade de vida, alimentação, água e do futuro de milhões de famílias”, afirmou o pesquisador. Esses números, além de demonstrarem a gravidade da situação, reafirmam o que os pesquisadores já constataram: atualmente, a desertificação atinge também outros biomas brasileiros, como o Pantanal.

A desertificação diz respeito ao processo de degradação da terra, segundo o professor Bartolomeu Israel de Souza, do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Foto: Divulgação/Sudema

O Projeto Nascente Viva atua na recuperação e proteção de nascentes da bacia do Rio Paraíba



Foto: Aldrin Pérez/Arquivo pessoal

A beleza da Caatinga não está nos verdes permanentes, mas no ciclo dela. Branca, cinza e verde. Cada fase tem um significado

Aldrin Pérez

“As principais formas dessa deterioração estão associadas a como o homem gerencia as terras. O desmatamento excessivo e contínuo é a principal delas, pois causa a diminuição da retenção de água no solo, da fertilidade, da fauna no local, o que reduz a produção agrícola e aumenta a pobreza”, explicou. Já as mudanças climáticas entram nessa conta para intensificar os processos causados originalmente pelo homem.

Por isso, a questão não pode ser considerada apenas como um problema ambiental, é também social, político e cultural, conforme explicou Aldrin. “Ela mexe com a comida na mesa, com a água na torneira, com o trabalho do camponês e com o futuro de milhões de famílias”.

Para Aldrin Pérez, o problema da desertificação existe e precisa ser enfrentado, mas a Caatinga não pode ser vista apenas pela ótica da degradação. “Ela é uma solução ambiental de enorme importância para o Brasil”, afirmou.

ações de fiscalização e conservação realizadas por órgãos ambientais e instituições parceiras, contribuindo para a proteção dos ecossistemas e para o enfrentamento dos processos de degradação ambiental”, pontuou.

Nesse contexto, o estado atualizou o Plano de Ação Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária do Estado da Paraíba (PAE-PB). O documento busca alinhar as ações estaduais às diretrizes do novo Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil), priorizando a recuperação de áreas degradadas, a restauração da vegetação nativa da Caatinga, a conservação dos recursos hídricos, o fortalecimento da agricultura sustentável e a adaptação às mudanças climáticas. “O objetivo é reduzir a vulnerabilidade ambiental e socioeconômica das regiões mais afetadas pela desertificação no estado”, explicou a gerente operacional de Recomposição Vegetal da Semas, Ana Carolina Flores.

Conforme explicou Pérez, a importância da Caatinga vai muito além do aspecto ambiental. O bioma está diretamente relacionado à produção de alimentos, à segurança hídrica e à permanência das populações no campo.

Paraíba

Na Paraíba, onde a desertificação ameaça grande parte do território, o desafio se torna ainda mais urgente. De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), o estado possui, aproximadamente, 54 mil km² de áreas suscetíveis à desertificação (ASDs), dados que representam 95% do território estadual. As regiões mais críticas concentram-se no Cariri, no Seridó e em partes do Sertão paraibano.

Contudo, dados do MapBiomias, indicam que, em 2024, a Paraíba registrou redução de 44% nos alertas de desmatamento, preservando cerca de 5.500 hectares de vegetação nativa, conforme explicou o chefe da Divisão de Implantação de Programas Ambientais e Projetos da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Itallo Harlan. “O resultado reflete o fortalecimento das



Viveiros Parahyba

A ação tem como objetivo implementar uma rede de viveiros para a produção de mudas nativas e exóticas, visando aten-

der pequenos produtores e promover renda, conservação e recuperação ambiental de áreas degradadas ou alteradas nos biomas da Caatinga e Mata Atlântica.

Projeto Corredor das Águas

Com investimento de R\$ 3 milhões, o projeto busca proteger recursos hídricos, conservar a biodiversidade e recuperar áreas degradadas por meio da criação de corredores ecológicos. Realizado em parceria com a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), a iniciativa busca aliar desenvolvimento social à consciência ambiental da comunidade.

Projeto Regulariza-PB

Promove a segurança jurídica dos agricultores e das atividades produtivas, bem como o acesso às políticas públicas e sociais do campo por meio da regularização ambiental de propriedades rurais. Com um investimento de R\$ 1,3 milhão, a ação realiza o cadastramento e a retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em propriedades rurais. Segundo dados da Semas, mais de oito mil trabalhadores rurais já foram beneficiados, bem como cerca de 2.500 propriedades atendidas.

Projeto Cidade+Verde

A arborização urbana é o destaque dessa iniciativa, que promove qualidade de vida e cidadania, focando na melhoria da habitabilidade, no conforto térmico e na neutralização do carbono em escala local, além do enriquecimento ambiental de áreas públicas.

Projeto Sertão Vivo

É uma ação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) para apoiar iniciativas que promovam a resiliência climática da população rural do semiárido do Nordeste brasileiro, por meio de três pilares: acesso à água, práticas sustentáveis e inclusão social e produtiva.

Na Paraíba, a ação vai atender 38 mil famílias em 157 municípios, totalizando mais de 150 mil beneficiários, com um investimento de R\$ 150 milhões.

Projeto Lixão Legal

Promove a remediação e a recuperação ambiental de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, por meio da

A APA do Cariri é uma das mais importantes unidades de conservação da Paraíba

elaboração e execução de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad), em regime de parceria com os municípios.

Uma outra iniciativa estatal é o Projeto Nascente Viva, coordenado pela Sudema, com foco inicial na recuperação e proteção de nascentes localizadas na bacia hidrográfica do Rio Paraíba. Com a ampliação das ações, o projeto passou a atuar também na recuperação de áreas de preservação permanente (APPs).

Segundo Itallo Harlan, desde sua criação, em 2022, a iniciativa já promoveu a recuperação ambiental de aproximadamente 120 hectares de APPs do Rio Paraíba. Outros 85 hectares já possuem autorização para receber ações de recomposição florestal em ainda neste ano. “No semiárido paraibano, também foram recuperados 15 hectares em uma comunidade quilombola de Santa Luzia, com foco específico no combate à desertificação. Além disso, cerca de 35 hectares localizados na área de preservação do Açude de Santa Luzia estão em processo de recuperação”.

Assim, o Projeto Nascente Viva contribui para a mitigação desse processo por meio da recuperação da cobertura vegetal, da proteção de nascentes e da restauração de áreas degradadas. Essas ações ajudam a reduzir a erosão, aumentar a infiltração e retenção de água no solo, melhorar a fertilidade e favorecer o equilíbrio climático local, interrompendo ciclos de degradação ambiental.

Saiba mais

Seca x desertificação

Para o pesquisador Aldrin Pérez, é importante conceituar adequadamente os fenômenos, pois, “quando erramos o nome, erramos a solução”. “A seca é um fenômeno natural. Quando a chuva registrada em um determinado período, é significativamente inferior aos valores normais. Porém, quando chove, a terra se renova. Faz parte do clima semiárido. Já a desertificação é causada por ações humanas e causa a degradação duradoura do solo”, explica ele.



MATA-MATA

Que venha o Japão!

Paraibano Matheus Cunha surfando na onda de gols, com Lucas Paquetá, na vitória sobre a Escócia

Brasil inicia, amanhã, a fase eliminatória da Copa, jogando em Houston, nos Estados Unidos

Da Redação



Brasil e Japão jogam, amanhã, pela segunda fase da Copa do Mundo. O duelo acontece às 14h (de Brasília), em Houston, nos Estados Unidos.

As duas equipes enfrentaram-se apenas uma vez na história dos Mundiais. No jogo de 2006, o time verde-amarelo levou a melhor ao vencer por 4 a 1. A Seleção Japonesa era comandada pelo ídolo brasileiro Zico. No duelo mais recente, em outubro de 2025, a equipe asiática venceu por 3 a 2, em amistoso. A fase de 16-avos de final começa, hoje, às 16h (de Brasília), com Canadá x África do Sul.

No único duelo em Copas, os gols da vitória verde-amarela foram marcados por Ronaldo Fenômeno, que balançou as redes duas vezes, Juninho Pernambucano e Gilberto. Contabilizando amistosos e torneios oficiais, foram disputados 14 jogos entre as duas seleções, com 11 vitórias do Brasil, dois empates e um triunfo do Japão.

Na única vitória japonesa, o Brasil abriu dois gols de vantagem ainda no primeiro tempo, mas levou a virada e perdeu por 3 a 2, em amistoso disputado em Tóquio. Paulo Henrique e Gabriel Martinelli colocaram os pentacampeões na frente, enquanto Minamino e Nakamura contaram com falhas defensivas brasileiras para empatar. Por fim, Ayase Ueda definiu a virada.

A equipe asiática classificou-se para o mata-mata da Copa do Mundo após empate por 1 a 1 com a

Suécia, em Dallas. Ainda na fase de grupos, os Samurais Azuis estrearam com empate com a Holanda por 2 a 2 e, na sequência, golearam a Tunísia por 4 a 0. No Mundial, marcaram sete gols — divididos entre Kamada (2), Ueda (2), Nakamura, Junya Ito e Maeda (1) — e sofreram três tentos.

Sequência do Brasil

Pensando na logística, o Brasil tem um caminho favorável caso siga avançando na Copa do Mundo. Nas oitavas de final, jogaria no 5 de julho, em Nova Jersey, às 17h (de Brasília), onde a equipe tem sua base de preparação. Nas quartas de final, o enfrentamento

seria no dia 11 de julho, em Miami, às 18h (de Brasília). A semifinal aconteceria no dia 15 de julho, em Atlanta, às 15h (de Brasília). Por fim, o caminho seria finalizado no dia 19 de julho, no MetLife Stadium, em Nova York, às 16h (de Brasília).

Evolução

Com o Brasil em franca evolução durante a Copa do Mundo, Carlo Ancelotti tem a expectativa de que sua equipe demonstre ainda mais competitividade no mata-mata. A Seleção Brasileira estreou com empate e atuação ruim contra o Marrocos (1 a 1), depois venceu o Haiti por 3 a 0 e repetiu esse mes-

mo placar no triunfo contra a Escócia. O técnico italiano falou em coletividade sobre o desempenho do time.

“Agora estamos jogando como uma equipe, esse é o objetivo. Não estamos perfeitos, temos coisas a melhorar. Podemos ser um pouco mais rápidos quando temos o controle. Estou contente porque o time melhorou muito, agora estamos sólidos. No mata-mata, a solidez é muito importante. Temos um time sólido. Comparando com o primeiro jogo, temos menos erros, mais ritmo, mais efetividade na frente”, destacou.

Para a partida de amanhã, Carlo Ancelotti deve repetir o mesmo time que iniciou o enfrentamento

contra a Escócia. Sem Raphinha, com lesão muscular na coxa direita, Rayan assume a ponta direita no esquema 4-3-3. Assim, o time deve ter Alisson, Danilo, Marquinhos, Gabriel Magalhães e Douglas Santos; Casemiro, Bruno Guimarães e Lucas Paquetá; Vini Jr., Matheus Cunha e Rayan.

Para as 16-avos de final, todos os cartões tomados na fase de grupos foram zerados. Logo, Douglas Santos, Casemiro e Ibañez, que foram amarelados nos três primeiros jogos, podem jogar sem restrições. Depois da estreia contra a Escócia, Neymar estará novamente entre os relacionados para o confronto diante dos japoneses.

Cincinnati descarta a contratação de Neymar

Rubens Guilherme Santos
Agência Estado

Uma das estrelas da Seleção Brasileira nesta Copa do Mundo, Neymar não está mais nos planos do FC Cincinnati, da Major League Soccer, a liga de futebol dos Estados Unidos, um dos países anfitriões do Mundial. Segundo o *site* estadunidense *The Athletic*, o clube desistiu das negociações após se frustrar com a lentidão em um possível movimento.

Em abril deste ano, o veículo revelou que o FC Cincinnati havia iniciado conversas preliminares com o estafe do atleta. No entanto, a equipe nunca fez uma oferta oficial ao jogador.

“Neymar queria se juntar ao FC Cincinnati se as finanças pudessem ser acordadas. O diretor esportivo Chris Albright e o presidente Jeff Berding visitaram o Brasil em abril para se reunir com Neymar e seu pai, enquanto as negociações continuavam, dizem fontes”, diz um trecho da reportagem publicada pelo *The Athletic*.

Neymar tem contrato com o Santos até o fim do ano e já pode assinar pré-contrato a partir da metade deste ano. Ainda segundo o *site* estadunidense, o atacante está aberto a se transferir para outro clube da MLS caso a situação financeira esteja certa.

Nesta temporada, o camisa 10 do Santos e da Seleção Brasileira soma seis gols e quatro assistên-

cias em 15 partidas pelo time alvinegro. Ele voltou ao clube que o revelou no ano passado, após deixar o Al-Hilal, da Arábia Saudita.

Depois do sucesso comercial de Messi no Inter Miami, os clubes da MLS passaram a focar em contratar estrelas globais, como Marco Reus (Los Angeles Galaxy) e Son Heung-min (Los Angeles FC). Outro ponto a ser destacado neste movimento de mercado é a busca dos times em atrair mais espectadores na preparação para uma negociação de direitos de mídia

em 2028 e 2029, pois o atual acordo da liga com a Apple termina no fim da temporada 2028-2029.

O jogador da Seleção entrou em campo pela primeira vez nesta Copa na última quarta-feira, (24), na vitória do Brasil sobre a Escócia.



Neymar jogou alguns minutos na vitória do Brasil sobre a Escócia por 3 a 0, no dia 24

NA COPA 2026

IA sexualiza mulheres na internet

Distorções sobre diversidade feminina promovem padrões de beleza impossíveis, segundo socióloga García Mingo

Raúl Martín Lorenzo
Agência EFE

Com a chegada da Copa do Mundo de 2026, a primeira a acontecer durante

a plena expansão da inteligência artificial generativa, vídeos falsos de torcedoras, ou vídeos com aparência sintética, começaram a circular no TikTok, X, Instagram e YouTube Shorts, mostrando supostas torcedoras em estádios, classificadas por país e representadas sob estereótipos de beleza normativos e sexualizados.

A EFE Verifica localizou mais de 20 contas de redes sociais que publicam regularmente esse tipo de conteúdo, algumas até diariamente, com vídeos que repetem o mesmo padrão: mulheres com roupas associadas a diferentes países, cenários de estádios e a estética das *fancams* da Copa do Mundo.

Da mesma forma, especialistas consultados pela EFE Verifica concordam que o fenômeno não deve ser interpretado apenas em termos da autenticidade de cada vídeo, mas como uma forma de desinformação de gênero que objetifica as mulheres e amplifica estereótipos nacionais por meio de imagens sintéticas ou com aparência sintética.

Objetificação digital

À primeira vista, parecem vídeos virais simples, mas, por trás deles, há algo mais do que entretenimento: uma forma de representação que transforma certos corpos femininos em isca e reforça es-

“

É extremamente fácil. Existem muitos serviços on-line para gerar imagens e vídeos. Basta pagar 7, 10 ou 30 euros, e você poderá criar vídeos de tudo

Alejandro Martín



Foto: Alex Cruz/EFE

Presença feminina tem sido marcante na Copa, tanto fora como dentro dos estádios, e está sujeita a interferência da inteligência artificial

tereótipos antigos sob uma nova aparência.

A socióloga Elisa García Mingo, especialista em misoginia digital nas redes sociais, acredita que esse fenômeno pode ser chamado de “desinformação de gênero”, pois não apenas apresenta imagens falsas ou com aparência artificial, mas também reproduz uma representação estereotipada da mulher.

García Mingo também alerta que classificar esses supostos fãs por país agrava o problema, porque os estereótipos raciais, culturais e de gênero não apenas são reproduzidos, mas também exacerbados.

Nessa linha, Noemí Morejón, professora e pesquisadora da Universidade Loyola da Andaluzia e especialista em desinformação, sugere que, quando as mulheres se tornam “objetos de coleção”,

como é o caso desses vídeos classificados por país, o papel da IA amplifica “um sentimento que um certo setor da população normaliza”.

“Essa questão alarmou os psicólogos, pois distorce a diversidade feminina e promove padrões de beleza impossíveis de serem alcançados pelos seres humanos”, acrescenta ela.

Essa reprodução de corpos artificiais e normativos se conecta a outros riscos associados à IA generativa, como sua capacidade de produzir conteúdo que reforça padrões irreais e suas consequências.

Um relatório do Centro de Combate ao Ódio Digital alerta que seis ferramentas populares de IA geraram conteúdo prejudicial relacionado a distúrbios alimentares em 41% dos testes, e que geradores de imagens produziram conteúdo que glorifica padrões corporais ir-

reais em 32% dos casos.

Marketing viral

Como é típico da desinformação gerada automaticamente, ela frequentemente anda de mãos dadas com eventos atuais. Nesse caso, a Copa do Mundo oferece uma plataforma ideal para ganhar visibilidade.

O formato é sempre o mesmo, embora com ligeiras variações: uma jovem filmada “espontaneamente”, um estádio ao fundo e uma bandeira ou camisa de time nacional. Em todos os casos, a lógica do vídeo não gira em torno da partida, mas, sim, do corpo da mulher como isca em uma competição esportiva masculina.

Alejandro Martín, professor e pesquisador da Universidade Politécnica de Madrid e do Iberifier, explica à EFE Verifica que qualquer conteúdo ligado a assuntos da atuali-

dade “sempre ganhará mais visibilidade em uma rede social” e que o objetivo dessas contas geralmente é obter visualizações para monetizá-las.

Morejón concorda que esses *fancams* falsos buscam, além da viralização, monetizar uma narrativa falsa.

“A questão é como isso está sendo monetizado. Nesse caso, esses vídeos redirecionam para sites e plataformas pagas, como OnlyFans ou Fanvue, até mesmo o Telegram, que oferecem conteúdo pago dessas supostas mulheres. Elas são o foco do recrutamento para posterior monetização”, explica Morejón.

Agora é possível criar uma *fancom* falsa.

Uma análise da EFE Verifica mostra que a criação deste tipo de vídeos já não exige conhecimentos técnicos avançados e está se tornando cada

vez mais acessível ao público em geral.

O processo pode começar com uma imagem gerada por IA com base em um estímulo detalhado — por exemplo, um suposto torcedor em um estádio, vestindo uma camisa ou bandeira específica e com uma aparência realista — e então continuar em outra ferramenta capaz de animar essa imagem como se fosse uma *fancom* da Copa do Mundo.

A esse respeito, Martín destaca que já existem “uma infinidade de opções disponíveis” para gerar esse tipo de conteúdo e que muitas delas funcionam diretamente *on-line* por meio de serviços pagos.

“É extremamente fácil. Existem muitos serviços *on-line* para gerar imagens e vídeos. Basta pagar 7, 10 ou 30 euros, e você poderá criar vídeos de tudo o que quiser”, explica.

FIM DA PROIBIÇÃO

Rússia volta a participar de torneios promovidos pela Fifa

Toni Assis
Agência Estado

Após um intervalo de quatro anos, a Rússia vai voltar a participar de torneios organizados pela Fifa. Isso porque a entidade autorizou, pela primeira vez, a participação do país em uma competição juvenil desde o início da invasão à Ucrânia, em fevereiro de 2022. A decisão foi anunciada na última quinta-feira (25) e

envolve uma nova edição do Campeonato Mundial Sub-15, torneio que será disputado no Azerbaijão de 22 a 31 de outubro deste ano. O evento estará aberto a todas as federações filiadas à entidade.

Desde 2022, seleções e clubes da Rússia estão proibidos de disputar torneios internacionais por uma decisão conjunta da Fifa e da Uefa, adotada em resposta ao conflito na Ucrânia. Ape-

sar disso, a Federação Russa de Futebol nunca chegou a ser formalmente suspensa das duas organizações.

A decisão foi celebrada pelo ministro dos Esportes da Rússia, Mikhail Degtyarev, que classificou a medida como um passo importante para o retorno das equipes russas ao cenário esportivo internacional. Em publicação nas redes sociais, ele manifestou a expectati-

va de que a participação no torneio juvenil represente o início de uma reintegração completa das seleções e clubes do país às competições globais.

Uma possível reaproximação já tinha sido sinalizada recentemente entre as duas partes. Gianni Infantino, mandatário da Fifa, já havia manifestado a sua inclinação pelo retorno da Rússia aos torneios de fute-

bol, ao menos nas categorias de base.

“Temos de fazer isso, pelo menos no nível de formação. Essa proibição não alcançou nada”, afirmou o dirigente. Em seu discurso, ele afirmou que as punições ao país russo geraram apenas “mais frustração e ódio”.

A possível volta da Rússia ocorre em meio ao processo gradual de flexibilização das restrições impostas a

atletas russos e bielorrussos. Em maio, o Comitê Olímpico Internacional (COI) recomendou o fim das sanções aos atletas da Bielorrússia, permitindo que voltem a competir sob bandeira e hino nacionais. Para os russos, porém, a entidade manteve a orientação de restrições, embora desde 2023 eles possam disputar competições individuais sob bandeira neutra e mediante condições específicas.

BRASILEIRO SÉRIE D

Treze tem boa vantagem no Amigão

Galo pode até perder por 1 a 0, contra a Jacuipense-BA; já o Serra Branca decide a vaga contra a Juazeirense-BA

Danrley Pascoal
 danrley.p@gmail.com

O Treze enfrenta, hoje, às 17h, no Estádio Amigão, a Jacuipense-BA, no que é o jogo de volta da segunda fase da Série D do Campeonato Brasileiro. O elenco do Galo fez uma preparação especial para a partida. A equipe esteve em regime de concentração fora de Campina Grande, ficando hospedada no CT do Retrô, em Recife, onde treinou até a sexta-feira (26). Na ida, o Alvinegro venceu por 3 a 1 e pode perder por até um gol de diferença.

Diante da sua torcida, o Treze busca a classificação para a próxima etapa da Série D e a garantia da vaga na competição nacional em 2027. Nos últimos treinos antes da partida, o elenco galista aproveitou para treinar em dois períodos, inclusive no feriado de São João. O Galo tem feito uma grande campanha na Série D: somou 17 pontos na primeira fase, alcançando uma campanha de cinco vitórias, dois empates e três derrotas. Com os três gols no duelo de ida, já são 21 marcados.

A diretoria galista fez uma campanha (Vamos lotar o Amigão), com grande promoção de ingressos, em que o setor Arquibancada Geral tinha valor de R\$ 20. A venda dos bilhetes começou na segunda (22) e foi encerrada na quinta-feira (25). A expectativa é que o confronto contra a Jacuipense-BA registre o melhor público do Treze na Quarta Divisão de 2026.

O árbitro da partida será Wagner Silveira Echevarria (RS). Os assistentes serão Michael Stanislau (RS) e Luciane Rodrigues dos Santos (RS). O quarto árbitro será o paraibano Diego Roberto Souza de Melo. Nessa fase da competição, ainda não tem VAR, que estará disponível a partir das oitavas de final.

Serra Branca

O Carcará visita, hoje, às 15h30, no Estádio Adauto Moraes, em Juazeiro (BA), a Juazeirense-BA, também pelo duelo de volta da segunda fase da Série D. Na ida, no Amigão, o Serra obteve uma importante vitória por 2 a 0, que permite à equipe perder por até um gol de dife-



Jogadores do Serra Branca treinando para a grande decisão no interior da Bahia

rença. O clube do Cariri segue apostando no sistema defensivo montado por Gerson Gusmão, que não tomou gols em quatro dos 11 jogos que realizou no torneio.

O treinador concedeu coletiva antes da partida e falou sobre as expectativas para o duelo desta tarde. “Sem dúvida, um jogo muito difícil, numa semana importantíssima para todos nós e para o clube, por tudo aquilo que representa essa passagem de fase para a sequência da competição e do calendário de 2027. Nós temos essa consciência. Sabemos que é uma responsabilidade que precisamos conduzir bem”, destacou Gerson.

“A equipe da Juazeirense-BA vai buscar propor o jogo, precisa do resultado [...]. Mas a gente sabe que será uma partida em que seremos muito exigidos. Vamos procurar ser ofensivos para também buscar o gol, preocupar

o adversário, não deixá-los jogar à vontade em casa ou ter controle total do jogo. Tem que ter alternância. Sabemos o que fazer quando o adversário estiver com a bola. Buscaremos ser organizados ofensivamente quando tivermos a posse da bola”, completou o técnico.

O árbitro Marcos Mateus de Sousa (TO) apitará a partida. Os assistentes serão Fábio Pereira (TO) e Samuel Smith Nobrega Silva (TO). O quarto árbitro será Bruno Fernandez Moreira (BA).

Vaga na Série D

Nesta fase da Série D, em caso de igualdade no placar agregado após os dois jogos, a definição da vaga acontece em cobranças de pênaltis. Com as mudanças no calendário, em 2026, seis equipes vão conquistar o acesso para a Série C de 2027. Os quatro eliminados nas quartas de final jogam *play-offs* por

duas vagas na Série C. O mata-mata começou com 32 confrontos. Para a terceira fase, serão outros 16 duelos.

Pelo regulamento da Quarta Divisão, os 32 clubes que chegarem à terceira fase, com exceção dos seis que alcançarem o acesso, estarão no torneio do próximo ano. Com o desempenho de Treze e Serra Branca nos confrontos de ida, ao fim dos jogos de hoje, a Paraíba pode ter cinco clubes nas competições nacionais de 2027.

Não tendo se classificado para a Série D do próximo ano via Estadual, avançar para a terceira fase da competição garante ao Galo e ao Carcará vaga no certame seguinte. Para 2027, Campinense e Sousa garantiram vaga na Quarta Divisão via Campeonato Paraibano. O Botafogo deve continuar na Série C, mas ainda sonha com o acesso para a Série B.

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

Presepada

Já são tantos os momentos emocionantes de uma Copa do Mundo vergonhosa, que por aqui já foi devidamente detalhada como tal. Mas é que o futebol tem uma vontade cega — tal qual a existência humana, como diria o filósofo Arthur Schopenhauer, da terra vencedora do 7 a 1 — de emocionar com belas vidas e histórias que aparecem para todos nós a partir desse jogo e de seu maior espetáculo.

Apesar dos horrores dessa Copa em terça medida americana, já são muitos os episódios a me iludir que o mundo — e o futebol — tem alguma salvação. Das coisas mais simples às mais complexas. E a primeira que lembro aqui nestes escritos de hoje é uma cena das mais despreziosas possíveis, quando isolamos o fato, o exercício, o teatro em si do contexto em questão. Um contexto que percorre as veias do mundo.

É até estranho, de algum modo, penso eu, quando interpreto justamente nessa leitura mais solitária da vida ou da cena, se emocionar com uma coisa tão simples. Mas aí me conforto que não sou um leso solitário nesse mundo redondo que ama chutar ou apenas assistir a golpes de perna numa bola. Basta passar a cena que os comentaristas, torcedores, jornalistas, ex-jogadores, amantes

do futebol, se emocionam. Riem. Vidrados ficam na televisão que mostra. Ou, para quem tem mais sorte, inertes ficam os que estão nos estádios vendo ao vivo. Acompanhando a dança do barulho com o silêncio.

É uma cena bonita, mas que é apenas mais uma das grandes lindezas de um evento internacional de reunião de nações em volta de um esporte. Acontece que um amigo fez uma das mais belas sínteses sobre aquilo em um dos grupos de amigos do meu WhatsApp. Aliás, para quem não tem dinheiro ou sorte — ou mesmo competência — profissional para estar vendo a Copa do Mundo do lugar onde ela pulsa, os amigos são as companhias que sobram e as mais ideais. E, como o mundo também gira sem a Copa, não dá para vê-los todo dia. Então o celular nos aproxima e nos dá boas chances de sínteses, num espaço de tão rápida comunicação.

Foi ali que uma das cenas até aqui mais emblemáticas da Copa do Mundo de Canadá, EUA e México ganhou a mais bela explicação. Em poucos caracteres, o que, de algum modo, também me ganha, tal qual os textos grandes. O amigo Wanhilton Pessoa, o grande Wuto, cravou: “É de arrepiar essa presepada aí”. Estava ali uma análise rica e precisa da forma teatral da simbiose entre torcida e time da Noruega e a sua imponente, simplória, lúdica e genial remada *viking*. Meu deus... como é que danado eu estou há dias, toda vez que vejo, emocionado com uma remada *viking*?

Minha relação com os *vikings* é tão ínfima que eu nem vi a tal série famosa. Meu contato com a Noruega se limita a lembrar que foi a seleção do país a responsável pela primeira derrota do Brasil em Copa do Mundo a que eu assisti, em 1998, e a de saber que o atacante Haaland, que tanto vejo desfilar seu pouco estético e muito efetivo futebol nos fins de semana com a camisa do Manchester City, é desse pedaço de terra europeu. Não conheço nada sobre *vikings* e nem sobre a Noruega. Eu acho isso tudo um saco. Não me interesso em nada deles. E aí me vejo arrepiado com uma remada *viking*, marca registrada da torcida norueguesa, que homenageia a forte relação que seu povo tem com o mar, inclusive os antepassados *vikings*. Após a vitória da seleção norueguesa sobre Senegal, foi a vez de os jogadores fazerem a tal remada juntamente com a torcida. Uma festa belíssima. Quem se emociona com uma besteira dessas? Só eu mesmo. E talvez o mundo.



Foto: Daniel Vieira/Treze

Jogadores do Treze empenham-se bastante nos treinamentos, visando garantir a vaga para a terceira fase do Brasileiro

NOS EUA

Mundial bate recorde e supera 1994

Nova marca acontece antes do término da fase de grupos, e número de espectadores chega a 3.605.357

Agência EFE



A Copa do Mundo de 2026, com um total de 3.605.357 torcedores nos estádios, já é a edição do Mundial com maior público da história, superando a Copa dos Estados Unidos de 1994, que detinha o recorde, com 3.587.538 espectadores.

O novo recorde foi estabelecido antes mesmo do término da fase de grupos. O recorde da Copa do Mundo de 1994 foi alcançado em apenas 52 partidas; portanto, esta edição, com 104 jogos e uma média de cerca de 65 mil espectadores por partida, superá-lo-á em muito.

“Isso é um verdadeiro reflexo do amor dos nossos torcedo-

res por este belo esporte e da capacidade do futebol de unir as pessoas para celebrar, desfrutar e compartilhar emoções que nos unem. As cenas dentro dos estádios, em todas as 16 cidades-sede, foram incríveis, e agradeço a todos por virem de todos os cantos do mundo para iluminar esta Copa do Mundo da Fifa”, disse o presidente Gianni Infantino.

“O melhor ainda está por vir, e ainda teremos novos recordes para quebrar, mas o mais importante é que as pessoas continuem se divertindo e criando memórias para a vida toda”, acrescentou.

Pirataria

A Fifa aderiu a uma iniciativa da gigante latino-americana do e-commerce MercadoLibre para combater a falsificação

e a pirataria durante a Copa do Mundo de 2026.

Segundo comunicado divulgado pela empresa em Buenos Aires, a Fifa se uniu à Aliança Anticontrafação MercadoLibre (Maca), que visa combater a falsificação e a pirataria digital na América Latina.

Por meio dessa aliança, MercadoLibre e Fifa trabalham juntas para detectar e remover anúncios na plataforma que violem os direitos de propriedade intelectual da Fifa relacionados às suas competições.

O acordo também inclui a coordenação de ações com autoridades em diversos países para facilitar a apreensão de produtos falsificados, como bolas e camisetas de futebol.

“Por meio dessa parceria, a Fifa e o MercadoLibre estão trabalhando juntas para comba-

ter a falsificação e a pirataria de produtos e mercadorias relacionados à Copa do Mundo”, afirmou a empresa, que opera em 18 países da América Latina.

O MercadoLibre destacou a importância da iniciativa Maca, dada a forte demanda por produtos relacionados à Copa do Mundo.

A plataforma de comércio eletrônico, fundada na Argentina em 1999, registrou 105 buscas por minuto por produtos relacionados à Copa do Mundo na região em maio passado.

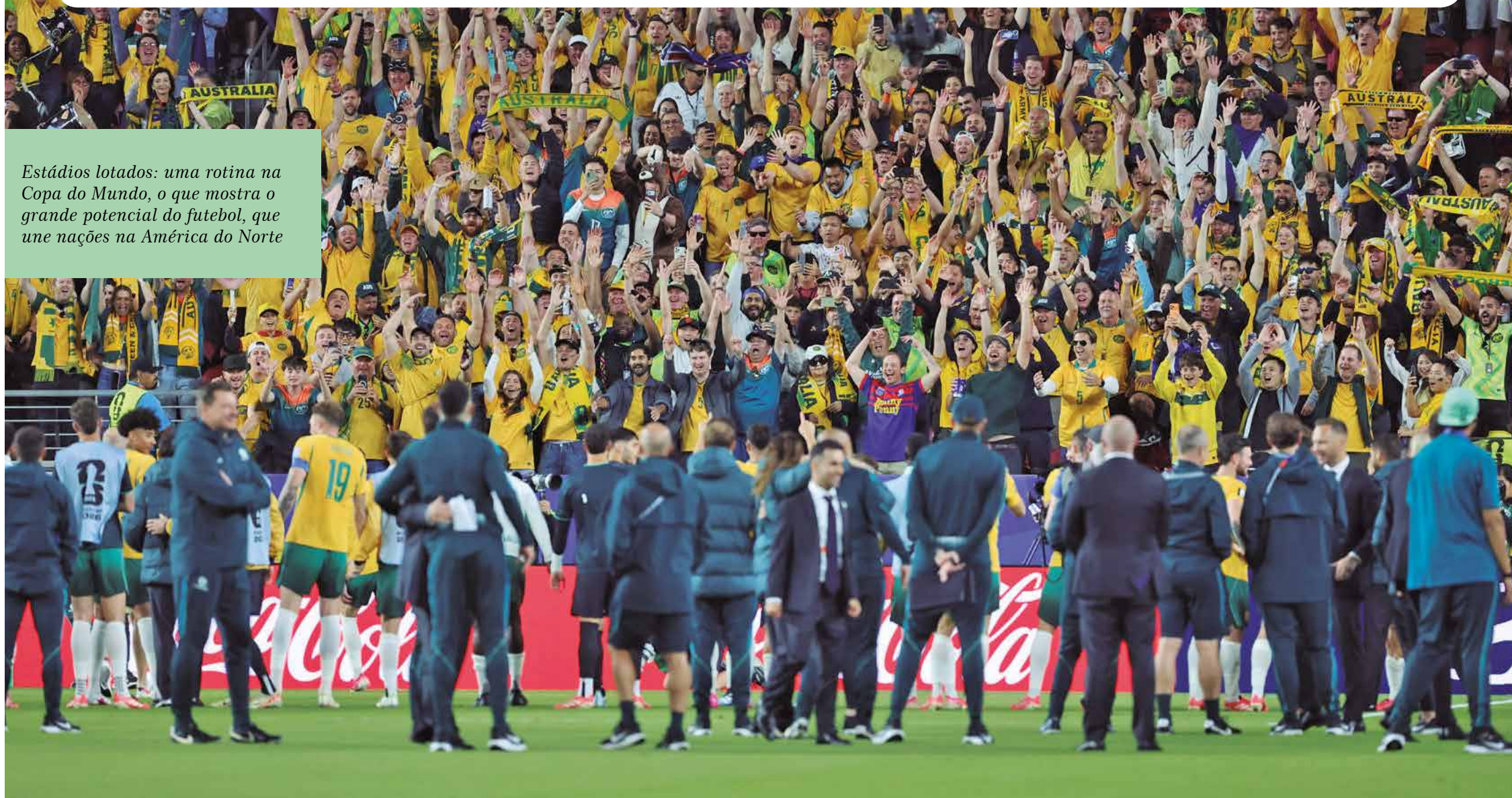
“Essa aliança com a Fifa nos permite continuar protegendo nossos usuários e as marcas que confiam em nossa plataforma, promovendo um comércio mais justo e transparente”, afirmou Paula Fernández Pfizenmaier, diretora de Propriedade Intelectual do MercadoLibre.

Lynn Carrillo, diretora jurídico-comercial da Fifa, explicou: “A Fifa trabalha diligentemente para proteger sua propriedade intelectual e os direitos concedidos a parceiros e licenciados oficiais”.

“O trabalho em equipe e a liderança demonstrados pelo MercadoLibre por meio dessa importante e eficaz aliança são um pilar fundamental do programa anticontrafação da Fifa e um passo essencial para garantir que os torcedores possam ter certeza de que estão comprando produtos autênticos e de alta qualidade”, acrescentou Carrillo.

Essa aliança complementa uma parceria comercial mais ampla, na qual o MercadoLibre atua como fornecedor para a Copa do Mundo da Fifa de 2026.

Estádios lotados: uma rotina na Copa do Mundo, o que mostra o grande potencial do futebol, que une nações na América do Norte



NOVO INVESTIMENTO

Lamacchia garante que o Vasco disputará títulos em breve

Felipe Alencar
Agência Estado

O ex-jogador Pedrinho foi afastado do comando da SAF do Vasco na última terça-feira (23). Além dele, Cristiano Borges Stockler Campos e Felipe Passos Elias deixaram o conselho de administração do clube carioca.

Após decisão da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, a Justiça afastou Pedrinho e nomeou a advogada Samantha Mendes Longo como interventora da SAF vascaína pelos próximos 60 dias. Em entrevista ao canal Atenção, Vascaínos!, Pedrinho confirmou que Marcos Lamacchia segue interessado em adquirir a SAF do clube. Marcos é filho de José Lamacchia, marido de Leila Pereira, que é a presidente do Palmeiras.

“Lamacchia é uma grande marca. Família é uma grande marca. É um cara extremamente rico. Tem um sucesso enorme no futebol. Tem um desejo enorme de reconstruir



Foto: Matheus Lima/Vasco

Vasco da Gama aguarda novos recursos para voltar a brilhar no futebol brasileiro

a instituição. Quer fazer um aporte que mude para sempre a estrutura do Vasco. Se entrar agora, o Vasco é campeão no outro ano? Não estou falando disso. Estou falando que é um investidor de primeira linha em todas as áreas. Não vai se preocupar com atraso de salário, dívida, transfer ban. Ele assumir a dívida é o maior benefício que o Vasco pode ter. O Vasco já fica em outro nível. Estrutura de recuperação fora do comum”, disse Pedrinho.

José Lamacchia, que seria o avalista do negócio, criticou o afastamento de Pedrinho do cargo e lamentou a instabilidade política no Vasco. Ele ainda prometeu alto investimento para reerguer o clube da Colina.

“Não vamos desistir [de adquirir a SAF]. Temos um compromisso com o Pedrinho, que trabalha para o Vasco, gosta do Vasco e é honesto. Eu estou com 83 anos, nunca prejudiquei ninguém na minha vida. Vasculha a minha

vida... Por isso eu fico estarecido com o que fizeram. Eu não desisto: eu e meu filho vamos salvar o Vasco. Estamos prontos pra fazer um time de primeira lá. Agora eles que arrumem. A folha de pagamento, quem vai pagar? O Vasco não tem um centavo para colocar”, complementou.

“Vamos botar dinheiro para o Vasco disputar todos os campeonatos do Brasil. Todos! Vamos botar dinheiro e reerguer. Meu filho vai comprar. Eu vou defender ele até o fim, porque qualquer pai defenderia seu filho. E sabemos como fazer!”, garantiu, assegurando que Leila Pereira não terá influência no clube carioca.

“Leila está totalmente fora de qualquer assunto de Vasco. Quem está fazendo isso é meu filho e eu. Estou abrindo meu coração. Já estávamos prontos. Iríamos colocar R\$ 500 milhões, assumir o fluxo de caixa estimado em mais de R\$ 1 bilhão, resolver com os credores, CT, tudo”, afirmou.

LAÇOS BIOLÓGICOS

Qual a linhagem de dois grandes nomes potiguaras?

Mesmo com informações escassas, estudo reconstruiu o registro da árvore genealógica dos personagens históricos Pedro Poti e Felipe Camarão

Ezequiel Maria Potiguara
 Especial para A União

Quando li pela primeira vez a obra do francês Yves d'Evreux, intitulada "Viagem ao norte do Brasil" — feita nos anos de 1613 a 1614 —, na qual ele dizia que meus antepassados podiam "remonstrar-nos, sem esquecer-nos, até o tataravô" (2002, p. 137), ou seja, o quarto avô; e, depois de ter feito a experiência de pesquisar *in loco*, cumprindo o que pede o método científico — embora eu não seja acadêmico —, constatei que havia essa prática entre meu povo ainda. Em um diálogo com meu pai-avô (o pai de minha mãe), escutei, de forma clara e objetiva, os nomes de alguns de meus ancestrais.

Eu, Ezequiel Maria, filho de Itapuana Alves Pinto, que é filha de Antônio Martins Pinto, que é filho de Alzira Maria Justino, que era filha do casal Justino Apolinário José e Joanna Maria da Conceição. O meu pai-avô, Antônio, era filho do senhor Severino Pinto, que era filho de Luiz Pinto, o qual era filho de José Saloia, vulgarmente conhecido como "Pinga-Fogo", os quais receberam títulos de terras da mão do imperador Dom Pedro II, em 1867, nos nomes de nossos antepassados Antônio Luís Pinto e Rosendo Pinto de Carvalho.

Munido dessas informações e de outras que adquiri ao longo da pesquisa, enveredei-me em reconstruir a genealogia de alguns dos personagens históricos do meu povo potiguara. Questionei-me: por qual linhagem os dois grandes heróis da minha nação, Pedro Poti e Felipe Camarão, eram primos e em qual grau? As informações são escassas e pouco se registrou a esse respeito; contudo, como diz Fernando Pessoa, "tudo vale a pena quando a alma não é pequena", e minha alma — e refiro-me não ao sentido religioso cristão, mas em sentido etimológico: a psique — desejava a aquisição da verdade dos fa-

tos. Não me contentei em aceitar o simples: "eles eram primos". Isso é muito vago. Por que eram primos e como provar? Isso, sim, é importante.

É preciso pontuarmos, ou melhor, traçarmos uma linha lógica que nos ajude a montar essa árvore genealógica. Geraldo de Almeida, em sua obra *Indígenas heróis do Brasil: memórias sinceras de uma raça*, traz-nos a informação de que Pedro Poti era "parente do célebre Camarão" (1988, p. 102); em outras palavras, primo. Ao analisarmos as *Cartas dos Camarões*, documento transcrito pelo professor Eduardo de Almeida Navarro, encontraremos que seu pai e seu avô chamavam-se "Jaguarari" (o pai) e "Araruna" (o avô), conforme consta na carta enviada por Felipe Camarão aos 4 dias do mês de outubro de 1645, na qual ele diz:

"Emonãnamo, nde ramyĩnha, tuĩbã'e Araruna, nde ruba Ìagũarari, amõ opãbẽnhẽ nhandé anama, t'ererur, senosema". Tradução: "Portanto, traze teu avô, o velho Araruna, teu pai, Jaguarari, todos os outros parentes nossos, fazendo-os sair contigo daí".

Portanto, encontramos, na carta enviada por Felipe Camarão, a informação de que Pedro Poti era filho de Jaguarari e neto de Araruna. No entanto, é interessante observarmos que esse mesmo Jaguarari, conforme referiu Francisco de Brito Freyre na obra *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*, teria sido preso pelos portugueses em Baía da Traição, na represália de 1625, sendo acusado de traír os portugueses, ao alegar que estava tentando salvar sua mulher e seus filhos. No fim, acabou sendo preso por oito anos no Forte dos Reis Magos, sendo libertado pelos holandeses, em 1633, ocasião em que acabou novamente se aliando aos portugueses.

Segundo o mesmo Brito Freyre, esse Jaguarari era "tio de Felipe Camarão" e, entre os portugueses, possuía o nome de "Simão Soares" (1675, p. 275). Esse fato de ele ser tio de Felipe Camarão e natural de

Baía da Traição é comprovado por Ronald Raminelli, ao dizer que, "em 1625, na Baía da Traição, para libertar mulher e filhos do assédio batavo, Simão Soares passou para o lado do inimigo, 'obrigado do amor que lhes tinha'" (2015, p. 138).

Sendo assim, munidos dessas informações, podemos cogitar o seguinte: Pedro Poti, filho de Jaguarari, deixou-se aliar aos batavos (holandeses) com a sua mãe e o seu irmão, fato que, de alguma forma, obrigou Simão Jaguarari, seu pai, a aliar-se também, não por querer traír os portugueses, mas por amor à sua família. Contudo, conforme a informação passada nas *Cartas dos Camarões*, não só seu filho Pedro Poti, como também seu pai, Araruna, permaneceram aliados aos holandeses; e ele, juntamente com um de seus filhos, Diogo da Costa — que era um dos filhos mais velhos e portador das cartas entre Camarão e Poti, conforme registrado na carta enviada aos 17 dias do mês de outubro de 1645.

Outra informação importante aparece nas cartas enviadas a Pedro Poti: a de que sua própria mãe e seu irmão — chamado "Lippe Tocaia" — foram assassinados na aldeia de São Miguel do Maçuí, na região do atual estado de Pernambuco.

Dessa forma, podemos alinhar a seguinte sequência genealógica: Araruna é pai de Jaguarari, que é pai de Pedro Poti, e seus irmãos Diogo da Costa e Lippe Tocaia, cujos ambos tiveram a mãe assassinada na aldeia de São Miguel do Maçuí, em Pernambuco.

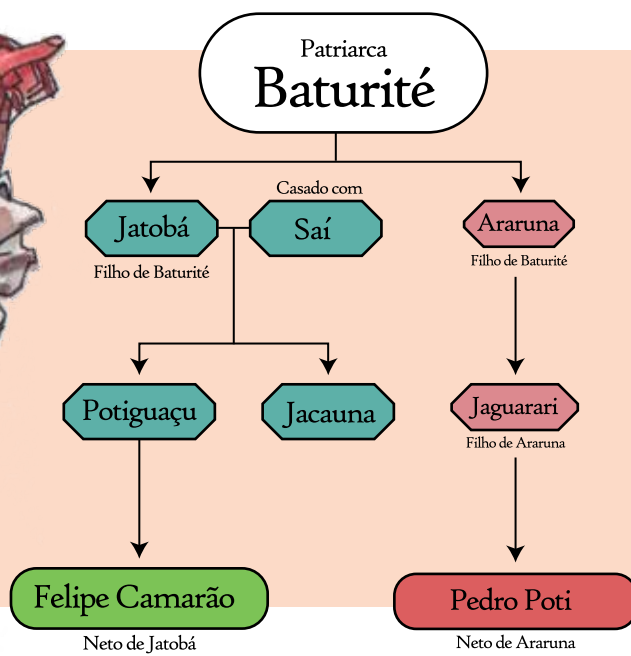
Em minha obra *Os Potiguaras: a arte da guerra e sua organização social histórica* (Coleção Potiguara), mencionei que "Felipe Camarão seria neto de Araruna e sobrinho de Jaguarari" (2025, p. 50); porém, ao analisar de forma mais incisiva as *Cartas dos Camarões* e ao revisitar e refletir novamente sobre as fontes por mim utilizadas, constatei outra possibilidade. Eduardo de Almeida Navarro, ao co-

mentar sobre a procedência de Felipe Camarão, diz ser ele filho de "Potiguaçu, índio da aldeia do Igapó, situada na margem esquerda do Rio Potengi, perto de Natal". Esse mesmo Potiguaçu, mencionado por Simão de Vasconcelos, foi o que, no ano de 1599, depois de selada a paz entre os potiguaras e os lusos-tabajara, hospedou Manuel Mascarenhas em sua aldeia, onde já se encontrava hospedado Feliciano Coelho. Isso ocorreu em 24 de junho de 1599 (Varnhagen, p. 395; Salvador, 2010, p. 356).

Potiguaçu, pai de Felipe Camarão, era irmão de Jacauna, o mesmo que auxiliou Martim Soares Moreno e Jerônimo de Albuquerque Maranhão na conquista do Ceará e Maranhão contra os franceses, por volta de 1614. Conforme expõe Geraldo de Almeida, o cacique Baturité "era pai de Jatobá e avô de Jacauna" (1988, p. 63), além de ser "irmão de Potiguaçu" (*ibid.* 1988, p. 82), ou seja, era tio de Felipe Camarão. O que se sabe, de fato, é que Baturité era pai de Jatobá; este, por sua vez, teve, com sua esposa, Saí, dois filhos: Jacauna e Potiguaçu (Almeida, 1988, p. 107). E Araruna? Bem, isso só pode acontecer por um motivo: "pelo fato de Araruna e Jatobá serem irmãos" (Maria, 2025, p. 88). Mas como provar isso? Entre os tupis, era comum o tio paterno ser chamado de "Tuba", a mesma palavra utilizada para se referir a "pai"; isso não acontecia com o irmão da mãe, que era chamado de "Tutyra". Já para se referir a primos, é comum utilizar "Tyky'yra", embora também possa, em alguns casos, ser utilizado "Tuba". Ambas as formas referem-se a primos por parte do pai ou primos paternos do pai.

Partindo dessa reflexão, embora simples, a conclusão é que Araruna e Jatobá são irmãos, ambos filhos de Baturité e tios do pai de Felipe Camarão. Já Felipe Camarão seria primo terceiro de Pedro Poti e primo mais novo de Jaguarari, que, por ser da parte paterna, era considerado tio, isso pelo costume da época.

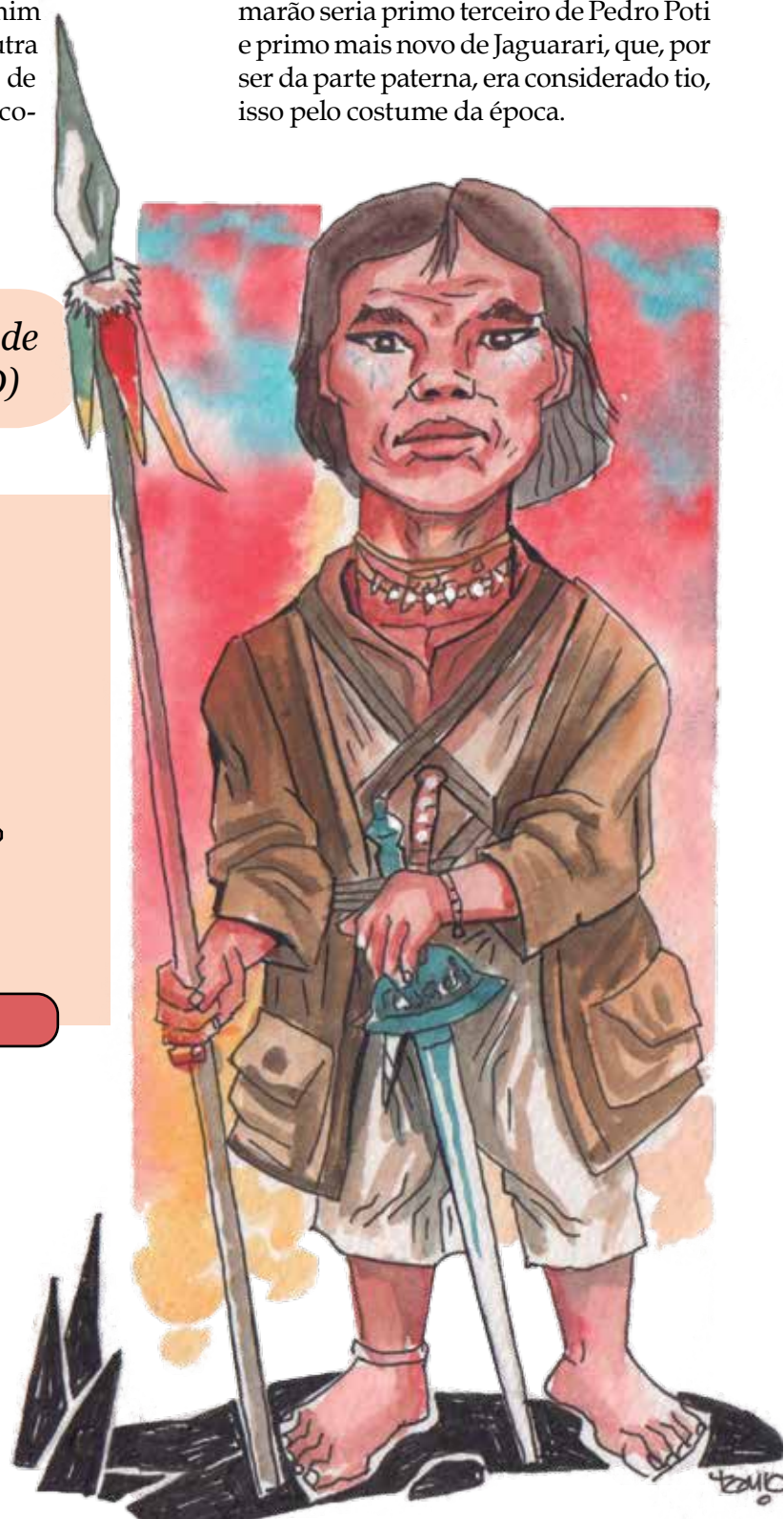
Estrutura da linhagem genealógica de Felipe Camarão (E) e Pedro Poti (D)



Ambos foram líderes indígenas potiguaras que se tornaram adversários durante as invasões holandesas no Brasil, no século 17, com Camarão lutando pelos portugueses e Poti sendo aliado dos holandeses



Ilustrações: Tônio



2026



Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

A história de Mestre Azulão carrega consigo a imagem de tantos nordestinos que partiram rumo ao desconhecido, com a vida por refazer e a saudade no peito.

Nascido José João dos Santos, em 1932, na cidade de Sapé, ele deixou a Paraíba ainda jovem e encontrou, na tradicional Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o palco de uma vida inteira. Poeta e cordelista de mão cheia, além de compositor e repentista, o paraibano fez da palavra uma forma de manter viva a ligação com sua origem, provocar risos e comentar a cena cotidiana, com suas tragédias, seus causos e suas disputas políticas. Com a banca de cordéis e a sua voz afiada, tornou-se uma das figuras mais marcantes da cultura nordestina em solo carioca.

Antes de virar mestre, Azulão foi um menino do interior paraibano que aprendeu desde cedo a enxergar poesia no trivial. Em entrevista ao jornal carioca *A nova democracia*, ele contou que o apelido nasceu ainda na infância, depois de aprender a cantar uma história de um cantor chamado "Azulão". O nome ficou, assim como a poesia — alimentada pelos cordéis que seu pai comprava. "Depois, ele me comprou uma viola, mais para brincar. Mas sempre tive tendência para a poesia, e isso ajudou o vínculo entre viola e canto", disse. Como a sua casa era frequentada por

cantadores, passou a infância ouvindo aqueles homens formarem rimas e sextilhas, uma vivência que o fez entender a força da palavra cantada.

Foram essas raízes populares que o acompanharam quando deixou a Paraíba, aos 17 anos de idade, em busca de trabalho, assim como muitos nordestinos de sua geração. Na capital fluminense, Azulão precisou ajustar-se à vida longe de casa e a buscar outros ofícios até firmar-se como artista.

Enquanto isso, a terra natal continuaria como referência, embora ele não fosse de falar muito sobre a infância em Sapé, segundo o repentista e parceiro Miguel Bezerra. "Ele não dava muitos detalhes, só que trabalhou na roça com o pai", relembra o amigo.

Palco da feira

O encontro com a Feira de São Cristóvão, que definiria a sua trajetória como cordelista, veio logo depois, antes mesmo de o espaço ganhar a estrutura pela qual ficaria conhecido. Em frase registrada pelo *Jornal da Feira*, Azulão contou que esse primeiro contato ocorreu em 1951, quando um tio e um primo chegaram ao Rio e ele precisou buscá-los no Campo de São Cristóvão. "Eles vieram num pau de arara, fiado. Eu os acompanhei até lá para pagar suas passagens e liberar as malas. Esse foi meu primeiro contato", detalhou o cordelista.

Em depoimento a Gilberto Teixeira, diretor-executivo do Instituto Cultural da Feira de São Cristóvão, Azulão explicou que o espaço nasceu em meio aos encontros e despedidas dos nordestinos que chegavam ao Rio. Ali, vendiam-se chapéus de couro, redes, rapadura, farinha, carne de sol e queijo, entre outras mercadorias e produtos

Mestre Azulão

Paraibano tinha a força da palavra cantada

que o ajudavam a reconstruir as lembranças da terra natal.

Não demorou muito para que cantadores, repentistas e vendedores de folhetos também passassem a ocupar aquele lugar, transformando-o em uma espécie de morada afetiva para Azulão. Era ali, em meio ao vaivém dos seus contrarredes, que a saudade encontrava voz. "Tinha saudade das coisas da minha terra e ficava assistindo àqueles movimentos dos contrarredes, comprando, conversando, ouvindo as histórias que matavam um pouco a saudade dos familiares, dos amigos e da região", afirmou o poeta, no mesmo registro ao *Jornal da Feira*.

Com o tempo, Azulão também participou da organização daquele espaço. Nos anos de 1960, fez parte da primeira diretoria da União Beneficente dos Nordestinos no Estado da Guanabara, tornando-se, depois, primeiro-secretário e vice-presidente. Mas a sua atuação mais marcante acontecia mesmo dentro da própria feira.

Quando Mestre Miguel chegou ao Rio de Janeiro, em 1974, e começou a cantar repente em São Cristóvão, já encontrou o paraibano por lá. A partir dali, os dois construíram uma parceria de mais de 40 anos, feita de apresentações em escolas e praças, viagens e "muita conversa jogada fora".

O amigo lembra que Azulão tinha uma pequena corneta, comprada e adaptada por ele mesmo, que usava como microfone para cantar seus folhetos sem forçar tanto a voz.

Não à toa, para o amigo, ele foi um dos maiores vendedores de cordéis do Rio de Janeiro. "Ninguém vendia como ele", afirma. Essa popularidade, segundo o repentista, vinha da sua capacidade de transformar qualquer assunto em literatura popular, quase como um cronista. Um de seus cordéis mais lembrados pelo parceiro é *O trem da madrugada*. Como morava em Engenheiro Pedreira, no município de Japeri, perto da estação do bairro, Azulão andava quase sempre de trem e conhecia os horários de cor, assim como o empurra-empurra e o tumulto da Central do Brasil. E nada disso passava despercebido. "Ele colou o gracejo na poesia e fazia o cordel", resume Miguel Bezerra.

Entre o riso e a crítica

Sempre muito atento aos noticiários, Azulão também transformava tragédias em verso. Escreveu sobre as mortes de Getúlio Vargas e Tancredo Neves, além de falar sobre religião, política e acontecimentos que mexiam com a imaginação do povo — tudo sempre com humor e olhar crítico, balizados por uma métrica bem-cuidada.

Embora muitas biografias apontem o folheto sobre Getúlio como o primeiro de sua carreira, Miguel faz uma correção importante: Azulão já teria escrito outros cordéis antes. A morte do presidente, em 1954, foi, segundo ele, o primeiro grande marco, "porque vendeu muito e colocou o poeta em evidência".

A graça, no entanto, vinha acompanhada de rigor. Na memória do compa-

neiro, Azulão era brincalhão e gostava de provocar riso, mas levava a tradição do cordel muito a sério. Quando alguém mostrava-lhe um folheto que considerava ruim, não media palavras. "Dizia na cara do caboco para jogar no lixo", observa Miguel. A franqueza, segundo ele, fazia parte do temperamento do poeta: genioso, provocador e crítico, mas também capaz de fazer os outros rirem "de qualquer maneira".

Ao lado de Miguel Bezerra, o cordelista paraibano levou sua arte para escolas, colégios, faculdades e eventos culturais. Também passou por Brasília, São Paulo e outros estados em semanas de cultura e festivais. Em 2001, os dois viajaram a Portugal para o Festival dos Improvisadores, que reuniu representantes de oito países. Apresentaram cordel e repente nas cidades de Beja e Évora e, segundo Miguel, conquistaram o primeiro lugar. Ainda assim, nada disso afastou Azulão da Feira de São Cristóvão. Enquanto teve saúde, ele continuou presente. "Não falhou nem um domingo", garante o parceiro.

Memórias queimadas

Na vida pessoal, Miguel Bezerra lembra com carinho de dona Celina, companheira de Azulão por muitos anos, a quem descreve como uma mulher doce e cuidadosa. Segundo ele, a relação entre os dois era muito bonita, e a morte dela deixou uma ausência importante.

Depois, Azulão viveu com Maria das Neves, figura que aparece em al-

gumas biografias e que, na memória do parceiro, ficou associada a uma perda irrecuperável. Miguel estima que o poeta tenha deixado cerca de 400 títulos de cordel e 300 poemas, além de uma grande quantidade de folhetos impressos, documentos, objetos e registros acumulados ao longo da vida. Parte desse acervo, entretanto, teria sido destruída depois da morte do cordelista. "Azulão tinha uma casinha separada, cheia de cordéis, e ela queimou tudo", confessa.

A morte, aliás, veio de repente. Miguel conta que esteve com Azulão na feira, no domingo anterior, e que ele parecia tranquilo. Mas, poucos dias depois, em 12 de abril de 2016, o poeta morreu, aos 84 anos. A notícia abalou os companheiros de cantoria e os frequentadores da Feira de São Cristóvão. Para quem havia convivido com ele por tanto tempo, a perda não era apenas a de um artista admirado, mas a de um grande parceiro, de palco e de vida.

Ao recordar o momento, Miguel Bezerra fez questão de recitar os versos de *Saudade em lugar de amor*, poema feito em parceria com o amigo. "Muitos falam de saudade / sem saber a sua cor, / nem revelar com firmeza / seu verdadeiro sabor", diz um trecho. No fim, poucas palavras ajudam a amarrar tão bem a trajetória do cordelista paraibano. A saudade esteve no princípio de tudo: quando partiu de Sapé, no reencontro com as raízes nordestinas e na ausência deixada depois da morte — que suas histórias insistem em ocupar.

Angélica Lúcio

Jornalista não é mais o único "dono da informação"

A tecnologia não define o ser humano, mas abre portas para descobrir e recriar novas realidades. Essas transformações contínuas mudam a forma como os profissionais enxergam e atuam na sociedade. Com os jornalistas não é diferente: é impossível ficar à margem do vendaval de inovações que ganha força no mundo contemporâneo.

A relação entre quem produz e quem consome informação mudou. Hoje, qualquer pessoa se sente apta a produzir e questionar conteúdos, o que coloca o papel do jornalista em xeque: ele não é mais o único "dono da informação".

Nas redações, as inovações dominam os debates e desafiam a prática diária. Textos automáticos feitos por robôs, imagens de drones, pautas sugeridas por aplicativos, apuração em redes sociais e bancos de dados digitais, entrevistas gravadas por celular e conteúdos gerados com auxílio de inteligência artificial (IA). Bem-vindo ao século 21, uma nova era para investigar a fundo como os jornalistas convivem com essas novas ferramentas.

Cada vez mais, os profissionais de mídia dependem da tecnologia para produzir notícias. A Era Digital traz novos desafios e escancarou as mudanças nas rotinas de trabalho. Essa relação da imprensa com as máquinas, entretanto, não é de hoje. Equipamentos como o telégrafo sem fio, o fax, os satélites, os gravadores analógicos e os telefones ajudaram a contar essa história no passado.

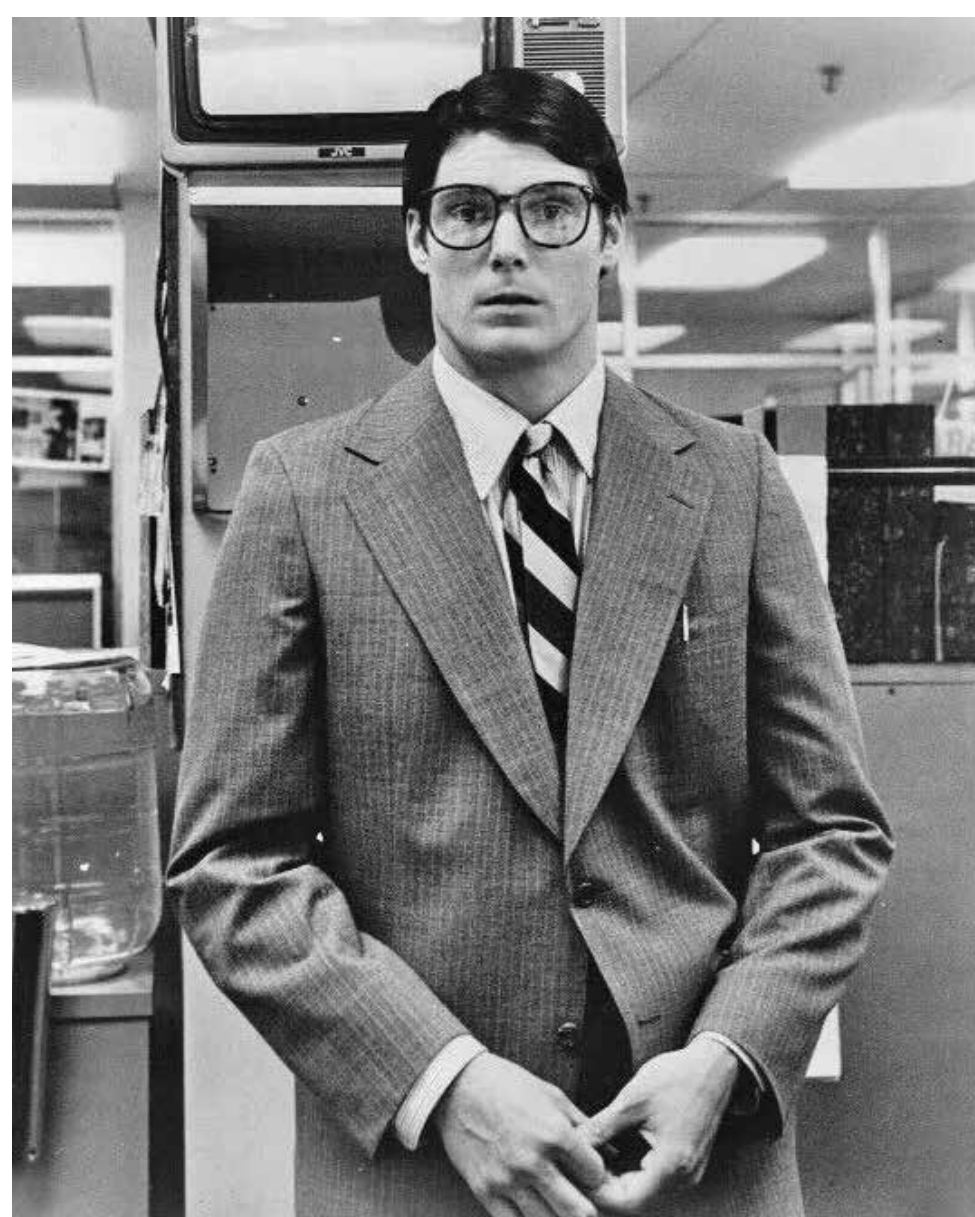
Antes da informática, da internet, da digitalização e da convergência de mídias, o dia a dia nas redações era bem diferente. Os repórteres iam às ruas caçar notícias e voltavam correndo para datilografar o texto, sempre com o peso do prazo final (*deadline*) nas costas. Muitas vezes, era preciso ditar a informação por telefone ou telex e esperar a revelação do filme fotográfico no laboratório para ver o resultado das imagens.

É fato que o impacto tecnológico há tempos afeta a estrutura e o trabalho nas redações. Se por um lado a tecnologia trouxe facilidades para o cotidiano, por outro abriu espaço para moldar uma nova identidade para o jornalista — longe dos heróis, como o Superman, e mais perto da realidade.

Pressionada por tantas transformações, a indústria da comunicação precisa se reinventar, mas ainda busca o caminho certo. São tempos difíceis para o jornalismo, especialmente para quem trabalha em jornais.

Grande parte desse desconforto vem da crise no modelo de negócios do jornal impresso, que já não gera os lucros esperados pelos grandes grupos de mídia nem atende às exigências do público. A audiência, afinal, não aceita mais ficar de braços cruzados esperando que os jornalistas decidam o que ela deve consumir.

Diante de tudo isso, sempre paro para refletir e não encontro respostas: o que resultará desse encontro entre o homem e a máquina para o futuro do jornalismo e da própria sociedade?



Christopher Reeve como o repórter Clark Kent, alter ego do Superman: hoje, a tecnologia abriu espaço para moldar uma nova identidade de jornalista, mais perto da realidade

angelicalucio@gmail.com

Foto: Reprodução/Warner Bros. Release

Tocando em Frente

As festas juninas

É pertinente lembrar o que já é sabido por muitos: as hoje chamadas "festas juninas" advêm de celebrações de natureza pagã, que ocorriam na Europa, em agradecimento aos deuses por uma boa colheita de alimentos e pela fertilidade da terra. Entre nós, elas são celebradas neste mês de junho, período em que foram introduzidas no Brasil pelos jesuítas, no século 16, sendo nos repassadas pela convivência deles com civilizações dos indígenas. Em início, era celebrado apenas o dia de São João, estendendo-se depois, pelo louvor e homenagens, também aos outros santos do mês: Santo Antônio e São Pedro.

Misto de elementos da cultura nativa que incorporaram as características da vida interiorana, caipira no caso, as festividades, "ganham corpo" e foram se espalhando.

Ao que parece, o processo de urbanização do país, sobretudo após o fim do período do regime de escravidão, propiciou o clareamento desses festejos a estados mais próximos de Pernambuco, enquanto, em outros, assumiram características e nomenclaturas próprias, como o Bumba-Meu-Boi, no Maranhão, e a Festa do Caju, em Alagoas.

Aos poucos, outros elementos de cunho festivo popular foram sendo incorporados aos festejos aos quais se juntavam as bebidas e comidas típicas da época, canjica, pamonha, pé de moleque, milho assado ou cozido; decoração, com predominância de bandeirolas e balões; danças regionais, com certa predominância das quadrilhas, com coreografia específica, ao que diz a tradição, advindas da França; vestimentas, nas quais se sobressaíam as roupas



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br



Braguinha (1907-2006), autor de "Capelinha de melão", ao lado de Alberto Ribeiro (1902-1971)

"remendadas", confecções em tecidos populares, como a chita, tecidos em xadrez, chapéus de couro etc.

Não é demais se dizer que tais festas ensejaram a criação de um repertório musical próprio, cujo marco inicial, nos moldes que herdamos, certamente se deve ao Padre Lopes Gama, que, já em 1837, criou o que se pode chamar "a primeira música

junina", conforme ficou registrado no jornalzinho pernambucano *O Carapuço*: "Acordai, acordai / Acordai, João / Ela está dormindo / não acorda não...".

Embora tenham, em certa fase, entre nós, assumido um caráter mais vinculado à Igreja Católica, os festejos popularizaram-se como uma festa regional, fazendo com que aquele sacerdote assim se manifestas-

se: "A gente do miuçalho [povão] não deixa de festejar o São João ao seu modo".

Já pelos anos 30 do século/mlênio passado, com o advento da chamada era do disco, compositores de renome passaram a interessar-se pela chamada música junina, que viam o surgimento de novo filão musical, sob o tema "música de São João". Um dos exemplos mais chamativos certamente foi a gravação de "Cai, cai, balão", de Assis Valente (Santo Amaro-BA-Rio de Janeiro-RJ, 1958): "Cai, cai, balão/aqui na minha mão/Não cai não, não cai não/cai na rua do sábado...".

Outros exemplos viriam de Carlos Alberto Ferreira Braga (Braguinha, Rio-RJ, 1907-2006) e Alberto Ribeiro (Rio-RJ, 1902-1971), que nos deixaram "Capelinha de melão", cujo tema se originou de antiga canção portuguesa: "Capelinha de melão / é de São João / é de cravo, é de rosa / é de manjericao"; Lamartine de Azevedo Babo (Rio-RJ, 1904-1963) nos deixou "Chegou a hora da fogueira": "Chegou a hora da fogueira / É noite de São João / O céu fica todo iluminado / Fica o céu todo estrelado / pintadinho de balão...".

Inúmeras outras composições trazem o tema de maneira mais autêntica. Não é só que, musicalmente, sejamos considerados sudosistas inveterados... Outros bons compositores e intérpretes incorporaram aos seus repertórios músicas de valor; no entanto, assim como a música atual vai se distanciando daquelas mais tradicionais, os hábitos, a civilização e o progresso, com suas exigências, vão fazendo com que, num futuro não tão distante, não se saiba mais o que são fogueiras e balões.

Claro! Já não se fazem festas juninas como antigamente!



TECNOLOGIA

Governo fiscaliza 18 sites pornográficos

Monitoramento visa checar e apurar o bloqueio de acesso a menores de idade

Hyago Bandeira
 Agência Estado

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) deu início a uma nova frente de fiscalização sobre plataformas de conteúdo pornográfico e serviços de acompanhantes que operam no Brasil. O objetivo é apurar se essas empresas vêm adotando mecanismos eficazes de verificação de idade, capazes de impedir o acesso de crianças e adolescentes a esse tipo de material.

O monitoramento abrange 18 sites que, somados, concentram cerca de 98% de todo o tráfego de conteúdo adulto consumido no país, segundo a autoridade.

Entre as plataformas selecionadas, estão nomes amplamente conhecidos do setor, como Pornhub, Xvideos, XNXX, XHamster e OnlyFans, além de páginas de serviços de acompanhantes e sites do nicho.

A ação integra a fase de implementação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) e do Decreto nº 12 880/2026, normas que ampliaram as obrigações de proteção a menores no ambiente *on-line*.

Segundo a ANPD, a iniciativa tem natureza preventiva e busca medir o grau de adequação das empresas às novas exigências regulatórias, mapeando lacunas de conformidade que possam, no futuro, embasar ações sancionatórias.

O superintendente de Fiscalização da agência, Fabrício Guimarães, explica que a medida segue uma lógica de risco e proporcionalidade.

“A atuação em relação a fornecedores de conteúdo pornográfico e serviços de acompanhantes, cujo acesso e oferta são vedados a crianças e adolescentes pelo ECA e pelo ECA Digital, é medida preventiva, proporcional e baseada em risco, destinada a verificar os planos de adequação em curso, identificar eventuais lacunas de conformidade e subsidiar a atuação fiscalizatória futura da ANPD”, afirmou em comunicado oficial da agência.

O trabalho da ANPD apoia-se na Resolução CD/ANPD nº 1/2021, que instituiu o Regulamento de Fiscalização e o Processo Administrativo Sancionador da agência. Nesse modelo, o monitoramento funciona como uma etapa preliminar de coleta de informações, que permite à autoridade mapear riscos antes de eventuais punições.

Com a entrada em vigor do ECA Digital, a ANPD assumiu papel central na supervisão de plataformas digitais no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes. A nova legislação impõe uma série de obrigações a fornecedores de serviços digitais: da implantação de mecanismos de controle de acesso à proteção de dados e à resposta rápida diante da circulação de conteúdos ilegais.

O que muda?

O centro da fiscalização está justamente na exigência de sistemas mais robustos de verificação etária. Pela nova regra, as plataformas precisam ser capazes de identificar, inclusive por

padrões de comportamento do usuário, quando há indícios de que se trata de um menor de idade, casos em que devem solicitar comprovação adicional.

O ECA Digital também consolida o chamado “dever de cuidado” das plataformas, que passam a responder, de forma mais direta, pelos conteúdos publicados. Até então, a remoção de materiais ilícitos dependia, na maior parte dos casos, de decisão judicial.

Agora, as empresas são obrigadas a agir de forma mais ágil assim que recebem uma denúncia ou identificam conteúdos como exploração sexual infantil ou violência contra menores.

A nova lei determina ainda que conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes recebam tratamento prioritário e sejam removidos rapidamente, independentemente de ordem judicial, quando a denúncia partir de vítimas, responsáveis legais, autoridades policiais ou entidades habilitadas.

O ECA Digital foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após um processo de elaboração que contou com a participação de especialistas, sociedade civil e representantes do setor de tecnologia.

O governo apresenta a lei como um marco regulatório para o ambiente digital brasileiro, ao atualizar, para o contexto das plataformas *on-line*, princípios já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma pesquisa da (Unico), em parceria com a Ipsos Brasil, mostrou ainda que cerca de 30% dos adolescentes brasileiros já conseguiram driblar barreiras de idade impostas por plataformas digitais.

De acordo com a nota da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o monitoramento “destina-se à coleta de informações e dados para subsidiar a tomada de decisões pela ANPD e assegurar o funcionamento adequado do ambiente regulado”, nos termos da Resolução CD/ANPD nº 1/2021.

Charada

Francelino Soares:
 francelino-soares@bol.com.br

Resposta da semana anterior: Salva (3) aqueles que precisam escapar das mágoas (2) decorrentes daquela partida da Copa. Salva (3) = liberta + mágoas (2) = dores. **Solução:** Copa (5) = Libertadores.

Charada de hoje: Apenas (1) grito (2) quando estou no alto desta residência (3).



Ilustração: Bruno Chiossi

Eita!!!!

Obras infantojuvenis que abordam a crise climática e a preservação ambiental

Depois de algumas dicas sobre a literatura dita “para adultos”, selecionamos algumas obras infantojuvenis brasileiras que falam sobre a crise climática e a preservação ambiental, sem abrir mão da imaginação e da aventura. Em vez de tratar o meio ambiente apenas como tema pedagógico, autores contemporâneos vêm criando narrativas que aproximam crianças e adolescentes de questões como enchentes, reflorestamento urbano, agroecologia, ancestralidade e relação com a tecnologia.

Fábulas fabulosas, de Títula Tornaghi

A jornalista Títula Tornaghi reúne contos, poemas e atividades manuais que incentivam crianças e famílias a refletir sobre consumo consciente, reciclagem, alimentação saudável e uso excessivo das telas. A obra, publicada pela Uiclap, propõe experiências criativas longe do ambiente digital, estimulando a imaginação e o contato com o mundo ao redor. Entre as histórias, está a finalista do Prêmio UBE de Literatura Infantil 2024, sobre celulares que “roubam” o tempo das crianças.

Bergamota, de Tais Fagundes

A escritora gaúcha Tais Fagundes transforma a tragédia das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em uma narrativa delicada sobre resiliência, pertencimento e recomeço. Publicada pela Editora Labrador, *Bergamota* (imagem acima) acompanha Albinha, menina que vê sua vida ser inundada pelas chuvas de 2024 e encontra força na relação com a avó e na cultura gaúcha para enfrentar as perdas. Misturando ficção e realidade, a obra aborda crise climática, reconstrução emocional e memória coletiva, propondo reflexões acessíveis para crianças e famílias.

A pequena Keruaka, de Thais de Almeida Prado

A escritora e artista multifacetada cria uma jornada ecológica protagonizada por uma jovem icamiaba que parte do Norte do Brasil rumo a São Paulo para salvar rios e florestas escondidos sob o concreto das metrópoles. Publicada pela Nada/Studio Criativo, a obra da mineira Thais de Almeida Prado mistura diário de viagem, fantasia e consciência ambiental para abordar reflorestamento urbano, ancestralidade e coexistência entre diferentes formas de vida.

Era uma vez uma guerra na Caatinga, de Fabiana Corrêa

A educadora Fabiana Corrêa recria o universo de Os Sertões, de Euclides da Cunha, para aproximar jovens leitores da história de Canudos e da importância ambiental da Caatinga. Da Editora Outra Margem, a obra acompanha Antônio Conselheiro pelo olhar do calango Sertanejo, personagem que testemunha a relação profunda entre comunidade e território. Ao transformar a Caatinga em personagem central, o livro conecta memória histórica e consciência ecológica.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Solução

1 - diploma; 2 - cauda do leão; 3 - dente do leão; 4 - olho da ovelha; 5 - pé do polono; 6 - caderno; 7 - penna da ovelha; 8 - prego; 9 - pé da cama.

Figura do homem na sua pluralidade

Comportamentos, papéis e atributos associados ao sexo masculino são construções sociais e culturais, e não verdades biológicas únicas

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

Existe uma expectativa social de que um homem seja forte, porém não agressivo. Sensível, mas sem aparentar fragilidade. Provedor, mas também presente. Confiante, no entanto humilde. Independente, mas emocionalmente disponível. As exigências parecem contraditórias, porque a própria ideia de masculinidade nunca foi fixa, única e homogênea. Pelo contrário, ela é plural, muda com o tempo e varia entre as culturas.

Embora a sociedade frequentemente apresente um modelo ideal, que coloca o homem como forte, viril, autossuficiente e heterossexual, existem inúmeras formas de viver a masculinidade (e daí vem o termo “masculinidades”, no plural). Ainda assim, a despeito das rupturas e discontinuidades sociais, esse ideal predominante continua influenciando a educação dos meninos, as relações familiares, os ambientes de trabalho e até a maneira como homens lidam com seus próprios sentimentos, conforme explica Simone Vieira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo

(USP), especialista em Psicopedagogia e, atualmente, professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

“A partir do momento que a gente compreende que existe um modelo de masculinidade hegemônica, todas aquelas outras masculinidades que não se encaixam, que não se aproximam desse modelo, passam a ser destoantes. E isso é bem próprio numa cultura patriarcal, aquele modelo que a gente fala, portanto, em relação aos estereótipos relacionados às mulheres. Da mesma forma, existem os estereótipos relacionados ao ser homem. A definição de que o homem não chora, que tem que ser o provedor [...] e que todos aqueles que não se encaixam, automaticamente, são considerados fora da caixa e, conseqüentemente, vão sofrer preconceitos, porque vão ser associados ao não ser homem, ao estar mais aproximado do ser mulher”, argumenta a professora.

Para Flávio Lúcio Almeida Lima, doutor em Psicologia e professor da UFCG, a responsabilidade de carregar o peso dessa cobrança — e, muitas vezes, de não conseguir corresponder a ela — acaba desaguando

em outras questões problemáticas.

“A consequência da internalização dos estereótipos de gênero é, sim, responsável por muitos comportamentos masculinos limitados, sintomatologias e até transtornos mentais e de sexualidade. Muitos homens imbuídos por crenças acerca de gênero podem se isolar, ter labilidade emocional, podem se sentir sozinhos, ser instáveis em seus relacionamentos afetivos e sexuais, ou mesmo demonstrar raiva com frequência. Isso tudo se deve a uma ausência no conhecimento e elaboração de suas emoções”, explica Flávio Lúcio.

Compreender-se

Num mundo cada vez mais globalizado e hiperconectado, a internet tem sido palco de movimentos que dão repercussão e convência a temas como machismo, masculinidade tóxica, cultura *incel* e outros conceitos desse mesmo ecossistema que oprime as mulheres e prejudica os próprios homens. Por outro lado, o ambiente digital também tem se consolidado como espaço de debate e reflexão sobre a necessidade urgente de repensar as masculinidades e os modelos de homem historicamen-

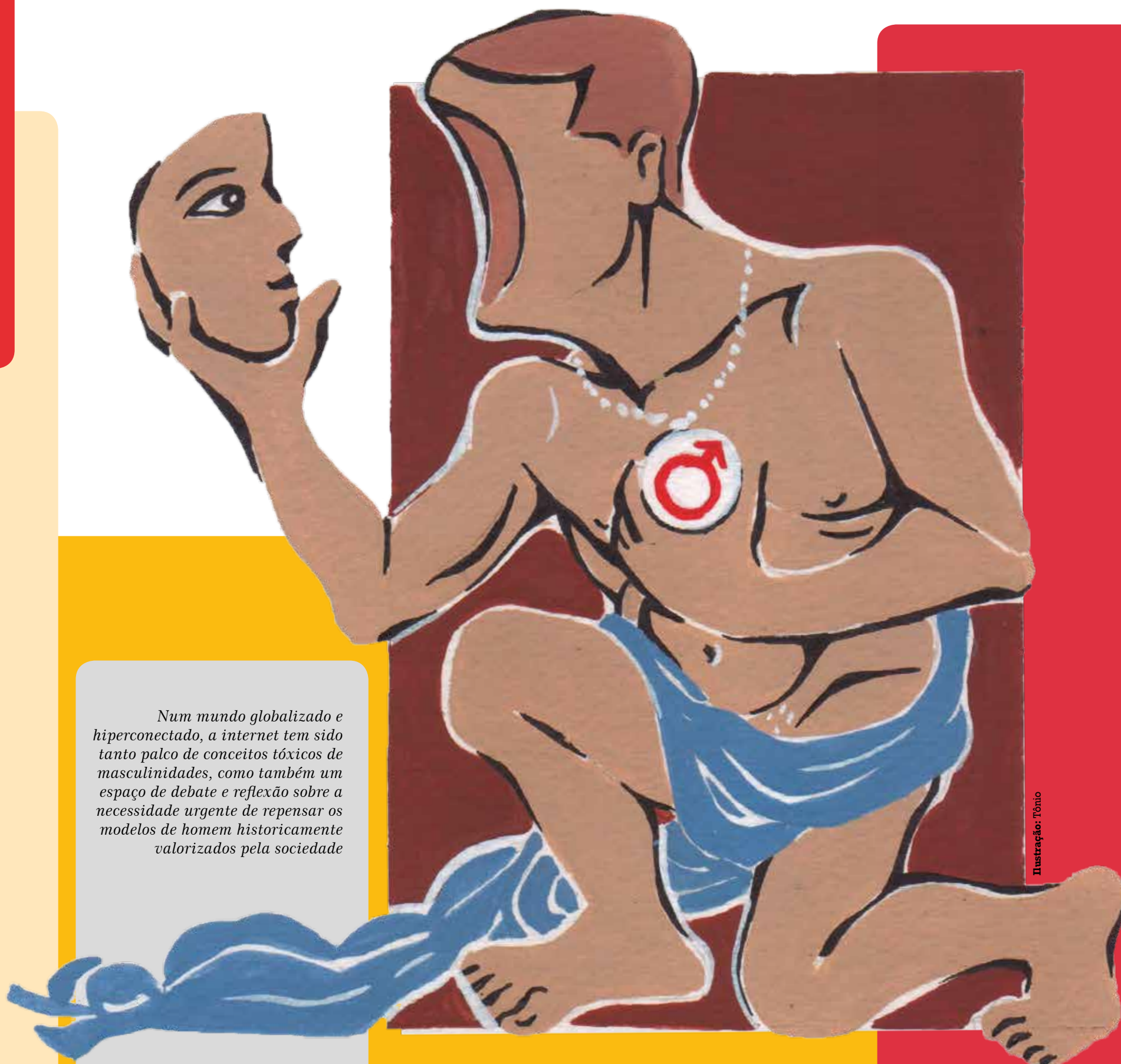
te valorizados pela sociedade.

Sendo assim, o caminho para uma sociedade com masculinidades saudáveis é pavimentado pelo debate, pela educação e pela conscientização. “Faz-se necessário falar dessa questão de forma aberta e política, gerando debate social, sobretudo nas escolas, de forma transversal, em seus mais diversos níveis. O homem precisa se compreender, de forma integral, desde pequeno”, alega Flávio Lúcio.

Mas, afinal, de onde vem a ideia do que significa “ser homem”? Como ela foi construída ao longo da história? Por que a masculinidade não pode ser explicada, exclusivamente, pela biologia? Em que medida a ideia hegemônica de masculinidade pode contribuir para comportamentos violentos, como o feminicídio, ou ser reforçada pelas redes sociais?

Esta edição do *Pensar* percorre essas questões para compreender como as masculinidades são formadas, disputadas e reinventadas na sociedade atual. Além disso, convida-nos a pensar em formas de educar meninos para que se tornem homens mais livres, conscientes e capazes de construir relações saudáveis em todos os âmbitos.

Num mundo globalizado e hiperconectado, a internet tem sido tanto palco de conceitos tóxicos de masculinidades, como também um espaço de debate e reflexão sobre a necessidade urgente de repensar os modelos de homem historicamente valorizados pela sociedade



VIVÊNCIAS

De onde vem a ideia de ser homem?

Culturalmente, a masculinidade ainda é tratada como uma condição que precisa ser conquistada e provada

Priscila Perez
 priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Para ser homem, muitas vezes, não basta nascer menino. É preciso provar que é “cabra macho pra danar”, como cantou Ney Matogrosso em “Homem com H”, na clássica canção dos paraibanos Antônio Barros e Cecéu. A imagem projetada pela música é a de alguém que não chora, não fraqueja, não depende de ninguém. A lista de atributos pode até mudar conforme a época, o território, a classe social e a geração, mas a cobrança costuma aparecer quase como uma regra silenciosa na formação masculina. Desde cedo, meninos aprendem o que podem sentir ou demonstrar e o que devem esconder. Mas, se ninguém nasce sabendo ser homem, quem ensina esse papel e a que custo?

“A masculinidade é uma construção social que depende das vivências de cada sujeito, levando-se em consideração fatores biológicos, psicológicos e culturais”, define o doutor em Psicologia Flávio Lúcio Almeida Lima. Mas essas vivências não se formam no vazio. Em uma sociedade que, por muito tempo, reservou aos homens o lugar da autoridade, o papel masculino foi sendo construído não apenas no cotidiano, mas no próprio imaginário coletivo, em torno de ideais como força, virilidade e autossuficiência. Como explica Flávio Lúcio, essas representações do masculino foram moldadas ao longo da história e ganharam contornos ainda mais fortes quando certos arranjos sociais passaram a associá-lo à figura de provedor e responsável, de quem se espera firmeza e proteção. É daí que nasce, também, a imagem do dominador.

Mas resumir essa construção a esse traço é ignorar todas as nuances que ela carrega — afinal, nem todos os homens são iguais, ainda que a sociedade espere muito de cada um deles. A questão, portanto, não está em tratar a masculinidade como se fosse um defeito, mas em entender o que acontece quando uma forma muito específica de ser homem passa a valer como medida para todas as outras.

Cartilha da força

É fato que, na maioria das vezes, esse aprendizado foi ensinado em voz alta, repetido nos gestos, nas frases e nas correções quase automáticas: no menino que chora e escuta que precisa ser forte; no adolescente que ri do amigo para não virar motivo de riso; no adulto que sente medo, mas prefere silenciá-lo. Não é que faltem lágrimas. O problema é que, quando ele chora, não está apenas expressando um sentimento — está, aos olhos dos outros, falhando em ser homem. “É como se, na ‘cartilha’ masculina, não houvesse sofrimento ou perda. Eles aprendem a ser invencíveis e fortes em tudo, como condição para ser um homem de verdade”, observa Flávio Lúcio. Segundo o especialista, esse desconhecimento acerca das próprias emoções é perigoso e pode empurrá-los para um lugar de profunda introversão emocional, sobretudo quando faltam repertório afetivo e espaço para elaborar o que sentem. “Muitos homens, imbuídos por crenças acerca de gênero, podem se isolar, ter labilidade emocional, podem se sentir sozinho, ser instáveis em seus relacionamentos afetivos e sexuais”,



Para Flávio Lúcio Almeida Lima, doutor em Psicologia, o desconhecimento das próprias emoções pode empurrar o indivíduo para um lugar de profunda introversão emocional, sobretudo quando faltam repertório afetivo e espaço para elaborar o que se sente

enumera Flávio Lúcio.

É essa cobrança que ajuda, também, a entender por que a masculinidade não pode ser explicada apenas pela biologia. Para o antropólogo Valdonilson Barbosa dos Santos, professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFGC), “ser homem” passou a ser uma exigência inescapável, aprendida desde cedo e cobrada ao longo de toda a vida. Não à toa, parafraseando Simone de Beauvoir, uma das pensadoras mais importantes do século 20, ele resume que “ninguém nasce homem, mas torna-se homem”. A masculinidade, portanto, não seria, em essência, uma questão biológica, e sim uma prática construída socialmente — algo relacionado ao que se faz, e não ao que se é.

Segundo ele, essa formação acompanha todas as fases de socialização, do menino ao homem adulto. “Na infância, pela divisão de brinquedos, cores e brincadeiras e pela repressão do choro; na adolescência, pelos rituais de prova entre pares como demonstrações de força e virilidade sexual; e na vida adulta, pelas expectativas de provedor, autoridade e desempenho”, explica.

Régua do “homem de verdade”

Esse aprendizado não vem de um só lugar. Acontece em casa, na escola, na igreja, na roda de amigos e no trabalho, até definir, culturalmente, o que se espera de um homem em cada etapa da vida. A família costuma ser a primeira a delimitar o que meninos e meninas podem, ou não, fazer, além de apresentar o pai, muitas vezes, como a única figura de autoridade. Depois, a escola acaba reforçando essas fronteiras ao separar esporte por gênero, sem contar as piadas para quem foge do padrão esperado. Já na fase adulta, espera-se que ele seja o provedor. “O mundo do trabalho associa valor pessoal a desempenho e salário”, observa Valdonilson Barbosa.

Para o professor, esses espaços funcionam como instâncias de vigilância ao garantir “conformidade”. É assim que o menino começa a entender que “ser homem” não depende apenas de si, mas do que os outros homens enxergam nele. Há uma aprovação a ser conquistada, como se existisse uma régua para medir quem se aproxima ou se distancia do modelo considerado legítimo. Vem daí a ideia de que um comportamento associa-

do ao feminino pode tornar alguém “menos homem”. Ao citar a filósofa francesa Elisabeth Badinter, o professor lembra que a masculinidade é tratada culturalmente como um *status* que precisa ser conquistado e provado. “Seja homem”, dizem.

No plural

É justamente por isso que falar em masculinidade, no singular, diz muito pouco. Os estudos de gênero preferem tratar o tema no plural — masculinidades — para mostrar que não existe uma única forma de ser homem, embora a sociedade insista em tratar alguns modelos como se valessem mais do que

outros. Nesse sentido, Valdonilson Barbosa cita a tipologia proposta pela socióloga australiana Raewyn Connell para ajudar a entender essa hierarquia, marcada por disputas de classe, raça, território, geração, sexualidade e religião.

Há o modelo hegemônico, associado ao homem forte, heterossexual, provedor e racional; a masculinidade cúmplice, que descreve quem não encarna totalmente esse ideal, mas se beneficia dele; a subordinada, ligada aos homens rebaixados por fugirem do padrão, como os homossexuais; e a marginalizada, que mostra como raça e classe dificultam o acesso de homens negros e pobres ao reconhe-

cimento prometido por esse modelo. “A masculinidade hegemônica é, por definição, relacional: só existe ‘mais homem’ se houver ‘menos homem’. Ou seja, a ordem de gênero hierarquiza não apenas homens sobre mulheres, mas homens sobre homens”, explica.

Isso não significa, porém, que eles caibam em categorias fixas. Em um tempo de identidades cada vez mais fluidas e experiências mais diversas, os padrões já não parecem tão rígidos quanto antes, ainda que algumas formas continuam recebendo mais legitimidade do que outras.

Já do ponto de vista do indivíduo, o psicólogo social Flávio Lúcio Almeida Lima lembra que a masculinidade também depende da forma “como cada sujeito interpreta suas vivências no mundo, enquanto ser humano”. Para ele, falar em novas masculinidades, masculinidades cuidadoras ou masculinidades possíveis é uma forma importante de relativizar o papel masculino e devolver essa experiência ao sujeito. “Isso tem sido determinante hoje em dia”, afirma.

Modelos

Em um tempo de identidades cada vez mais fluidas e experiências mais diversas, os padrões já não parecem tão rígidos quanto antes para caber em categorias fixas

Parcialmente, a imagem do nordestino foi construída como uma reserva de virilidade

Se existe um modelo de masculinidade mais aceito do que outros, no Nordeste brasileiro, ele tem uma imagem muito própria. Por aqui, a figura do “cabra macho” não é apenas uma expressão popular: carrega um modo de imaginar o homem como alguém resistente, valente, trabalhador e avesso à fragilidade. Alguém que não “amolece”, não leva desaforo para casa e está sempre disposto a proteger a honra.

Valdonilson Barbosa dos Santos cita o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior para lembrar que a própria imagem do nordestino foi construída, em parte, como uma reserva de virilidade. O sertanejo forte, o vaqueiro, o coronel, o cangaceiro e tantas outras figuras do imaginário regional deram corpo a uma representação masculina marcada por atributos como co-

ragem e resistência, mas, também, por uma relação estreita com a violência. A simbologia de Euclides da Cunha, ao dizer que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, também acabou alimentando certos códigos que circularam de geração em geração, até os dias de hoje.

Além disso, também há a questão da vergonha, muito presente nesse imaginário masculino. Segundo ele, ser chamado de “frouxo”, “mole” ou “cornio”, por exemplo, tem um significado mais profundo do que a ofensa em si, porque coloca em xeque o próprio reconhecimento como homem. Essas imagens, claro, não explicam todos os nordestinos. Mas ajudam a entender uma construção cultural que ainda pesa bastante na formação, embora cada geração também negocie e questione o que fazer com esse legado.

“Pesquisas como as do Promundo/Equimundo indicam que boa parte dos homens jovens já não se reconhece no modelo rígido de seus pais. Os homens não precisam ser ‘salvos’ da masculinidade, mas libertados de um modelo que os mutila afetivamente, e isso exige vontade de mudar”, resume o professor, citando a teórica feminista e escritora norte-americana Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo de bell hooks (ela utilizava letras minúsculas como um ato político e de descentralização).



Bell hooks argumenta que o patriarcado exige que homens amputem suas emoções



Ilustração: Reprodução/Freepik

CRISE DE IDENTIDADE

Quando a masculinidade vira ressentimento

Numa pesquisa nacional, entre quase 20 mil homens ouvidos, 72% afirmam ter sido ensinados a não demonstrar fragilidade

Priscila Perez
 priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Há homens subindo montanhas, buscando cursos e fazendo terapia para tentar responder a uma pergunta que já não parece tão simples: afinal, o que é ser homem hoje? E essa dúvida não surge por acaso. Em uma sociedade de identidades mais fluidas, mulheres mais autônomas e relações menos presas aos antigos papéis de gênero, o modelo hegemônico de masculinidade, com o homem como provedor, invulnerável, sexualmente seguro e sempre no controle, perdeu parte do chão. Mas essa mudança não tirou deles o peso da cobrança. É justamente nesse intervalo, entre o homem que muitos aprenderam que deveriam ser e a vida que insiste em desmentir esse roteiro, que a crise de identidade masculina começa a ganhar forma.

Essa pergunta, vale dizer, não é tão abstrata quanto parece — e os números mostram isso. Em estudo recente do instituto norte-americano National Research Group, 43% dos

homens de até 30 anos não souberam definir o que é ser homem hoje e, ao mesmo tempo, 53% disseram sentir a pressão de corresponder aos antigos padrões masculinos. No Brasil, a pesquisa *O silêncio dos homens*, realizada pelo Instituto Papo de Homem (PdH), aponta para a mesma direção: entre os quase 20 mil homens ouvidos, 72% afirmaram ter sido ensinados a não demonstrar fragilidade e 60% disseram ter aprendido a não expressar emoções. É como se muitos chegassem à vida adulta tentando responder a novas exigências com uma educação que ainda ensina a calar o medo, disfarçar a rejeição e esconder o fracasso.

Para o psicólogo social Rômulo Melo, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), muitos homens enfrentam essa crise, porque seguem tentando dar

conta de um ideal de masculinidade que já não encontra lugar no mundo. Trata-se de um desencontro que produz sofrimento e do qual podem surgir sentimentos de frustração, raiva e inadequação, além da tentativa, em alguns casos, de responsabilizar as mulheres por esse mal-estar. “Quando nós, homens, percebemos que não atingimos isso, o caminho talvez mais fácil seja responsabilizar, culpar e hostilizar um grupo que parece ser o opositor”. Segundo ele, é nesse exato ponto que a toxicidade se manifesta.

O termo “masculinidade tóxica” refere-se a um conjunto de normas idealizadas sobre o que seria “ser homem” — como domínio, superioridade, invulnerabilidade emocional e controle. E, aqui, vale um adendo: como Rômulo Melo bem pontua, embora pareçam favorecer os homens em uma estrutura social marcada pela desigualdade de gênero, “elas também produzem efeitos negativos sobre eles próprios”.

Daí a importância de diferenciar masculinidade tóxica e machismo, dois conceitos que parecem irmãos, mas não dizem exatamente a mesma coisa. Enquanto o machismo parte da ideia de superioridade dos homens sobre as mulheres e alimenta práticas de exclusão, discriminação e controle, a masculinidade tóxica impõe regras que pavimentam esse caminho e permitem aos homens ocupar esse lugar. “Ele pode até não concordar com o machismo e, ainda assim, ter uma masculinidade tóxica”, observa o especialista.

Entretanto, apesar de o termo ser relativamente recente, o comportamento que ele tenta nomear não é. Na avaliação da socióloga Ivonildes da Silva Fonseca, vice-reitora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e coordenadora do Observatório do Feminicídio da Paraíba Brígida Rosely, voltado ao enfrentamento da violência contra as mulheres, o que se vê são resquí-

cios de um modelo antigo, ligado à própria formação social, histórica e cultural do Brasil.

“O conceito é recente, mas o comportamento patriarcalista, do homem que, em interação com a mulher, é agressivo, mandão, soberano nas decisões e provedor, vem de longos tempos”, afirma. Ao mesmo tempo, a discussão não pode ficar restrita à conduta individual de um homem mais agressivo, inseguro ou controlador. O ponto é que, durante muito tempo, esse foi o lugar apresentado como normal e até desejável. Ao homem, caberia mandar, prover e decidir. À mulher, restaria cuidar, apoiar e compreender. Mas não mais — nem de um lado, nem do outro.

Cultura red pill

É nesse cenário de incerteza e disputa por lugar que aparece a ideologia *red pill*. Embora seja um fenômeno mais atual, Ivonildes reforça que, para ela, “trata-se de algo novo na internet, mas não da internet”. Ou seja, mesmo que a tecnologia tenha ampliado o alcance e a velocidade com que discursos como esse se propagam pela sociedade, ela não os inventou. “Historicamente, comportamentos agressivos e novos contra as mulheres não são novidade. Os *red pills* atualizam essa lógica ao defenderem seus lugares de privilégio: o homem como ‘chefe’, provedor e autoridade, e a mulher restrita ao papel de cuidadora do lar”, afirma a socióloga.

Em linhas gerais, o termo — inspirado no filme *Matrix* (1999), em que a “pílula vermelha” (*red pill*) simboliza o despertar para uma suposta verdade oculta — passou a ser usado por grupos que dizem revelar como as relações entre homens e mulheres “realmente” funcionariam. Nesse universo, a *red pill* oferece uma visão de mundo centrada no masculino, quase como uma subcultura de valorização do homem, mas de um tipo bem específico: forte, autossuficiente, racional e desejado.

Em suas expressões mais radi-



Enquanto o machismo parte da ideia de superioridade dos homens sobre as mulheres e alimenta práticas de exclusão, discriminação e controle, a masculinidade tóxica impõe regras que pavimentam esse caminho e permitem aos homens ocupar esse lugar

cais, porém, esse discurso acaba ultrapassando a fronteira da autoestima, propagando uma visão marcada por desconfiança, ressentimento e misoginia, na tentativa de recuperar uma autoridade que as mudanças sociais colocaram em xeque. Vale lembrar que esse grupo faz parte de um ecossistema mais amplo, conhecido como “machosfera” — uma rede de perfis, fóruns, canais, influenciadores e comunidades digitais voltados a discursos sobre masculinidade, relações afetivas, sexo, poder e comportamento.

Identidade contestada

Para Rômulo Melo, entretanto, é preciso entender esse movimento como sintoma e consequência de uma crise maior. Quando o indivíduo já não se reconhece no papel que aprendeu a ocupar, buscar algum tipo de validação torna-se uma saída para preservar a própria identidade. E isso, como ele explica, mexe, também, com a autoestima. “A identidade é como eu me vejo. Ela é construída em função de como eu vejo os outros grupos. Nesse discurso, existe uma tentativa de manter o modelo tradicional, culpando e até odiando um grupo que, na visão deles, é responsável por tentar minar essa identidade”, explica.

Nesse processo, torna-se mais fácil transformar o incômodo em defesa, responsabilizando o outro, do que rever a si mesmo. E onde entra a *internet* nisso? Como uma espécie de território de extravasamento de toda essa insegurança. Sentimentos como rejeição, vergonha, medo e frustração não são novos, mas o que muda, hoje, é a possibilidade de viver essas dores em comunidade. Segundo Melo, muitos jovens chegam a esses grupos em momentos de fragilidade e encontram ali validação, acolhimento emocional e uma explicação pronta para um sofrimento ainda mal elaborado. O problema é que, aos poucos, o grupo deixa de ser apenas um lugar de desabafo e passa a fazer parte da própria identidade deles. E questionar o grupo, nesse ponto, significa questionar a si mesmo.

É também por conta dessa frustração diante de uma realidade menos previsível que entram os *incels*, abreviação de “celibatários involuntários”. O termo resume uma experiência íntima de rejeição, vivida por homens que se veem excluídos do campo do afeto e do desejo. São pessoas que buscam um relacionamento, mas sentem-se incapazes de alcançá-lo, muito por se perceberem pouco atraentes, inadequados ou fracassados. É essa decepção que, sem a devida elaboração, corre o risco de virar fracasso pessoal — ou, no limite, uma questão de injustiça. A crença de que 80% das mulheres se sentem atraídas por apenas 20% dos homens, recorrente nesses ambientes, também contribui para aprofundar esse abismo emocional em que os *incels* se colocam, abrindo caminho para culpabilizá-las.

Nem monstros, nem vítimas

Contudo, isso não significa, como alerta Rômulo Melo, que todo jovem atraído por esses discursos seja um agressor ou feminicida em potencial. “Começar a tratar as pessoas como

irrecuperáveis, ou como criminosas e culpadas antes mesmo de agir, cria uma percepção de resistência”, observa, ao defender que esse tipo de abordagem não produz diálogo. Uma leitura assim é arriscada porque esvazia o debate, apagando nuances importantes. Mas também não significa tratar misoginia, piadas violentas ou discursos de ódio como simples desabafo de *internet*. Entre uma coisa e outra, há um caminho mais difícil: separar a pessoa da ideologia, sem relativizar o perigo que esses discursos carregam.

Vale entender o sofrimento que leva muitos homens a esses espaços, mas essa compreensão não pode servir para justificar a hostilidade compartilhada por eles. Até porque a violência contra a mulher não começa no ato extremo. Antes dela, há uma sucessão de gestos e frases que alimentam o ódio, desde a piada que desqualifica a mulher até a ideia de posse disfarçada de cuidado. Para Ivonildes, o feminicídio é o ponto mais grave de uma série de violências alimentadas pela desvalorização do ser feminino e pela noção de que elas pertencem a alguém. “A violência se manifesta quando as mulheres afirmam a sua autonomia enquanto parte da humanidade”, pontua.

Rômulo Melo, por sua vez, observa que, nesses casos, a violência, muitas vezes, organiza-se como crime de ódio. O agressor não age, necessariamente, percebendo-se como errado: ele constrói justificativas para a própria conduta, sustentadas por crenças de superioridade, posse e injustiça. Por isso, a resposta ao problema não pode depender apenas da punição, embora ela seja indispensável. “Para enfrentar o feminicídio, além de punições penais, a gente precisa combater essas crenças”, defende. Também é preciso desfazer esse ideal distorcido de masculinidade que faz com que tantos homens confundam perda com humilhação, autonomia feminina com ameaça e frustração com autorização para ferir.

O desafio, portanto, não está apenas em mostrar aos homens o que eles não devem ser — está, também, em construir outros caminhos possíveis.



O comportamento patriarcalista, do homem que, em interação com a mulher, é agressivo, mandão, soberano nas decisões e provedor, vem de longos tempos

Ivonildes da Silva Fonseca

INSTITUIÇÕES FORMATIVAS

Educação é o alicerce para a construção social

Para formar novas gerações mais conscientes, é preciso ampliar o debate sobre identidades de gênero, masculinidades e estereótipos

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

Ninguém nasce sabendo o que é ser homem. No entanto, antes mesmo das primeiras palavras — e mais intensamente à medida que vão crescendo —, os meninos já recebem lições sobre o brincar, competir, vencer e esconder medos e outras emoções. Tais ensinamentos repetidos em casa, na escola, nas telas e nas ruas, vão se acumulando até parecerem naturais. Não obstante, pouco se fala sobre a própria percepção desses indivíduos quanto ao seu lugar no mundo.

Simone Vieira, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Psicopedagogia e, atualmente, professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), explica que, da infância à vida adulta, a construção das masculinidades passa, inevitavelmente, pelos processos educativos desenvolvidos no âmbito de cada uma das instâncias sociais formativas. Além da escola, instituições como a família, a igreja e outros espaços de convivência participam continuamente da formação do que a sociedade e os próprios garotos entendem por “ser homem”.

“Quando a gente pensa: por que os homens têm tanta dificuldade em falar sobre vulnerabilidade, medo ou sofrimento? Basta pensarmos nas instâncias sociais formativas: a escola, a igreja, a família, essas instituições formativas que educam, que ensinam; pode não ser o saber escolarizado, próprio da escola, mas educam, ensinam e estão o tempo todo trazendo aquele modelo hegemônico de homem. Aquele modelo que diz que homem não chora, não expressa medo, não expressa sentimento, não realiza atividades domésticas, atividades como o cuidado com as crianças, porque, supostamente, isso não faz parte da natureza dele”, explica ela.

“Tudo isso é trabalhado, desde cedo, como algo natural, como algo biológico, mas, na verdade, precisamos entender como uma construção social. E, se é uma construção social, é passível de mudança, de alteração”, complementa Simone Vieira.

A profissional ainda reforça que essa construção pode criar raízes ainda mais profundas na sociedade por meio da cultura (música, literatura, cinema, entre outros) e da educação no âmbito escolar. “Quando a

gente pensa na cultura nordestina, por exemplo, há um esforço tremendo em continuar perpetuando que o homem nordestino é assim, de tal jeito ou daquele outro. E isso vai ser justificado, muitas vezes, através do sexo, das características biológicas. Então, atribui-se, dizendo que é natural, que o ser homem é naturalmente assim”, inicia a educadora.

“Essa definição é construída e mantida pela cultura e por várias outras instituições como a escola. Todos esses valores estão sempre sendo reforçados. Basta a gente lembrar que, quando os meninos chegam à escola, a primeira coisa que é dita é: ‘Olha, homem não brinca de casinha, homem não brinca de casinha, de panelinha’. Então, a gente já vai definindo, desde a Educação Infantil, os papéis que são de homens e os papéis que são de mulheres”, adiciona.

Se a educação contribui para a reprodução de modelos he-

gemônicos de masculinidade, ela também pode ser crucial na transformação do pensamento coletivo a respeito deles. Na avaliação de Simone Vieira, esse processo passa, necessariamente, pela escola e começa ainda na formação dos futuros professores. Para a pesquisadora, ampliar o debate sobre identidades de gênero, masculinidades e estereótipos nas universidades e nas instituições de ensino é um passo primordial para formar novas gerações mais críticas e conscientes.

“O papel da escola é fundamental. É preciso que, desde a formação docente na universidade, em cursos de licenciatura, por exemplo, essa seja uma formação crítica, que reflita e compreenda essas questões das identidades de gênero, das masculinidades e dos estereótipos. Porque é lá, na Educação Infantil, por exemplo, que, num simples momento de brincadeira, a professora, muitas vezes, seleciona e determina o que é brinquedo de menino, o que é brinquedo de menina, o que é brincadeira para menino, e o que é brincadeira para menina”, destaca.

“É preciso que, mais do que nunca, o debate, a reflexão e a criticidade façam parte desses ambientes, permitindo que as pessoas questionem determinados padrões e compreendam

que não é o fato de um menino brincar com uma boneca que fará com que ele deixe de ser menino. São questões como essas que precisam ser desconstruídas”, completa a professora universitária.

Influência da internet

Por muito tempo, os modelos de masculinidade eram apren-

Ensinando pode contribuir para a reprodução de modelos hegemônicos de masculinidade, como também pode ser crucial na transformação do pensamento coletivo a respeito desses padrões

didados, primariamente, dentro de casa, na escola ou diante da televisão. No entanto, consoante às transformações sociais e tecnológicas, um novo espaço tem sido primordial para o avanço das discussões sobre essa temática: o ambiente digital.

Nas redes sociais, multiplicam-se influenciadores e comunidades virtuais com discursos que ora questionam padrões tradicionais de masculinidade, ora legitimam estereótipos e reafirmam modelos há muito consolidados.

“Quando pensamos na internet, nas redes sociais, nas figuras públicas, nos influenciadores digitais, precisamos ter cautela. Precisamos ver a atuação das redes sociais, desses *influencers*, com criticidade. Porque esses espaços, muitas vezes, têm reforçado alguns outros estereótipos que se relacionam ao físico, à aparência, a outras questões relacionadas a essa identidade masculina”. Por isso, Simone Vieira aponta que é preciso que o indivíduo tenha sempre em mente não substituir um modelo hegemônico por outro, “porque a ideia é compreendermos que as masculinidades são construídas socialmente e, ainda, são plurais. Não existe um modelo estabelecido de masculinidade que vá servir para todos os homens, até porque cada um de nós, cada mulher, cada homem, é um ser diferente. Temos formas de aprender, formas de estar no mundo, que são específicas, particulares de cada um”, argumenta a especialista em Psicopedagogia.

Esperanças

É certo que ainda há muito a ser feito, debatido e posto em prática. No entanto, Simone Vieira ressalta que a evolução recente do pensamento coletivo a respeito da temática nos permite vislumbrar um futuro mais promissor.

“Apesar de termos ainda um modelo hegemônico de masculinidade que tem sido amplamente divulgado e reforçado por várias instâncias sociais e, muitas vezes, pelas mídias, as redes sociais, podemos dizer que temos evoluído bastante. Temos avançado bastante na desconstrução desses estereótipos, na construção de pautas mais equânimes para homens e mulheres, então precisamos, mais do que nunca, da construção de modelos identitários de gênero para homens e mulheres pautados nessa equanimidade”, finaliza a educadora.



Ilustração: Fábio

Foto: Arquivo pessoal



Temos avançado bastante na desconstrução desses estereótipos, na construção de pautas mais equânimes para homens e mulheres

Simone Vieira